

Relatório da Cooperação na Ibero-América



Relatório da Cooperação na Ibero-América

ESTUDOS SEGIB- Nº 2

**Autora do Relatório:
Cristina Xalma
Pesquisadora da SEGIB**

**Direção e supervisão:
José María Vera
Diretor de Planejamento da Secretaria para
a Cooperação Ibero-Americana (SEGIB)**

Novembro 2007



Secretaría General Iberoamericana Secretaria-Geral Ibero-Americana

ÍNDICE DE ASSUNTOS

INTRODUÇÃO	9
RESUMO EXECUTIVO. CONCLUSÕES E DESAFIOS	15
I. IBERO-AMÉRICA NA ASSISTÊNCIA OFICIAL PARA O DESENVOLVIMENTO (AOD) MUNDIAL	21
Evolução da AOD mundial ao longo da última década	
Ibero-América e seu deslocamento como receptora de Ajuda para o Desenvolvimento	
Caracterização da ajuda destinada aos países ibero-americanos	
<i>A crescente concentração de ajuda nas regiões andina e centro-americana</i>	
<i>A origem dos fundos destinados à região: os principais doadores</i>	
II. DA PENÍNSULA AO CONTINENTE: OS FLUXOS DA AOD DENTRO DA IBERO-AMÉRICA	43
Tendências e principais peculiaridades da AOD espanhola em relação à Ibero-América	
A AOD procedente de Portugal e Andorra	
III. A COOPERAÇÃO SUL-SUL NA IBERO-AMÉRICA	55
Peculiaridades e modalidades da Cooperação Sul-Sul na Ibero-América	
A Cooperação Sul-Sul na sua modalidade Horizontal	
<i>Direção dos fluxos de Cooperação Técnica entre países ibero-americanos</i>	
<i>Identificação dos setores onde se concentra a Cooperação Horizontal</i>	
<i>Perfil regional de necessidades e capacidades</i>	
A Cooperação Sul-Sul na sua modalidade Triangular	
<i>A Cooperação Bilateral Triangular: principais países e setores</i>	
<i>A presença da Cooperação Multilateral/Regional Triangular na Ibero-América</i>	
ANEXO I. ESTUDO DE CASO: A COOPERAÇÃO IBERO-AMERICANA NO HAITI	89
Contexto geral	
O Haiti como receptora de AOD mundial	
O Haiti no âmbito da Cooperação na Ibero-América	
A Assistência Oficial para o Desenvolvimento procedente dos doadores peninsulares	
A Cooperação Bilateral Horizontal da Ibero-América para o Haiti	
A Cooperação Triangular participada pela Ibero-América	
ANEXO II. TABELAS	101

ÍNDICE DE QUADROS

I. IBERO-AMÉRICA NA ASSISTÊNCIA OFICIAL PARA O DESENVOLVIMENTO (AOD) MUNDIAL _____ 21

Quadro I.1: A Declaração do Milênio e a Cúpula sobre financiamento de Monterrey

Quadro I.2: Nota metodológica sobre o efeito Iraque

Quadro I.3: Dívida e Ajuda para o Desenvolvimento

II. DA PENÍNSULA AO CONTINENTE: OS FLUXOS DA AOD DENTRO DA IBERO-AMÉRICA _____ 43

Quadro II.1: A AOD com que a Espanha contribui com os organismos multilaterais e regionais

Quadro II.1: O impacto das operações da dívida sobre a AOD espanhola à Ibero-América. Biênio 2005-06.

III. A COOPERAÇÃO SUL-SUL NA IBERO-AMÉRICA _____ 55

Quadro III.1: O Acordo Energético de Caracas: uma modalidade de AOD Sul-Sul?

Quadro III.2: As dificuldades enfrentadas para identificar e medir a Cooperação Sul-Sul

Quadro III.3: Nicarágua: Cooperação Técnica e Declaração de Paris.

Quadro III.4.: A Cooperação Bilateral Horizontal do Chile, em cifras. 2006.

Quadro III.5: Cooperação Horizontal e Educação na Ibero-América

Quadro III.6: Projetos de cooperação agrícola e segurança alimentar

Quadro III.7: A necessária eletrificação das comunidades rurais

Quadro III.8: Iniciativas multissetoriais vinculadas aos recursos naturais e ao meio ambiente

Quadro III.9: Venezuela e a diversificação setorial da sua cooperação externa

Quadro III.10: Cuba: uma cooperação especializada no social

Quadro III.11: México: uma oferta de Cooperação Bilateral Triangular diversificada

Quadro III.12: A FAO e seu impulso para a Cooperação Multilateral Triangular na Ibero-América

Quadro III.13: A participação do IICA na Cooperação Regional Triangular ibero-americana

ANEXO I. ESTUDO DE CASO: A COOPERAÇÃO IBERO-AMERICANA NO HAITI _____ 89

Quadro A.1: A presença do Haiti nas Cúpulas da Conferência Ibero-Americana

Quadro A.2: Da bilateralidade à triangulação: o projeto ProHuerta

Quadro A.3: Projetos triangulares realizados por países ibero-americanos

ÍNDICE DE ESQUEMAS

III. A COOPERAÇÃO SUL-SUL NA IBERO-AMÉRICA _____ 55

Esquema III.1. Caracterização geral das diferentes modalidades de Cooperação Sul-Sul.

ÍNDICE DE GRÁFICOS

I. IBERO-AMÉRICA NA ASSISTÊNCIA OFICIAL PARA O DESENVOLVIMENTO (AOD) MUNDIAL _____ 21

Gráfico I.1. Total AOD líquida destinada a países em desenvolvimento. 1994-2005.

Gráfico I.2. Participação dos Países de Renda Média* como receptores da AOD líquida destinada ao conjunto dos países em desenvolvimento. 1994-2005.

Gráfico I.3. Mudanças na distribuição da AOD líquida destinada aos Países Menos Desenvolvidos e aos de Rendas Média e Baixa, quando não se inclui o efeito extraordinário do Iraque. 1994-2005.

Gráfico I.4. Total AOD líquida destinada aos países ibero-americanos. 1994-2005.

Gráfico I.5. Comparativo entre a evolução da AOD líquida destinada aos países ibero-americanos e a evolução da destinada ao restante dos países em desenvolvimento. 1994-2005.

Gráfico I.6. Participação da Ibero-América como receptor da AOD líquida mundial. 1994-2005.

Gráfico I.7. Peso dos países ibero-americanos de Renda Média sobre o total da AOD destinada aos países com idêntico nível de receitas. 1994-2005.

Gráfico I.8. Distribuição anual do soma da AOD destinada ao Iraque e à Ibero-América. 2000-2005.

Gráfico I.9. Correspondência entre o PIB por habitante e o volume de AOD (líquida) recebida, de acordo com o país. Biênio 2004-2005.

Gráfico I.10. Mudanças na distribuição da AOD líquida destinada aos Países Ibero-Americanos, de acordo com o nível de renda. 1994-2005.

Gráfico I.11. Contribuição de cada país à mudança registrada na AOD recebida pela região. 1994-2005.

Gráfico I.12. Mudanças na distribuição da AOD líquida destinada aos Países Ibero-Americanos, de acordo com o doador. 1994-2005.

Gráfico I.13. Comparativo entre a evolução da AOD líquida destinada pelo Japão e os Estados Unidos aos países ibero-americanos. 1994-2005.

II. DA PENÍNSULA AO CONTINENTE: OS FLUXOS DA AOD DENTRO DA IBERO-AMÉRICA _____ 43

Gráfico II.1. AOD líquida bilateral que a Espanha destina a outros países da Ibero-América. 1994-2005.

Gráfico II.2. Porcentagem da AOD bilateral espanhola destinada à Ibero-América. 1994-2005.

Gráfico II.3. Comparativo entre a evolução da AOD bilateral que a Espanha destina aos países ibero-americanos e a evolução da destinada ao resto dos países em desenvolvimento. 1994-2005.

Gráfico II.4. Contribuição de cada país à mudança registrada na AOD que a Espanha envia à região. 1994-95 e 2005-06.

Gráfico II.5. Distribuição da AOD bilateral espanhola por setores, de acordo com o receptor. 2006.

Gráfico II.6. Fundos aportados pelas ONGD espanholas à Ibero-América. 2005.

Gráfico II.7. AOD bilateral líquida que Portugal destina a outros países da Ibero-América. 1994-2006.

ANEXO I. ESTUDO DE CASO: A COOPERAÇÃO IBERO-AMERICANA NO HAITI _____ 89

Gráfico A.1. Total AOD líquida destinada ao Haiti. 1994-2005.

Gráfico A.2. AOD líquida da Espanha ao Haiti. 1994-2006.

ÍNDICE DE MATRIZES

III. A COOPERAÇÃO SUL-SUL NA IBERO-AMÉRICA _____ 55

Matriz III.1. Cooperação Técnica Horizontal entre Países Ibero-Americanos

Matriz III.2. Cooperação Técnica entre Países Ibero-Americanos, de acordo com os setores CAD

ÍNDICE DE TABELAS

I. IBERO-AMÉRICA NA ASSISTÊNCIA OFICIAL PARA O DESENVOLVIMENTO (AOD) MUNDIAL _____ 21

Tabela I.1. AOD líquida destinada aos países em desenvolvimento, de acordo com o nível de renda do país receptor. Biênios 1994-95 e 2004-05.

Tabela I.2. AOD líquida destinada aos países ibero-americanos, por nível de renda. 1994-2005.

Tabela I.3. AOD líquida total destinada aos países ibero-americanos, de acordo com o doador. 1994-2005.

II. DA PENÍNSULA AO CONTINENTE: OS FLUXOS DA AOD DENTRO DA IBERO-AMÉRICA _____ 43

Tabela II.1. AOD líquida total destinada pela Espanha aos países ibero-americanos. 1994-2006.

Tabela II.2. Distribuição da AOD espanhola a alguns países ibero-americanos, de acordo com o setor. 2006.

III. A COOPERAÇÃO SUL-SUL NA IBERO-AMÉRICA _____ 55

Tabela III.1. Grupo setorial em que os projetos recebidos pela Guatemala e pelo Peru se situam.

Tabela III.2. Grupo setorial em que os projetos oferecidos e recebidos pelo México se situam.

Tabela III.3. Ações de Cooperação da Argentina para o ano 2005, de acordo com o grupo de atividade (critério CAD).

Tabela III.4. Grupo setorial em que os projetos oferecidos e recebidos pela Colômbia se situam.

Tabela III.5. Cooperação Bilateral Triangular na Ibero-América.

Tabela III.6. Cooperação Multilateral Triangular na Ibero-América.

ANEXO I. ESTUDO DE CASO: A COOPERAÇÃO IBERO-AMERICANA NO HAITI _____ 89

Tabela A.1. Conferências de doadores de AOD ao Haiti. 2004-2006.

Tabela A.2. Caracterização de alguns compromissos da Espanha com o Haiti.

Tabela A.3. Caracterização da Cooperação Técnica Horizontal da Ibero-América com o Haiti

Tabela A.4. Cooperação Triangular da Ibero-América com o Haiti.

Tabela B.1. AOD total (líquida) destinada aos países em desenvolvimento, de acordo com o nível de renda. 1994-2005.

Tabela B.2. AOD total (líquida) destinada aos países ibero-americanos, de acordo com o nível de renda. 1994-2005.

Tabela B.3. AOD líquida destinada pela Espanha aos países ibero-americanos, de acordo com o nível de renda. 1994-2005.

Tabela B.4. AOD líquida destinada pela Espanha, Portugal e Andorra aos países ibero-americanos, de acordo com o nível de renda. 2006.

Tabela B.5. Projetos de Cooperação Técnica Horizontal recebidos pela Colômbia, Costa Rica, Guatemala, México, Nicarágua, Paraguai e Peru de outros países ibero-americanos. 2006.

Tabela B.6. Projetos de Cooperação Técnica Horizontal oferecidos pela Colômbia, México e Peru a outros países ibero-americanos. 2006.

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

A denominada Cooperação Sul-Sul encontra-se em pleno auge na Ibero-América. Embora não se trate de uma experiência nova, seu renovado impulso se insere em um contexto internacional em que os países ibero-americanos (a maioria de Renda Média) se encontram afetados pela mudança que a Declaração do Milênio impôs sobre as prioridades dos principais doadores mundiais de Assistência Oficial para o Desenvolvimento (AOD): a favor dos países com menor receita relativa e em detrimento dos que classificam como receitas médias.

A primeira edição do Relatório sobre a Cooperação na Ibero-América pretende identificar e analisar este cenário a partir dos seus três grandes componentes: as tendências observadas na evolução da Assistência Oficial para o Desenvolvimento mundial; a manifestação destas tendências no comportamento dos fluxos de ajuda para a nossa região; a identificação e caracterização da cooperação que se estabelece especificamente na Ibero-América (os fluxos da AOD dos doadores peninsulares para o restante dos países membros da Conferência, e a Cooperação Sul-Sul que tem lugar entre os países ibero-americanos em desenvolvimento).

Entendido dentro desses parâmetros, o presente relatório poderia ser compreendido como uma atualização de seu melhor precedente, o Mapa da Cooperação Ibero-Americana realizado pela SECIB (Secretaria para a Cooperação Ibero-Americana) durante os anos 2004 e 2005. De fato, este primeiro estudo, juntamente com os que possam vir a ser elaborados sucessivamente, teriam um duplo objetivo: de um lado, conseguir avançar com rigor no conhecimento da cooperação da que a comunidade ibero-americana participa e, de outro, conseguir se afirmar como um referente em termos de informação e análise dessa mesma cooperação.

De acordo com este conceito e com estes objetivos, o Relatório sobre a Cooperação na Ibero-América consta de quatro capítulos e dois anexos. O primeiro deles, "Ibero-América na Assistência Oficial para o Desenvolvimento (AOD) mundial", aborda uma análise geral da cooperação internacional com os países em desenvolvimento, assim como da destinada aos países da Ibero-América receptores de ajuda. Essa análise reflete que a Ibero-América reproduz a mesma tendência que o restante dos países de Renda Média: praticamente, um estancamento do volume de fundos recebidos e um decréscimo da porcentagem da AOD destinada a esta região em relação ao volume total da Assistência Oficial, que tem aumentado nos últimos anos.

O segundo capítulo, "Da península ao continente: os fluxos da AOD dentro da Ibero-América", aborda a cooperação da Espanha, Portugal e Andorra com os países da América Latina. Destaca-se aqui o importante crescimento da cooperação espanhola para com esta região no âmbito de um notável aumento dos recursos totais da AOD deste país.

No terceiro capítulo, o mais amplo, cujo título é "A Cooperação Sul-Sul na Ibero-América", recolhe-se uma análise, fundamentalmente qualitativa, da cooperação sul-sul realizada pelos países ibero-americanos nas suas diversas modalidades (Horizontal e Triangular). Nesse sentido, se identifica e caracteriza a Cooperação Sul-Sul que está tendo lugar na Ibero-América, a direção dos fluxos estabelecida entre os países participantes e os setores de atividade aos que as ações de cooperação estão adscritas. Além disso, a análise foi abordada também de uma perspectiva quantitativa, sempre que a informação disponível o permitiu. O conjunto da informação analisada reflete com rigor a vitalidade das relações de cooperação sul-sul entre os países ibero-americanos, assim como sua potencialidade futura face à articulação de relações de solidariedade na região.

O quarto e último capítulo, "Conclusões e desafios da cooperação na Ibero-América", sintetiza os principais resultados obtidos ao mesmo tempo em que resume, com especial atenção, as vantagens e os desafios que a cooperação sul-sul enfrenta na Ibero-América. Finalmente, incluem-se dois anexos. O primeiro, "Estudo de caso: a cooperação ibero-americana no Haiti", descreve e analisa a cooperação que a região destina a este país, transformado, desde 2004 e dada a sua especial conjuntura, em um tema de permanência constante nas Cúpulas Ibero-Americanas. O segundo recolhe as tabelas que reúnem parte da informação que serviu de base para o texto.

A informação necessária para realizar este Relatório foi obtida de fontes bastante variadas. Embora se encontrem detalhadas na bibliografia, na elaboração dos primeiros capítulos destacam-se os dados obtidos do Comitê de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD) da OCDE, assim como os Planos Anuais de Cooperação Internacional (PACI) do Governo espanhol. O anterior, juntamente com a prática totalidade da informação contida na análise referente à cooperação sul-sul, se complementa a partir das respostas que as Agências de Cooperação e os Ministérios de Relações Exteriores dos diferentes países deram a um questionário remetido previamente por esta Secretaria. Além disso, a visita a alguns países permitiu manter reuniões com organismos nacionais ligados à cooperação. Através destas obteve-se parte da informação mais completa e precisa contida no relatório.

Nesse contexto, a Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB) agradece a colaboração de todos aqueles que tornaram possível a elaboração do presente relatório. Em primeiro lugar, aos Responsáveis de Cooperação da Conferência Ibero-Americana, vinte e dois altos funcionários da região com funções diretivas sobre a atividade de cooperação, assim como suas respectivas equipes de profissionais. Em segundo lugar, aos técnicos do Comitê de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD) da OCDE e da Direção Geral de Planeamento e Avaliação de Políticas para o Desenvolvimento (DGPOLDE) do Ministério de Relações Exteriores espanhol, que atenderam as consultas da SEGIB sempre que estas foram requeridas. Em terceiro lugar, aos responsáveis e aos técnicos que compõem as Agências de Cooperação e os Ministérios de Relações Exteriores dos países ibero-americanos, especialmente daqueles que colaboraram respondendo ao questionário da forma mais completa possível. E, por último, agradecemos a colaboração de todos os que participaram e tornaram possível as reuniões mantidas com distintos organismos durante as visitas à Argentina, Cuba e Venezuela (especialmente às Chancelarias da Argentina e Venezuela e ao Ministério de Investimento Estrangeiro e Colaboração Econômica – MINVEC – de Cuba).

Finalmente, cabe indicar que, apesar do esforço realizado por todos, a informação disponível para preparar este Relatório é parcial e incompleta, um déficit, não obstante, que, espera-se, possa ser solucionado em futuras edições do Relatório. Para este efeito, a SEGIB trabalhará em conjunto com os países para completar e sistematizar os dados, assim como para desenvolver a metodologia que permita ir obtendo uma avaliação quantitativa das ações de cooperação que forem levadas a cabo. Esperamos, pois, que o presente Relatório sirva de estímulo ao consolidar este trabalho conjunto, assim como que consiga dar uma maior difusão à notável atividade de cooperação para o desenvolvimento que está ocorrendo na nossa região.

RESUMO EXECUTIVO. CONCLUSÕES E DESAFIOS

RESUMO EXECUTIVO. CONCLUSÕES E DESAFIOS

Ao longo da última década, tanto a Declaração do Milênio do ano 2000 como a posterior realização da Cúpula de Monterrey sobre financiamento para o desenvolvimento foram determinantes nas tendências registradas na AOD mundial. Nesse sentido, ambos os acontecimentos explicam, de um lado, o recuperado e crescente impulso dos recursos destinados à cooperação internacional depois de anos de progressiva redução; e, de outro lado, sua reorientação em favor dos países com menores níveis de receitas relativas. No entanto, conjunturalmente, o total final de ajuda superou com louvor ao destinado ao cumprimento dos compromissos adquiridos nas Cúpulas do Milênio e de Monterrey. Isto se explica pelos fundos desviados ao Afeganistão e ao Iraque que, por sua vez, geraram o efeito, apenas ilusório, de que os países em desenvolvimento com maiores níveis de receitas relativas não foram deslocados como receptores de ajuda internacional.

Estes mesmos acontecimentos marcaram as tendências registradas pela ajuda destinada à Ibero-América. Assim, ao longo da última década, os fundos destinados à nossa região experimentaram um ligeiro aumento. O menor incremento desta ajuda em relação à destinada não só ao conjunto dos países em desenvolvimento, mas, principalmente, ao Iraque, explica que nossa região tenha perdido participação tanto dentro da AOD mundial como sobre a ajuda enviada às nações de rendas médias. Além disso, acentua-se a distribuição intra-regional a favor dos países de menor desenvolvimento relativo, o que em termos geográficos significa uma crescente concentração de fundos nas regiões centro-americana e andina.

Entretanto, dentro da Ibero-América os fluxos da Assistência Oficial para o Desenvolvimento dos países da península para os continentais também tiveram um aumento. Neste sentido, a Espanha realizou um enorme esforço para aumentar os fundos destinados aos países em desenvolvimento. No âmbito da Declaração do Milênio, uma parte importante dessa ajuda foi desviada para os países com menores receitas relativas. A Espanha, no entanto, não ignorou seus compromissos para com a Ibero-América, o que explica três pontos: em primeiro lugar, que a AOD espanhola para a região tenha aumentado; em segundo lugar, que a Ibero-América continue sendo o principal destino dessa ajuda; e terceiro e último, que, apesar do anterior e como conseqüência do maior aumento relativo da AOD destinada ao resto do mundo, a participação da Ibero-América como receptora da cooperação espanhola tenha tido uma tendência à redução. Por seu lado, os fundos que Portugal destinou aos receptores ibero-americanos também aumentaram, porém continuam representando uma parte muito pequena do total da AOD portuguesa destinada, preferencialmente, às suas ex-colônias africanas e asiáticas. De fato, o único destino ibero-americano importante da cooperação portuguesa é o Brasil.

O deslocamento da Ibero-América como receptora de AOD coincide, no entanto, com o impulso a uma cooperação que, embora venha realizando-se há anos, adquire hoje um novo sentido: a denominada Cooperação Sul-Sul. Sob esta forma de cooperação para o desenvolvimento, os países alternam sua condição de receptores de ajuda internacional com a de doadores, fundamentalmente de cooperação técnica, para outros países vizinhos. Em qualquer das suas modalidades, o exercício deste novo papel permite aos países compartilhar as capacidades aprendidas em determinadas áreas (sociais, econômicas ou meio ambientais, entre outras) com aqueles países que continuem manifestando, para estes mesmos âmbitos, certas carências ou necessidades.

Neste marco, e de acordo com a informação disponível, os países ibero-americanos se mostram crescentemente ativos na participação e no impulso das ações de Cooperação Sul-Sul, na sua modalidade Horizontal ou Triangular. Do modo como ambas as modalidades são exercidas, podem ser extraídas algumas conclusões de caráter geral. Como observaremos, no entanto, essas conclusões estão ligadas ao modo como o nível de desenvolvimento alcançado pelos diferentes países influi tanto no grau de atividade que estes mantêm, como na forma como os mesmos participam deste tipo de cooperação. Assim:

1. Os países com níveis de rendas relativamente mais altos tendem a participar em um maior número de ações. Neste sentido:

Argentina, Brasil, Colômbia, Cuba, Chile, México e Venezuela são os que impulsionam um maior número de projetos de Cooperação Horizontal. Sua implicação, além disso, ocorre exercendo o duplo papel de receptores e doadores. Entretanto, El Salvador, Guatemala, Honduras e Nicarágua na América Central; Bolívia, Equador e Peru na zona andina; Paraguai no Cone Sul e República Dominicana no Caribe são os principais receptores desta cooperação. Paradoxalmente, países com um maior nível de riqueza como a Costa Rica, Panamá e Uruguai compartilham este perfil.

Novamente Argentina, Brasil, Colômbia, Cuba, Chile, México e Venezuela, juntamente com a Costa Rica e, ocasionalmente, o Peru, tendem a ser os protagonistas do maior número de ações de caráter Triangular.

2. O nível de desenvolvimento relativo de cada país relaciona-se com o seu perfil setorial. Assim:

- Dentro da modalidade Horizontal, o maior grau de desenvolvimento está ligado a uma ação mais diversificada, e vice-versa. Especificamente, os países mais ativos participam em ações dos âmbitos social e econômico, mas também em outros como o meio ambiente ou a prevenção face aos desastres naturais. Entretanto, os países com menor desenvolvimento relativo participam de um tipo de cooperação mais especializada que tende a afetar os setores mais básicos dessas mesmas áreas econômica e social.
- As diferenças podem ser observadas inclusive no âmbito exclusivo do sócio-econômico. A título ilustrativo, enquanto que os países de maior riqueza relativa participam em projetos sociais ligados ao fortalecimento institucional, os de menores receitas estão relacionados com serviços básicos de saúde e educação. Na área econômica, os primeiros participam de atividades científico-tecnológicas ou do âmbito das telecomunicações, enquanto que os segundos continuam centrados em projetos agrícolas ou pesqueiros, muito relacionados com a alimentação e a soberania alimentar.
- Em qualquer caso, ao padrões não se encontram estancados. Assim, por exemplo, os países centro-americanos, dos mais pobres da região, acompanham a recepção de projetos educativos ou de saúde com outros que contribuam para o fortalecimento das suas instituições a fim de paliar os impactos das suas respectivas guerras. Por sua vez, Cuba, muito ativa em Cooperação Sul-Sul, mantém um perfil muito especializado, neste caso na área social (saúde e educação).

- Dentro da modalidade Triangular, observa-se, no entanto, certo desvio das ações mais relacionadas com os setores produtivos, entre as que incluímos as ligadas às infra-estruturas e às políticas que as impulsionam. Os projetos sociais têm uma presença relativamente menor.
- Em qualquer caso, poderia afirmar-se que todas as ações de cooperação mostram um alto grau de transversalidade, uma vez que têm a tendência de afetar vários setores simultaneamente. Neste mesmo sentido, no conjunto das ações e com independência da modalidade, observa-se um claro impulso ao social (principalmente da educação) como eixo fundamental do desenvolvimento; igualmente, uma aposta por ações que, mostrando um perfil mais produtivo, têm claras repercussões sobre o bem-estar da população. O anterior fica ilustrado, por exemplo, através das ações que tratam da agricultura e da segurança alimentar. Não obstante, faltam mais ações em alguns setores básicos como o tratamento de águas e a saúde reprodutiva.

3. A modalidade de financiamento de cada ação de Cooperação Sul-Sul também difere:

- Na Cooperação Horizontal, os países mais ativos tendem a compartilhar os custos dos projetos. A porcentagem assumida depende, no entanto, de quais são as possibilidades reais do país que assume o papel de receptor.
- Dentro dessa mesma modalidade de cooperação, os que costumam participar como receptores tendem a receber cooperação não reembolsável. .
- Na Triangular, a maior parte do financiamento é assumida por atores externos (fundamentalmente, Alemanha, Japão e os Organismos das Nações Unidas). Ainda assim, registram-se algumas ações com participantes apenas ibero-americanos, financiadas tanto pela Espanha (o segundo doador bilateral mais importante para a região), ou Andorra, como pela Argentina, Chile, Colômbia, Cuba e Venezuela, em modalidades de custos compartilhados.

Os países ibero-americanos valorizam a sua participação em ações e projetos de Cooperação Sul-Sul de forma satisfatória. Em geral, destacam-se as seguintes vantagens:

- A facilidade com que esta cooperação se adapta às realidades locais
- O modo como permite compartilhar os investimentos em recursos técnicos e humanos
- Seu relativamente baixo custo econômico
- Seu impacto rápido e direto sobre a população beneficiária

Apesar disso, os países estimam que ainda há desafios importantes pendentes:

1. Os recursos disponíveis para as ações de Cooperação Sul-Sul podem ser usados de um modo ainda mais eficiente. Nesse sentido, a identificação de um perfil, o mais completo possível, das capacidades e necessidades de cada país vem a ser um fator chave. A socialização da informação referente a esse perfil permite não só evitar a duplicidade das ações executadas, mas também, principalmente, impulsionar os fluxos de cooperação nas direções em que, realmente, sejam mais efetivas.

2. O anterior não deve desvincular-se da procura de um autêntico consenso regional no tocante tanto à definição das modalidades de Cooperação Sul-Sul como à sua quantificação através do estabelecimento de uma metodologia comum, o que tornaria possível o necessário exercício de comparabilidade entre as ações nacionais.
3. Devem resolver-se as dificuldades financeiras que este tipo de cooperação continua enfrentando. Estas freiam não só a possibilidade de expandir as atuais ações (falta, por exemplo, baratear o custo dos deslocamentos intra-regionais), mas também de superá-las e passar de ações pontuais (assistências técnicas, oficinas de formação, capacitações...) a projetos com um alcance mais amplo.
4. Cabe voltar a analisar, além disso, em que grau as ações empreendidas no âmbito da Cooperação Sul-Sul devem depender de vários ministérios governamentais e em que grau de uma coordenação centralizada em um único organismo estatal. Uma certa centralização em uma unidade coordenadora permite uma atuação mais compacta, ampla e coerente; além disso, facilita uma melhor identificação e quantificação das ações, assim como uma circulação mais fluida da informação entre os distintos governos nacionais. Por outro lado, certa descentralização ajuda a que a cooperação seja executada de forma mais ágil, com uma maior proximidade e conhecimento das realidades locais sobre as que atua, permitindo, além disso, aproveitar o valor agregado que cada unidade oferece em termos de conhecimento setorial.
5. Adicionalmente, no entanto, o principal desafio reside na procura de fórmulas que garantam, por um lado, a complementaridade da cooperação executada com as estratégias de desenvolvimento nacional e, por outro lado, a conseqüente possibilidade de que os projetos possam ter continuidade com recursos locais.

Nas mãos de nossos países está a responsabilidade de aproveitar as vantagens que a Cooperação Sul-Sul oferece à região e, também, de procurar avançar na superação de seus principais desafios.

I. IBERO-AMÉRICA NA ASSISTÊNCIA OFICIAL PARA O
DESENVOLVIMENTO (AOD) MUNDIAL

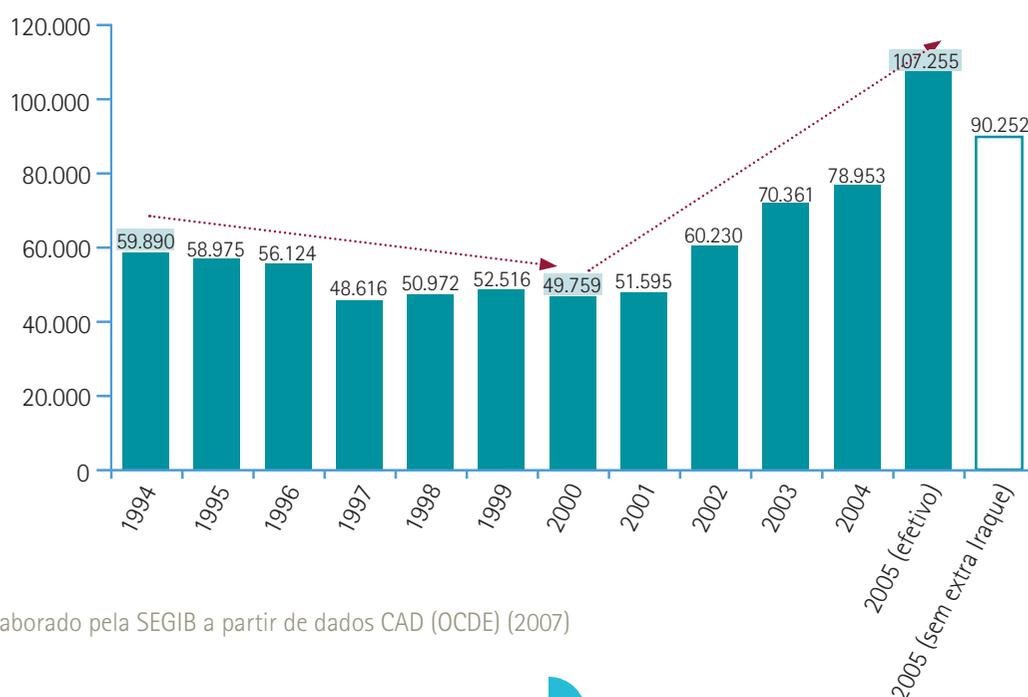
IBERO-AMÉRICA NA ASSISTÊNCIA OFICIAL PARA O DESENVOLVIMENTO (AOD) MUNDIAL

Evolução da AOD mundial ao longo da última década

Ao longo da década compreendida entre os biênios 1994-95 e 2004-05, a Assistência Oficial para o Desenvolvimento (AOD) líquida destinada ao conjunto dos países em desenvolvimento manteve uma dinâmica irregular: de queda, até o ano 2000; de intenso crescimento a partir desse mesmo ano (Gráfico I.1.). De fato, entre os anos 1994 e 2000, o total absoluto de AOD¹ mundial diminuiu em mais de 10.000 milhões de dólares (dos quase 60.000 milhões da primeira data até os, apenas, 50.000 da última). Ao contrário, a partir do ano 2001 produziu-se uma reativação do valor total de ajuda para este grupo de países. Como consequência, o volume de AOD mundial aproximou-se, no ano 2004, dos 80.000 milhões de dólares. Um ano mais tarde, embora por motivos excepcionais como veremos posteriormente, o valor total de AOD situou-se em uma cifra recorde, superior aos 107.000 milhões de dólares.²

Gráfico I.1. Total AOD líquida destinada a países em desenvolvimento. 1994-2005.

Valor absoluto, em milhões de dólares norte-americanos correntes



Fonte: Elaborado pela SEGIB a partir de dados CAD (OCDE) (2007)

Embora possam ser encontradas múltiplas explicações, a mudança de tendência experimentada no início do novo século responde, fundamentalmente, a dois acontecimentos de caráter bastante diferente: a assinatura da Declaração do Milênio do ano 2000 e a cadeia de reações derivada dos atentados ocorridos em 11 de setembro de 2001.

Efetivamente, no ano 2000, 189 países membros das Nações Unidas assinaram a denominada Declaração do Milênio. Através desta (Quadro I.1.), os países selaram no papel o seu compromisso na luta contra a fome e a pobreza no mundo. Apenas dois anos mais tarde, coincidindo com a realização da Cúpula de Monterrey, no México, os esforços nessa luta traduziram-se também em compromissos financeiros. Assim, e juntamente com o aumento da AOD mundial, a Ajuda foi reorientada a favor dos países com menor nível de desenvolvimento relativo.

Quadro I.1: A Declaração do Milênio e a Cúpula sobre financiamento de Monterrey

A Cúpula do Milênio foi realizada entre os dias 6 e 8 de setembro de 2000 em Nova Iorque. Participaram 191 países (dois mais dos 189 que naquela época constituíam as Nações Unidas). Nesta Cúpula obteve-se um consenso quanto aos desafios que o mundo deveria enfrentar: erradicação da pobreza; aceleração do desenvolvimento; diminuição de doenças; redução da injustiça, da desigualdade, do terrorismo e da delinquência; e proteção do meio ambiente. Os objetivos acordados foram denominados Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). A partir destes, definiu-se um horizonte temporal para o seu cumprimento. Os diferentes organismos das Nações Unidas e os países membros se comprometeram a trabalhar de forma coerente e em conjunto para a consecução deste fim comum.

De acordo com este novo cenário, de 18 a 22 de março de 2002 teve lugar em Monterrey (México) a primeira Conferência Internacional sobre o Financiamento para o Desenvolvimento. Nesta conferência abordou-se uma questão decisiva para a posterior consecução das Metas do Milênio: a relação entre finanças e desenvolvimento mundial. Pela primeira vez, 50 Chefes de Estado ou de Governo, mais de 200 ministros, dirigentes do setor privado e da sociedade civil, assim como funcionários superiores de todas as principais organizações financeiras, comerciais, econômicas e monetárias intergovernamentais, promoveram ações conjuntas que afetavam o financiamento mundial para o desenvolvimento. Certamente, entre os acordos alcançados o mais visível foi o renovado compromisso dos países doadores de destinar 0,7% do seu Produto Interno Bruto para a Assistência Oficial para o Desenvolvimento. Com esse compromisso impulsionava-se novamente uma AOD mundial que, nos últimos anos, havia tendido à redução.

Fonte: <http://www.un.org>

Quadro I.2: Nota metodológica sobre o efeito Iraque

Como pode ser observado na seguinte tabela, entre os anos 2000 e 2005 a AOD líquida destinada ao Afeganistão aumentou consideravelmente. Esse aumento, não obstante, é muito inferior ao experimentado pela AOD destinada ao Iraque, cujo crescimento acelerou-se a partir do ano 2003, coincidindo com o início da guerra. O dado mais extraordinário, entretanto, corresponde ao ano 2005. No âmbito de um programa de perdão da dívida desse país, a Ajuda destinada ao Iraque aumenta, em apenas um ano, em 17.000 milhões de dólares, o que provoca um salto da cifra de 2004 (4.650 milhões) à de 2005 (mais de 21.600).

AOD (líquida) destinada ao Iraque 2000-2005.

Valores absolutos, em milhões de dólares correntes

	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Afeganistão	136	405	1.300	1.591	2.188	2.775
Iraque	100	121	106	2.250	4.650	21.654
Total	236	526	1.407	3.841	6.838	24.429

Fonte: Elaborado pela SEGIB a partir de dados CAD (OCDE) (2007)

Considerando o caráter extraordinário desta situação, e a fim de evitar a distorção que isso possa ocasionar ao analisar tanto as tendências internacionais como a importância da Ibero-América no conjunto da AOD mundial, a SEGIB contrasta, para o período 1994-2005, dois cenários:

O primeiro, denominado efetivo, corresponde ao obtido quando se contabiliza, para cada ano, o total da AOD destinada aos países em desenvolvimento.

O segundo, indicado como sem extra Iraque, coincide com o anterior exceto quando elimina da cifra de 2005 os 17.000 milhões de dólares correspondentes ao extraordinário aumento registrado pela Ajuda ao Iraque no último ano.

Por outro lado, os acontecimentos de 11 de setembro estão diretamente vinculados ao aparecimento de dois conflitos bélicos que tenderam a captar uma parte importante da AOD mundial: o do Afeganistão e o do Iraque. Nesse sentido, enquanto no ano 2000 a ajuda destinada a ambos os países era inferior a 1% da ajuda destinada ao conjunto dos países em desenvolvimento, em 2005 a sua participação sobre o total da AOD mundial havia disparado até alcançar aproximadamente 25%.

Isto é especialmente importante no caso específico do Iraque uma vez que a assunção, ou não, da sua excepcionalidade altera significativamente os resultados finais. Neste sentido, uma análise rigorosa das tendências da AOD mundial exige contrastar os resultados reais com aqueles que ter-se-iam obtido se, para o ano 2005, a ajuda ao Iraque não se houvesse comportado de um modo absolutamente excepcional: em outras palavras, se o total da Ajuda a este país não tivesse tido, em um único ano, um crescimento de mais de 17.000 milhões de dólares (Quadro I.2.).

De fato, se for eliminado o excepcional aumento da ajuda a esse país, as conclusões referentes ao comportamento da AOD mundial mudam: a dinâmica de crescimento do quinquênio 2000-2005 se mantém, porém reduzem-se tanto a taxa de aumento anual³ como o volume para o ano 2005, que ficaria fixado ao redor dos 90.000 milhões de dólares.

Além disso, alteram-se também as conclusões referentes à direção que, no âmbito da luta contra a pobreza, os fluxos mundiais da AOD deveriam tomar. Nesse sentido, ao analisar o que realmente ocorreu entre 1994 e 2005, a conclusão a que se chega contraria o que caberia esperar em um contexto internacional marcado pela Declaração do Milênio. Dito em outros termos, o que se observa é que os países com maior desenvolvimento relativo (aqui identificados com os Países de Renda Média), longe de serem deslocados como receptores de AOD, tendem a captar cada vez mais fundos: 40% do total da ajuda internacional de 2005 frente ao inferior de 35% registrado dez anos atrás (Gráfico I.2.).

Tabela I.1. AOD líquida destinada aos países em desenvolvimento, de acordo com o nível de renda do país receptor. Biênios 1994-95 e 2004-05.

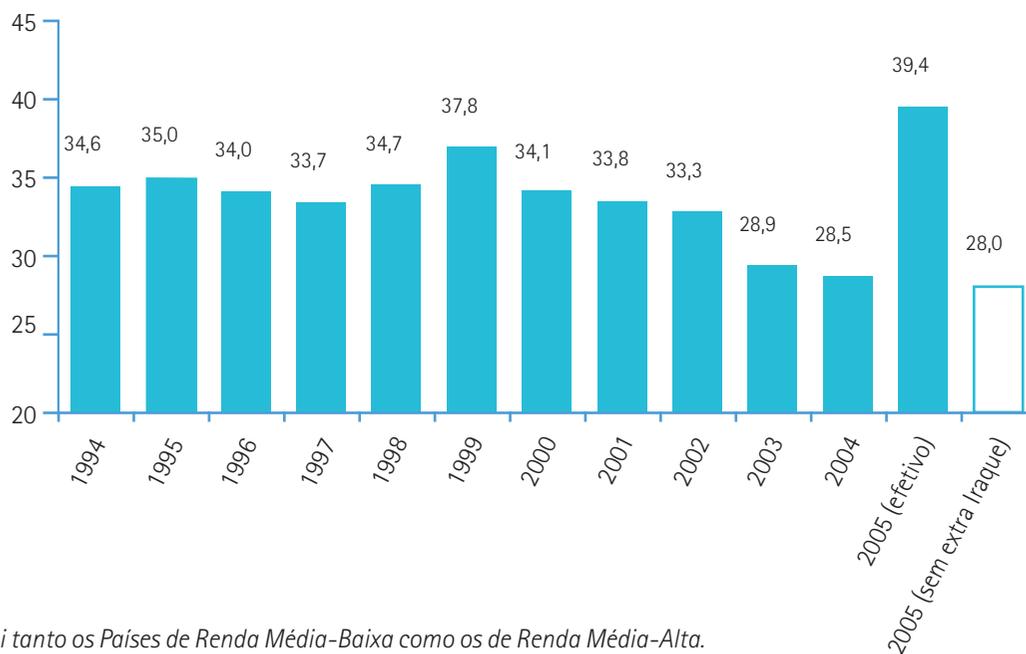
Valores absolutos, em milhões de dólares correntes

	1994	1995	2004	2005 Efetivo	2005 Sem extra Iraque
Países Menos Desenvolvidos	16.726	17.143	25.303	25.979	25.979
Países Renda Baixa	10.853	8.919	16.628	18.144	18.144
Países Renda Média-Baixa	18.048	17.905	19.951	39.472	22.468
Países Renda Média-Alta	2.687	2.735	2.566	2.771	2.771
Países em Desenvolvimento Mais Avançados	2.171	1.601	104	0	0
Não classificados	9.404	10.671	20.402	20.890	20.890
Total Países em Desenvolvimento	59.890	58.975	78.953	107.255	90.252

Fonte: Elaborado pela SEGIB a partir de dados da OCDE (2007)

Gráfico I.2. Participação dos Países de Renda Média* como receptores da AOD líquida destinada ao conjunto dos países em desenvolvimento. 1994–2005.

Participação em porcentagem



*Inclui tanto os Países de Renda Média-Baixa como os de Renda Média-Alta.

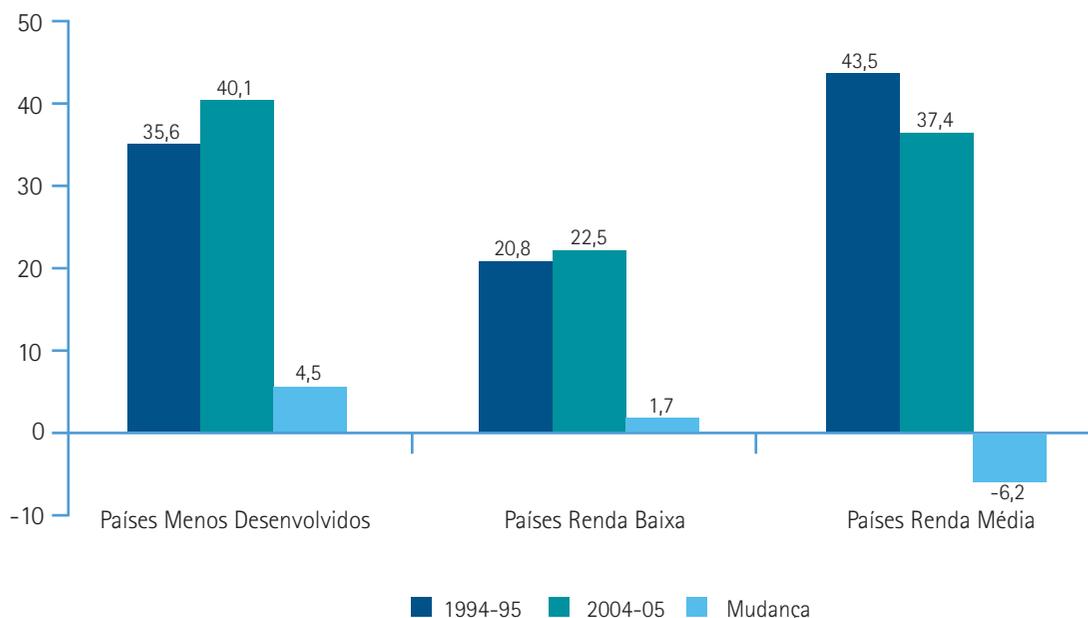
Fonte: Elaborado pela SEGIB a partir de dados CAD (OCDE) (2007)

O deslocamento da maior parte do volume de ajuda dos países com maior nível de desenvolvimento para os países com menor nível somente pode ser obtido levando em consideração o efeito Iraque. De fato, nas novas condições de análise, entre 1994 e 2005, a participação dos Países de Renda Média (dentro dos quais se encontra o Iraque) sobre o total da AOD mundial cai: de 35% do primeiro ano para 28% do último (o valor mais baixo da década) (Gráfico I.2.).

Nestas condições evidencia-se (Gráfico I.3.), além disso, que a perda de importância relativa dos países com maior desenvolvimento se produz a favor dos países com menor desenvolvimento. De fato, e depois de identificar desenvolvimento e renda, a comparação entre os biênios 1994-95 e 2004-05 indica como evidência uma clara reorientação da ajuda mundial: dos Países de Renda Média aos Países de Renda Baixa e, especialmente, aos Menos Desenvolvidos.⁴

Gráfico I.3. Mudanças na distribuição da AOD líquida destinada aos Países Menos Desenvolvidos e aos de Rendas Média e Baixa, quando não se inclui o efeito extraordinário do Iraque. 1994-2005.

Média de participação por biênio, em porcentagem



A distribuição foi estimada não sobre o total da AOD líquida destinada aos países em desenvolvimento, mas sobre o total da AOD destinada aos Países Menos Desenvolvidos, junto aos de Renda Baixa e Média. Além disso, os dados utilizados excluem o aumento extraordinário da ajuda ao Iraque para o ano 2005.

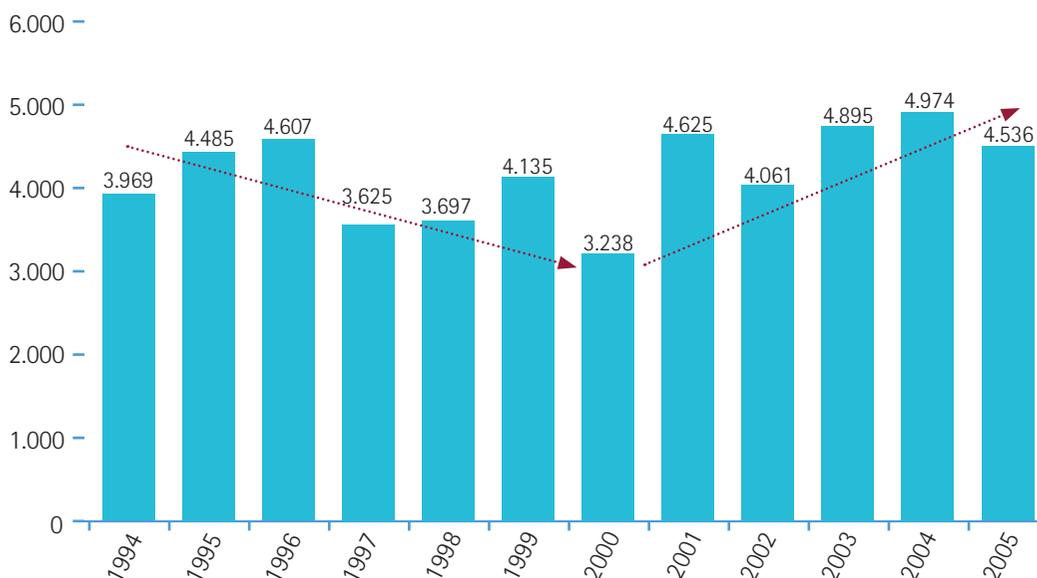
Fonte: Elaborado pela SEGIB a partir de dados CAD (OCDE) (2007)

Ibero-América e seu deslocamento como receptora de Ajuda para o Desenvolvimento

Entre os anos 1994 e 2005, a Assistência Oficial para o Desenvolvimento destinada à região ibero-americana apresentou um comportamento irregular. Não obstante, essa irregularidade⁵ não impediu que o volume de AOD destinada à região siga, grosso modo, uma tendência parecida à da AOD mundial: de queda inicial e de recuperação posterior⁶, tendo o ano 2000 como ponto de inflexão. Além disso, e de acordo com o Gráfico I.4, o balanço final é um aumento mais modesto, de aproximadamente 500 milhões de dólares, justamente os que separam os 4.000 milhões de dólares registrados no ano 1994 dos 4.500 de 2005.

Gráfico I.4. Total AOD líquida destinada aos países ibero-americanos. 1994-2005.

Valor absoluto, em milhões de dólares correntes



Fonte: Elaborado pela SEGIB a partir de dados CAD (OCDE) (2007)

Embora a dinâmica seja similar, o ritmo de crescimento da AOD destinada à Ibero-América para o período 1994-2005 é sensivelmente inferior ao da destinada ao conjunto dos países em desenvolvimento.⁷ A divergência entre ambos os ritmos de crescimento pode ser visualizada no Gráfico I.5 que mostra como, a partir do ano 2001, o aumento da AOD mundial segue uma curva de crescimento não partilhada pela ibero-americana.

Gráfico I.5. Comparativo entre a evolução da AOD líquida destinada aos países ibero-americanos e a evolução da destinada ao restante dos países em desenvolvimento. 1994-2005.

Valor absoluto, em milhões de dólares correntes



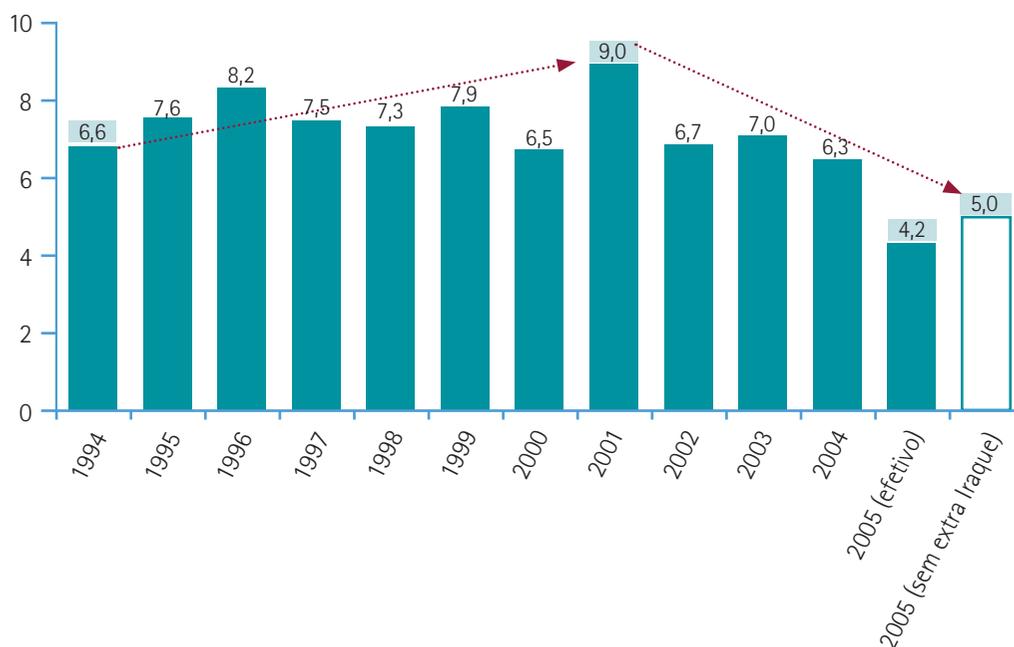
Fonte: Elaborado pela SEGIB a partir de dados CAD (OCDE) (2007)

Como se observa no Gráfico I.6, a consequência imediata desta divergência é uma perda de peso dos países ibero-americanos como receptores da ajuda internacional. Nesse sentido, independente de considerar ou não o efeito Iraque, a participação da Ibero-América como receptora da AOD destinada ao conjunto dos países em desenvolvimento teve uma queda⁸ dos mais de 7% mantidos como média ao longo do biênio 1994-95 para pouco mais de 5% dos anos 2004-2005.

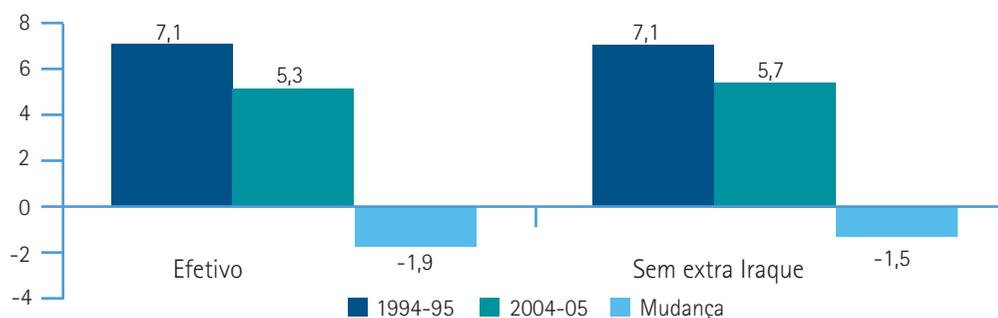
Gráfico I.6. Participação da Ibero-América como receptor da AOD líquida mundial. 1994-2005.

Participação e média por biênio, em porcentagem

A. Participação anual, 1994-2005



B. Mudança biênios, 1994-95 e 2004-05



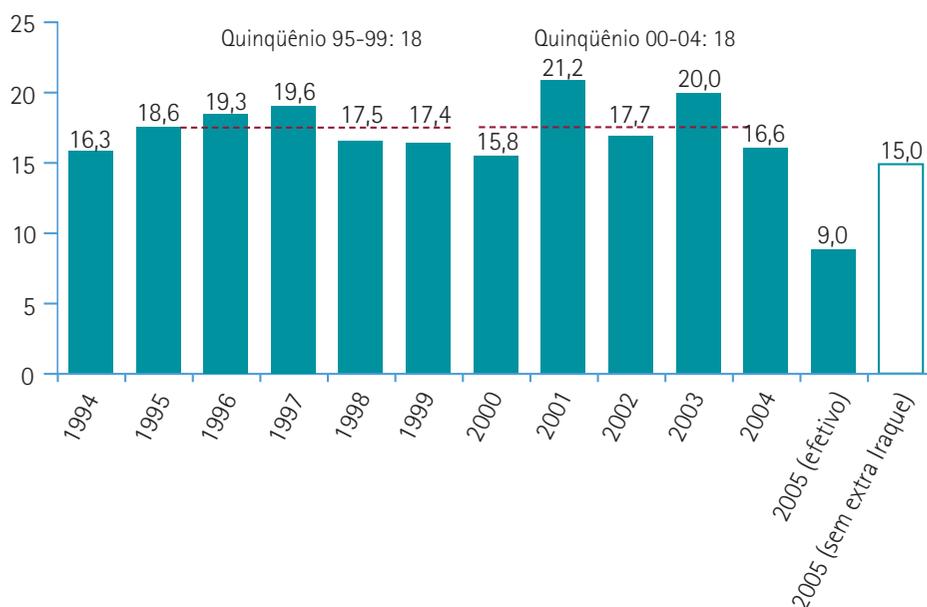
Fonte: Elaborado pela SEGIB a partir de dados CAD (OCDE) (2007)

O fato de todos os países receptores da região, com exceção da Nicarágua (de Renda Baixa), serem classificados como Países de Renda Média sugere que a perda de participação da nossa região no conjunto da AOD mundial responde às mesmas causas que provocaram o deslocamento da totalidade dos países com maior nível de desenvolvimento relativo. Portanto, sob o impacto derivado do impulso das políticas de luta contra a pobreza entender-se-ia que, ao longo dos anos 1995-2004, os países ibero-americanos de Renda Média⁹ tenderam a manter constante a sua participação relativa sobre o total da AOD destinada aos países em desenvolvimento que também se classificam dentro dessa mesma categoria de receitas.¹⁰

Dentro deste quadro de análise, a perda de peso que, não obstante, se registra entre o início e o final do decênio analisado (de acordo com o que se observa no Gráfico I.7, de 17,4% do biênio 1994-95 até 15,8% do biênio 2004-05), responde mais especificamente à redistribuição de fundos experimentada no seio dos Países de Renda Média. De fato, e como conseqüência da irrupção do Iraque como receptor de ajuda, a Ibero-América sofre o agravamento de ter que disputar parte da AOD com esse país do Oriente Médio que, como já foi comentado, também está classificado como país de receita média.¹¹ Nesse sentido, depois do início da guerra, no ano 2003, o Iraque tem tendido a captar cada vez mais fundos, o que provocou um desvio no destino final de uma ajuda que não teria existido ou poderia ter sido destinada a países como os ibero-americanos.

Gráfico I.7. Peso dos países ibero-americanos de Renda Média sobre o total da AOD destinada aos países com idêntico nível de receitas. 1994-2005.

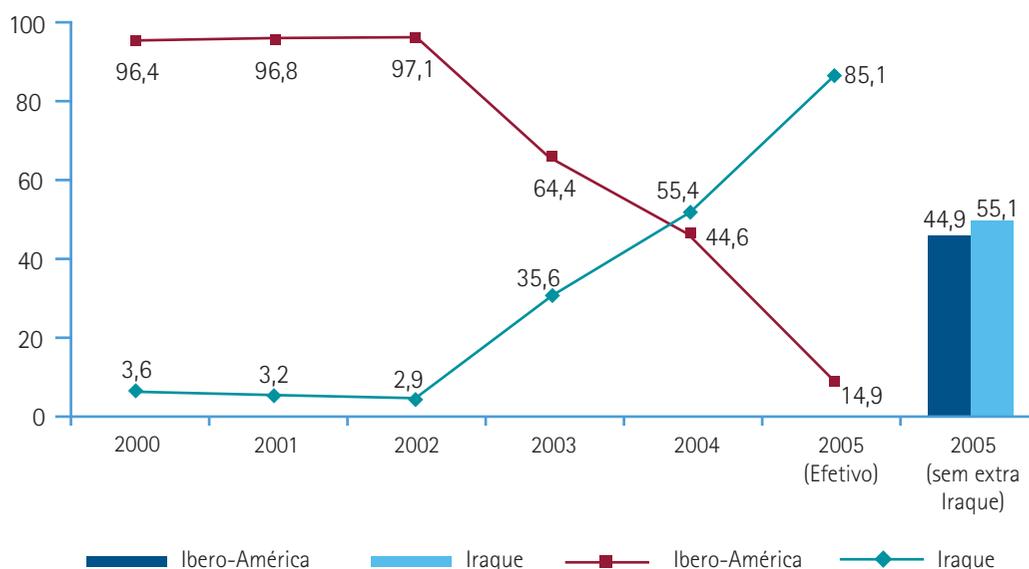
Participação em porcentagem



Fonte: Elaborado pela SEGIB a partir de dados CAD (OCDE) (2007)

Gráfico I.8. Distribuição anual do soma da AOD destinada ao Iraque e à Ibero-América. 2000-2005.

Participação em porcentagem



1. Exclui-se a Nicarágua para que a análise se restrinja, exclusivamente, à distribuição da AOD entre os países de igual nível de renda.

Fonte: Elaborado pela SEGIB a partir de dados CAD (OCDE) (2007)

Caracterização da ajuda destinada aos países ibero-americanos

A crescente concentração de ajuda nas regiões andina e centro-americana

Nos últimos anos, a maior parte do fluxo de Ajuda para o Desenvolvimento destinado à Ibero-América tendeu a dirigir-se para as regiões andina e centro-americana. Assim o confirma uma análise dos valores que os diferentes países receberam, em média anual, ao longo do biênio 2004-05. Nesse sentido, e classificados de maior a menor recepção de fundos, 70% da ajuda recaiu em cinco países dessas zonas: Nicarágua (que recebeu, cada ano, aproximadamente 1.000 milhões de dólares), Bolívia e Honduras (676 e 665 milhões de dólares, respectivamente), Colômbia (515 milhões) e Peru (435). Por sua parte, praticamente 20% dessa mesma ajuda foi destinada aos também centro-americanos Guatemala e El Salvador (superior aos 200 milhões de dólares anuais), assim como Brasil, Equador (ambos ao redor de 175) e México (152 milhões). A décima parte restante foi distribuída entre os outros nove países: de um lado, Argentina, Chile, Cuba e República Dominicana (cujos fundos de ajuda anual se aproximaram aos 100 milhões de dólares) e, do outro lado, Costa Rica, Panamá, Paraguai, Uruguai e Venezuela (que registraram os totais de ajuda mais baixos, nunca superiores aos 50 milhões por ano).¹²

Tabela I.2. AOD líquida destinada aos países ibero-americanos, por nível de renda. 1994–2005.

Valores absolutos, em milhões de dólares correntes

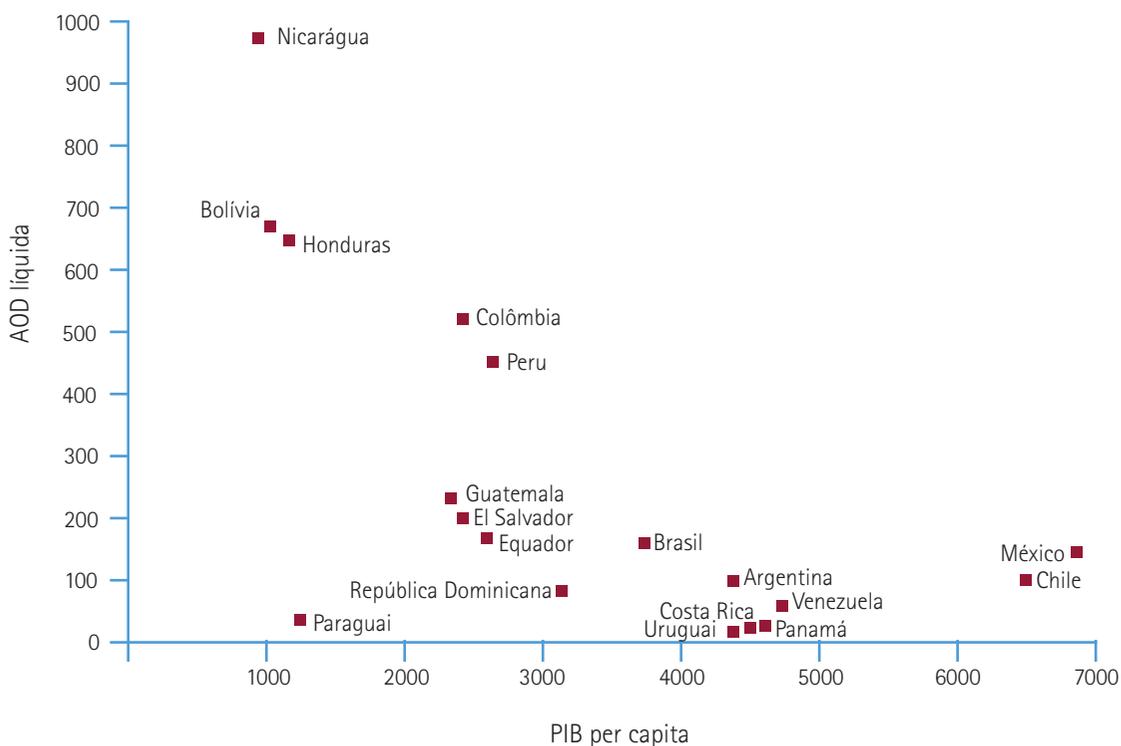
	1994-95	2004-05	Mudança
Países de Renda Baixa (PRB)			
Nicarágua	621,7	987,4	365,7
Subtotal (PRB)	621,7	987,4	365,7
Países de Renda Média-Baixa (PRM-B)			
Bolívia	636,4	676,3	39,9
Brasil	261,3	174,5	-86,9
Colômbia	121,7	515,3	393,6
Cuba	55,0	92,6	37,6
Equador	216,2	183,9	-32,3
El Salvador	300,5	208,0	-92,5
Guatemala	213,3	236,9	23,6
Honduras	347,4	665,5	318,1
Paraguai	117,2	36,4	-80,8
Peru	352,3	435,3	83,0
República Dominicana	90,3	80,8	-9,6
Subtotal (PRM-B)	2.711,6	3.305,4	593,8
Países de Renda Média-Alta (PRM-A)			
Argentina	144,4	96,3	-48,1
Chile	153,3	104,1	-49,2
Costa Rica	52,2	22,2	-30,1
México	404,1	152,5	-251,7
Panamá	35,7	21,9	-13,8
Uruguai	69,2	18,4	-50,8
Venezuela	34,8	46,8	12,0
Subtotal (PRM-A)	893,7	462,1	-431,6
Total Países Ibero-Americanos	4.227,0	4.754,9	527,8

Fonte: Elaborado pela SEGIB a partir de dados CAD (OCDE) (2007)

A mencionada distribuição da ajuda tendeu a estar influenciada pela forte correlação existente entre o volume de fundos que cada país recebe e o seu nível de desenvolvimento econômico e social. Em termos gerais, essa idéia se confirma ao observar o Gráfico I.9, pois quando o volume de AOD recebida em 2005 por cada um dos países ibero-americanos se relaciona com o seu nível de renda por habitante, o resultado é uma nuvem de pontos claramente decrescente. A título ilustrativo parece, então, lógico que na extremidade superior esquerda dessa nuvem se encontrem países como a Nicarágua e a Bolívia (baixo nível de renda, alto nível de ajuda) e que, concentrados na parte inferior direita encontrem-se a Costa Rica, o Panamá, o Uruguai e a Venezuela (níveis de receitas médios-altos, volumes de ajuda baixos).

Gráfico I.9. Correspondência entre o PIB por habitante e o volume de AOD (líquida) recebida, de acordo com o país. Biênio 2004–2005.

Valores absolutos, em milhões de dólares correntes; razão, em dólares por habitante



Não inclui Cuba uma vez que a CEPAL não publicou os dados referentes ao ano 2005.

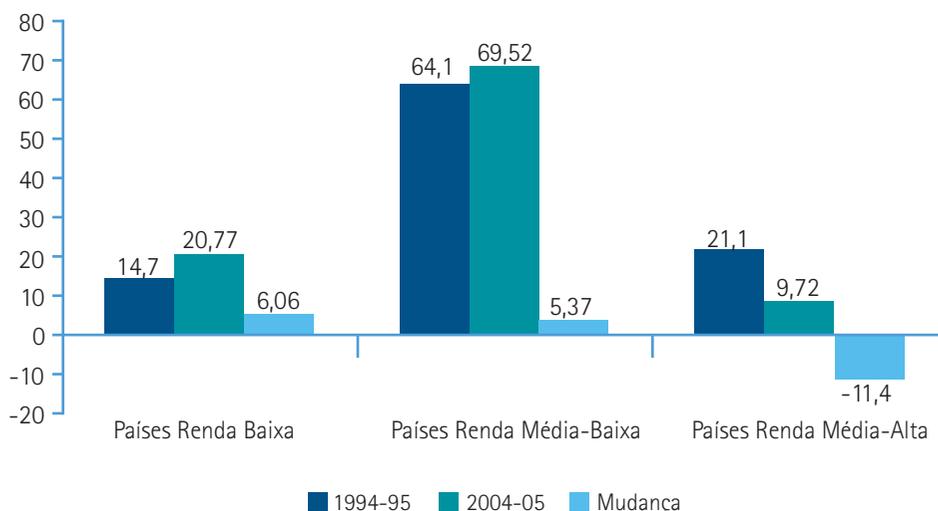
Fonte: Elaborado pela SEGIB a partir de dados da CEPAL (2005 e 2006)

Existem, não obstante, alguns comportamentos que explicam a afirmação anterior. De fato, se algo destaca por excepcional na evolução da ajuda destinada à região é, por exemplo, o modo como a AOD destinada à Colômbia se comportou. Assim, e como pode ser observado no mesmo gráfico, o país andino mostra níveis de renda bastante similares aos da Guatemala, de El Salvador e do Equador¹³ e, no entanto, registra volumes de ajuda muito superiores: de aproximadamente 500 milhões de dólares no ano 2005, frente aos quase 200 milhões registrados por cada um dos outros três países.¹⁴ A explicação para este caso específico (o enorme montante em dinheiro que os Estados Unidos destina –no âmbito da sua política de segurança e anti-drogas– ao denominado Plano Colômbia)¹⁵ deixa em evidência que as decisões dos doadores nem sempre são regidas pela relação ajuda-desenvolvimento.¹⁶

Mais além das explicações anteriores, não obstante, a situação descrita para os anos 2004-05 resulta após uma década cujas transformações vêm sendo fortemente marcadas pela Declaração do Milênio. Assim, dentro da Ibero-América também se observa uma redistribuição da ajuda dos países com maior nível de desenvolvimento relativo para os países com menor nível. Em concreto, durante o biênio 1994-1995, os países ibero-americanos de Renda Média-Alta captavam um pouco mais da quinta parte do total dos fundos destinados à região, uma cifra notavelmente superior à registrada uma década depois, quando este mesmo grupo de países captou menos de 10% da AOD final. De acordo com o que pode observar-se no Gráfico I.10, os quase 12 pontos percentuais de participação perdidos por este grupo de países foram ganhos, praticamente em igual proporção, pelos Países de Renda Baixa e de Renda Média-Baixa.

Gráfico I.10. Mudanças na distribuição da AOD líquida destinada aos Países Ibero-Americanos, de acordo com o nível de renda. 1994-2005.

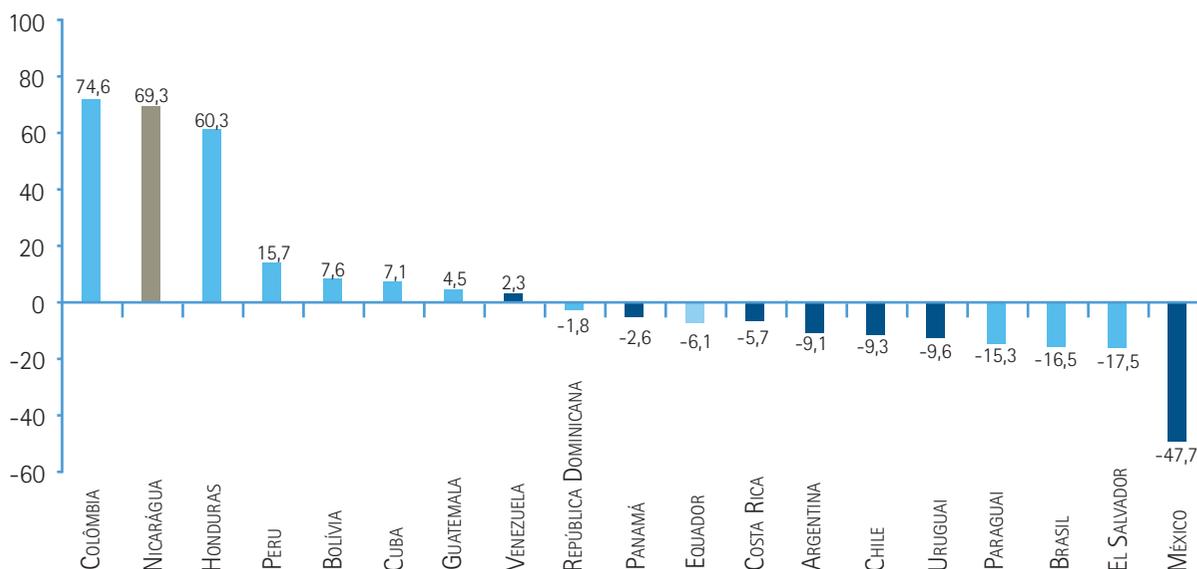
Média de participação por biênio, em porcentagem



Fonte: Elaborado pela SEGIB a partir de dados CAD (OCDE) (2007)

Gráfico I.11. Contribuição de cada país à mudança registrada na AOD recebida pela região. 1994–2005.

Contribuição, em porcentagem



*Os países foram diferenciados de acordo com o nível de renda. Neste sentido, as colunas cinza referem-se aos Países de Renda Baixa, as azul-claras aos de Renda Média-Baixa e as azul-escuras, aos de Renda Média-Alta.

Fonte: Elaborado pela SEGIB a partir de dados CAD (OCDE) (2007)

Além disso, o Gráfico I.11 permite entender o significado do anterior em termos de países.¹⁷ Da sua observação conclui-se que, tanto a maior parte do incremento total registrado como o deslocamento da AOD para os países de menor desenvolvimento relativo, se explica:

1. de um lado, pelos aumentos registrados pela Colômbia¹⁸ e Honduras (ambos de Renda Média-Baixa), assim como pela Nicarágua¹⁹ (de Renda Baixa),
2. e de outro lado, pela perda registrada, fundamentalmente, pelo México²⁰ e, em menor medida, pela Argentina, Chile e Uruguai, todos Países de Renda Média-Alta.

Quadro I.3: Dívida e Ajuda para o Desenvolvimento

As flutuações sofridas pelos volumes de Ajuda para o Desenvolvimento que um país recebe anualmente são fortemente influenciadas por tudo o que ocorre nos seus níveis de dívida externa. Assim, quando um país leva a cabo, por exemplo, um processo de reestruturação da dívida, o valor correspondente ao alívio dos pagamentos se converte em um importante aumento de AOD. Em geral, o âmbito de negociação mais habitual para essas reestruturações tem sido o denominado Clube de Paris, grupo informal de credores oficiais que se reúnem, periodicamente, desde o ano 1956. A partir do ano 1996 este mesmo grupo, ao amparo de distintos organismos internacionais, impulsionou a denominada Iniciativa HIPC* através da qual se pretende que os países altamente endividados possam se beneficiar de reestruturações com um impacto superior às que tenham sido realizadas tradicionalmente. Além disso, desde o início de 2006 os Países Pobres mais Altamente Endividados podem se beneficiar, também, da Iniciativa multilateral de alívio de dívida (MDRI**, por suas siglas em inglês) que na Ibero-América afeta, concretamente, a três países (Bolívia, Honduras e Nicarágua).

Neste contexto, uma correta interpretação das variações sofridas pelos volumes de ajuda que os países ibero-americanos recebem deve levar em consideração os processos de reestruturação da dívida aos que se tenham submetido. A seguinte tabela, preparada para esse efeito, indica que países da região sofreram uma reestruturação da sua dívida entre 1994 e 2005, em que anos e quais se enquadram na iniciativa HIPC.

Renegociações de dívida que afetam os países ibero-americanos no âmbito do Clube de Paris. 1994-2005.

	Renegociação no âmbito Iniciativa HIPC	Outras renegociações
Bolívia	Sim (ano 2001)	Anos 1995, 1998
Equador	Não	Anos 1994, 2000, 2003
Honduras	Sim (ano 2005)	Anos 1996, 1999, 2004
Nicarágua	Sim (ano 2004)	Anos 1995, 1998, 2002
Peru	Não	Ano 1996
R. Dominicana	Não	Anos 2004, 2005

Fonte: Elaborado pela SEGIB a partir de dados de García (2004) e www.clubdeparis.org

A título ilustrativo, o caso específico do país ibero-americano que, em 2006, registra um maior nível de AOD: Nicarágua. Efetivamente, de acordo com fontes do Ministério de Relações Exteriores deste país centro-americano, em 31 de dezembro de 2006, o saldo da dívida pública externa totalizava 4.526,7 milhões de dólares. Este número refletia, em relação ao saldo de 2005, um decréscimo líquido de 820,8 milhões de dólares, equivalente ao alívio de dívida concedido por credores externos no âmbito das iniciativas HIPC e MDRI.

*A sigla HIPC se refere aos "Heavily Indebted Poor Countries" (Países Pobres Fortemente Endividados)

**A sigla MDRI se refere à "Multilateral Debt Relief Initiative"

Fonte: SEGIB a partir de <http://www.clubdeparis.org>, García (2004) e as declarações do Ministério de Relações Exteriores da Nicarágua

A origem dos fundos destinados à região: os principais doadores

A maior parte da Ajuda para o Desenvolvimento que a região ibero-americana recebe é de procedência bilateral (mais de 75% do total recebido tanto no primeiro como no último biênio do período analisado). De acordo com o que pode ser observado a partir da Tabela I.3 e do Gráfico I.12, mais da metade dessa porção de ajuda procede de três únicas fontes: Estados Unidos, Japão e Espanha. A AOD bilateral restante explica-se, além disso, procedente dos países europeus como Alemanha, França ou da Holanda,²¹ assim como do Canadá.

Tabela I.3. AOD líquida total destinada aos países ibero-americanos, de acordo com o doador. 1994–2005.

Valores absolutos, em milhões de dólares correntes; participação em porcentagem

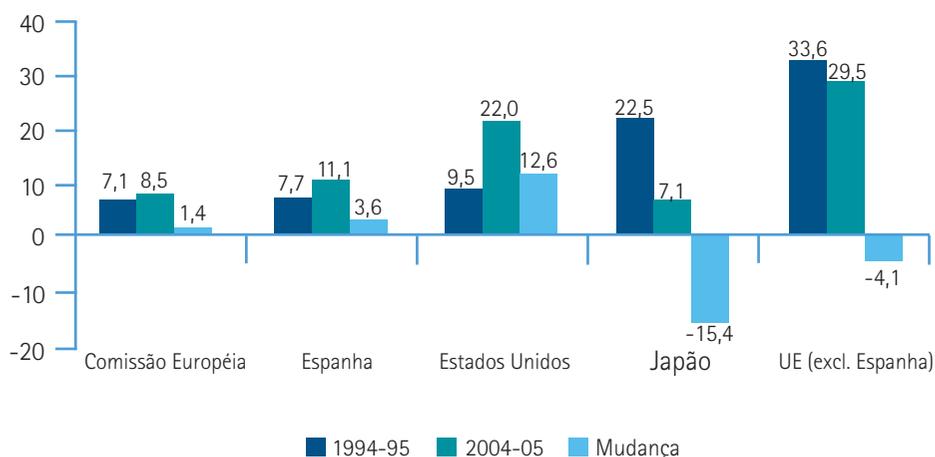
Valores absolutos				
	1994	1995	2004	2005
Bilateral				
Estados Unidos	445	354	1.124	971
Japão	808	1.093	271	404
Espanha	353	295	572	498
Países UE, excl.Espanha*	1.317	1.523	1.570	1.231
Outros países	211	235	301	334
Total Bilateral	3.134	3.500	3.837	3.438
Multilateral				
Comissão Européia	274	327	365	444
Resto de Organismos	561	658	772	654
Total Multilateral	835	985	1.137	1.098
Todos os doadores				
Total	3.969	4.485	4.974	4.536

**Refere-se exclusivamente aos países que sendo membros da EU são, por sua vez, membros do CAD. Concretamente: Alemanha, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Espanha, Finlândia, França, Grécia, Holanda, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Portugal, Reino Unido e Suécia.*

Fonte: Elaborado pela SEGIB a partir de dados da OCDE (2007)

Gráfico I.12. Mudanças na distribuição da AOD líquida destinada aos Países Ibero-Americanos, de acordo com o doador. 1994–2005.

Média de participação sobre o total recebido por biênio, em porcentagem. Ordem crescente, de acordo com dados 1994-95.



A ajuda bilateral procedente da União Europeia contempla a soma da AOD de todos os países da EU que, por sua vez, são membros do CAD. Para este cálculo específico, a Espanha fica excluída.

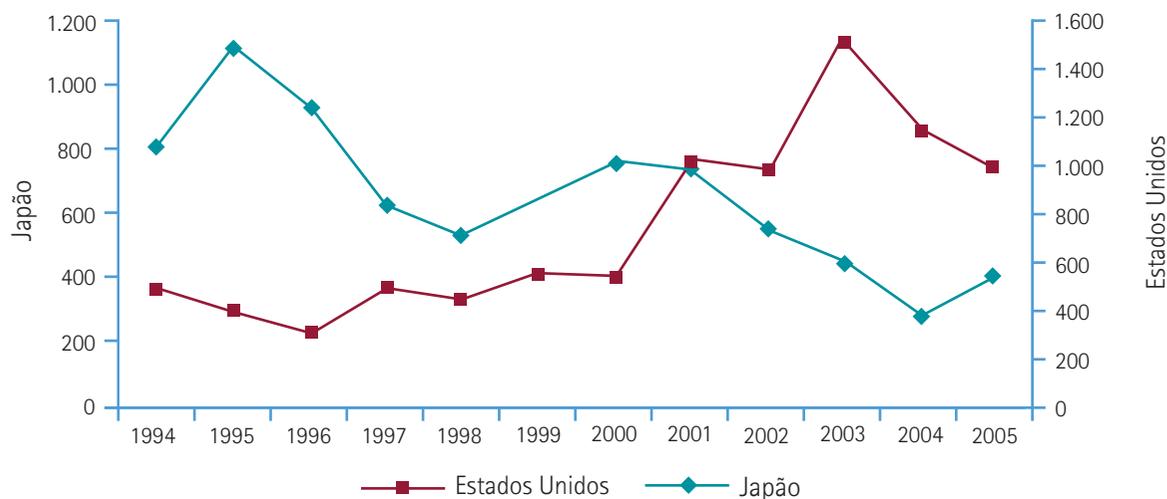
Fonte: Elaborado pela SEGIB a partir de dados CAD (OCDE) (2007)

No entanto, ao longo do período compreendido entre 1994 e 2005, a importância relativa de cada uma das diferentes fontes bilaterais viu-se notavelmente alterada. Nesse sentido, em 10 anos, os Estados Unidos desbancaram o Japão como principal doador para a região. Além disso, em termos de importância relativa, o Japão também foi desbancado pela Espanha que passou de terceiro a ser o segundo ofertante mais importante para a região.

O deslocamento do Japão por parte dos Estados Unidos é fruto da coincidência de duas dinâmicas inversas (Gráfico I.13.). Especificamente, a ajuda proporcionada pelo país nipônico teve uma queda significativa: de fato, em um década a AOD japonesa reduziu-se até representar um terço do seu valor inicial.²² Essa diminuição coincidiu com uma reorientação da estratégia de cooperação desse país, o que acabou favorecendo, em termos geográficos, as nações africanas e asiáticas.²³ Por sua parte, a ajuda procedente dos Estados Unidos registrou um crescimento exponencial, apenas interrompido depois do ano 2003, coincidindo com o desvio de fundos provocado pela guerra do Iraque.²⁴

Gráfico I.13. Comparativo entre a evolução da AOD líquida destinada pelo Japão e os Estados Unidos aos países ibero-americanos. 1994–2005.

Valor absoluto, em milhões de dólares norte-americanos correntes



Fonte: Elaborado pela SEGIB a partir de dados CAD (OCDE) (2007)

Como anteriormente comentado, o espetacular incremento da ajuda de origem estadunidense explica-se, fundamentalmente, pela prioridade dada por esse país à sua política de segurança no exterior. Essa prioridade explica, além disso, a reorientação intra-regional dos fundos destinados à Ibero-América: concretamente, da América Central para os Andes. Nesse sentido, ao longo do biênio 1994-95 praticamente 55% da ajuda estadunidense destinava-se à América Central,²⁵ frente a menos de 47% dedicada à região andina.²⁶ Entretanto, no biênio 2004-2005 essas participações mudaram notavelmente: a dos países centro-americanos foi reduzida para menos da metade (até 21%), enquanto que a referente à comunidade andina aumentou até um significativo 63%.²⁷

Por sua parte, o crescimento da ajuda procedente da Espanha²⁸ compensa, praticamente na sua totalidade, a queda relativa sofrida pela ajuda procedente do restante dos países da União Européia.²⁹ Como podemos deduzir do anterior, a complementaridade entre ambas as dinâmicas permite que, em termos globais, a importância relativa da ajuda bilateral européia se mantenha, ao longo de todo o período, praticamente constante (ao redor de 40% do total).

Finalmente, os fundos multilaterais (pouco mais de 1.150 milhões de dólares de média nos anos 2004-05) explicam menos de 25% do total da ajuda destinada à Ibero-América. A procedência desses fundos encontra-se, no entanto, muito concentrada em uma única fonte: a Comissão Européia,³⁰ o que explica mais de dois terços do total da ajuda de origem multilateral. O resto procede, fundamentalmente, de organismos situados no âmbito das Nações Unidas (FAO, PNUD, ONUDI e UNESCO, entre outros).

1. Embora não esteja especificado, os valores da AOD deverão ser considerados sempre "líquidos".
2. Em termos de crescimento, entre 1994 e 2000 a AOD líquida mundial caiu para uma taxa anual de -3%. Em contrapartida, entre 2001 e 2005, essa taxa alcançou um valor positivo e notavelmente intenso, superior a 17%.
3. A taxa de crescimento médio para o período 2001-2005 reduz-se de 17,1% anterior para 12,8%.
4. Como se observa no Gráfico I.3., os Países de Renda Média perdem mais de 6 pontos de participação percentual (de 43,6% do biênio 1994-1995 para somente 37,5% registrado nos anos 2004-05). Desses 6 pontos, cerca de 2 são ganhos pelos Países de Renda Baixa (que passam a receber de 20,8 para 22,5% dos fundos) e pouco mais de 4 pelos Países Menos Desenvolvidos (de cerca de 36% dos primeiros anos para 40% final).
5. Mais especificamente, as taxas de crescimento anual registraram fortes oscilações. De fato, podem ser encontrados registros mínimos de -20% e máximas de até 42%.
6. Concretamente, a taxa de crescimento médio para a primeira etapa, a compreendida entre os anos 1994 e 2000, é de -2,2%. Por sua parte, a correspondente à etapa 2001-2005 é positiva e notavelmente superior, de 8,8%.
7. Efetivamente, durante o período 1994-2005, a taxa anual de crescimento da ajuda destinada à Ibero-América se mantém inferior a 2,8%. Pelo contrário, a taxa de crescimento médio da AOD mundial oscila entre 3,9% e 6,5%, dependendo se estiver ou não sendo incluído o impacto do Iraque.
8. No entanto, esta queda não foi progressiva. Pelo contrário, até o ano 2001 o fato de que a AOD mundial tenha registrado uma queda (-3,0% de média anual) mais intensa que a da AOD destinada à Ibero-América (-2,2%), fez com que durante uma primeira etapa (1994-2000) a região ibero-americana chegasse inclusive a aumentar a sua participação sobre o total da ajuda destinada aos países em desenvolvimento (em mais de 2,5 pontos, de 6,6% registrado em 1994 até um máximo de 9% referente ao ano 2001). Durante os anos 2001-2005, no entanto, a tendência se inverte e a importância relativa da Ibero-América como receptora de AOD cai consideravelmente (praticamente pela metade, de 9% inicial para 4-5% final).
9. De acordo com o já explicado, todos os receptores exceto a Nicarágua.
10. De acordo com o que se pode observar no Gráfico I.7, o peso relativo dos países ibero-americanos de renda média sobre o total dos países em desenvolvimento com igual nível de receitas se mantém como média de participação anual dos quinquênios 1995-99 e 2004-05, em registros similares, de 18% ao ano.
11. Neste ponto cabe lembrar que, embora obviando os 17.000 milhões de AOD que o Iraque recebeu no ano 2005 após ter-lhe sido perdoada parte da sua dívida, todos os cenários considerados (efetivo e sem extra Iraque) incluem, para o ano 2005, 4.650 milhões em Ajuda ao Iraque (a mesma cifra que a recebida no ano anterior). Esta quantidade (praticamente 30% de toda a AOD destinada aos Países de Renda Média) provoca, inevitavelmente, uma redistribuição da AOD destinada aos países de receitas médias a favor deste país do Oriente Médio.
12. Embora autores como Negrón e Valderrama sugiram uma redistribuição da AOD recebida pelas principais regiões receptoras (concretamente, um deslocamento da América Central a favor dos países andinos), uma análise pormenorizada dos dados oferecidos pela OCDE para o período 1994-2005 não permite corroborar essa idéia. Dessa forma, tanto para o biênio 1994-95 como para o biênio 2004-05, ambas as regiões teriam mantido, sobre o total recebido pelas duas, uma participação idêntica (de 46% no caso andino e de 53% no centro-americano).
13. De fato, as respectivas rendas per capita oscilavam, para o ano 2005, ao redor de 2.500 dólares anuais.
14. O caso do Paraguai também surpreende pois, sendo um dos países com menor nível de renda per capita, registra, por sua vez, um total de ajuda dos mais baixos. Destacam-se, também, as experiências do Chile e do México (inclusive do Brasil) que, para o ano 2005, continuam recebendo um volume de AOD notavelmente superior ao que recebem países com um nível de desenvolvimento relativo similar.
15. Em 2005, 65,4% do valor total de ajuda recebida pela Colômbia procedia de uma única fonte: Estados Unidos. Esta cifra, entretanto, era inclusive inferior à registrada no ano 2003, quando essa proporção alcançou o seu máximo: aproximadamente 670 milhões procedentes dos Estados Unidos, 83,7% dos 800 milhões finalmente depositados. Para mais informações, veja ALOP (2006).
16. Germán e Randel (2004) defendem a tese de que os compromissos globais –por exemplo, a luta contra a pobreza– de alguns doadores estão sendo relegados por interesses particulares –por exemplo, de segurança nacional.
17. Este gráfico mede a contribuição de cada nação (diferenciada por nível de renda) à mudança registrada no total da AOD recebida pela região. Para isso calcula que parte dos 500 milhões de dólares em que os fundos destinados à Ibero-América na última década aumentaram procede dos aumentos ou das reduções do recebido por cada país.

18. A OCD destinada a este país aumentou, em uma década, de pouco mais de 120 milhões de dólares registrados de média nos anos 1994-1995 para mais de 500 milhões de dólares no biênio 2004-2005, o que o transformou no quarto maior receptor de fundos da região.

19. Na década analisada, a AOD destinada a Honduras e à Nicarágua aumentou de 350 para 665 milhões de dólares, e de 620 para 987, respectivamente. Nesse caso houve influência, fundamentalmente, da integração no marco da iniciativa HIPC e o alívio excepcional da dívida que, no âmbito desta mesma iniciativa, teve lugar para paliar os efeitos do Furacão Mitch que afetou de forma extremamente severa a ambos os países em 1998 (Garcia, 2004). Para mais informações, ver Quadro I.3: Dívida e Ajuda para o Desenvolvimento.

20. O país norte-americano passou de receber cerca de 400 milhões de dólares em média no biênio 1994-1995 para somente 150 milhões de dólares. Chama a atenção neste caso que, como veremos mais adiante, a última cifra teria sido ainda mais baixa não fosse pelo mais que intenso crescimento da ajuda estadunidense destinada ao México: dos 2 milhões de dólares registrados de média durante o biênio 1994-95 para 85,69 milhões dos anos 2004-2005.

21. Até 2003, o Reino Unido também vinha sendo um doador importante. O volume de AOD que este país destinava para a região, no entanto, sofreu um severo recorte como conseqüência do desvio de fundos para o Iraque (Negrón, 2004).

22. Os fundos destinados pelo Japão à região Ibero-Americana diminuíram, entre os biênios 1994-95 e 2004-05, em 64,5% (de mais de 950 milhões de dólares iniciais até menos de 350 milhões finais).

23. Nos últimos anos, a estratégia de cooperação japonesa alinhou-se com a Declaração do Milênio, assim como com a prioridade dada à denominada "Segurança Humana", que inclui a luta contra os efeitos de desastres naturais. Dentro deste último âmbito, no ano 2005 destacou-se o desvio de fundos japoneses para os países asiáticos golpeados pelo tsunami de dezembro de 2004. Como conseqüência, em 2005 a distribuição final da AOD nipônica por regiões foi como segue: 45,6% para a Ásia; 19,1% para a África; e o inferior 17,8% para as distintas áreas (norte, centro e sul) que formam o continente americano (Agência de Cooperação Japonesa, www.jica.go.jp).

24. De 162,2% entre os anos 1994-95 e 2004-05. Como mostra o Gráfico I.13, o aumento teria sido ainda superior não fosse pela queda registrada a partir de 2003, coincidindo com o desvio de fundos para o Iraque.

25. Concretamente, contabiliza-se a ajuda a El Salvador, Honduras e Guatemala (exclui-se o resto dos países da área). O enorme fluxo de ajuda a estes países se explica, principalmente, pela coincidência com a assinatura dos Acordos de Paz no início-meados dos anos noventa.

26. Contabiliza-se a Bolívia, a Colômbia, o Equador e o Peru, porém exclui-se a Venezuela.

27. Cabe assinalar, adicionalmente, que também resulta espetacular o aumento da ajuda estadunidense ao México (de um milhão de dólares no ano 1994 para 128 milhões em 2005), fato que explica que, sobre o total de fundos destinados pelos EUA à Ibero-América, a proporção dos que dedica a este país norte-americano tenha aumentado: concretamente, de 0,5% do biênio 1994-95 até 8,5% dos anos 2004-05.

28. Faremos uma análise mais profunda do caso espanhol no Capítulo II do presente relatório.

29. A participação da ajuda espanhola sobre o total da recebida pela região melhorou em mais de 3,5 pontos percentuais (de 7,5% mantido no início do decênio até 11% final). Essa melhora compensa, praticamente, os 4 pontos percentuais de diminuição da participação da UE (de 33% mantido no primeiro biênio para 29% registrado nos dois últimos anos).

30. De fato, no período compreendido entre 1994 e 2005 a Comissão Européia converteu-se em uma das principais fontes de ajuda para a Ibero-América. Nesse sentido, sua participação sobre o total da AOD destinada à região aumentou em praticamente 1,5 pontos percentuais (de 7% no biênio inicial para 8,5% no final).

II. DA PENÍNSULA AO CONTINENTE: OS FLUXOS DA AOD DENTRO DA IBERO-AMÉRICA

DA PENÍNSULA AO CONTINENTE: OS FLUXOS DA AOD DENTRO DA IBERO-AMÉRICA

Tendências e principais peculiaridades da AOD espanhola em relação à Ibero-América

Ao longo da última década, e após alguns anos de crescimentos modestos (e inclusive de estancamento), a AOD espanhola¹ incrementou de forma notável os recursos que destina à Cooperação para o Desenvolvimento. De fato, no ano 1994 a ajuda espanhola chegava a pouco mais de 1.300 milhões de dólares (PACI, 1998). Entretanto, no ano 2006 a cifra praticamente triplicou, alcançando os 3.800 milhões de dólares. Esta última cifra, equivalente a 0,32% do PIB, permite ao Governo espanhol ir aproximando-se do 0,5% a que se comprometeu alcançar até o final da presente legislatura (março de 2008), o que implicaria a duplicação da AOD espanhola (de 0,25% do PIB de 2004, quando o atual Governo iniciou o seu mandato). No momento de redigir este Relatório, setembro de 2007, os orçamentos para o ano 2008 encontram-se em discussão. Se a meta estabelecida for cumprida, o Governo aumentaria a AOD total para acima dos 5.000 milhões de euros.

Por sua parte, a AOD bilateral também experimentou uma progressão ascendente (Quadro II.1.) ao passar de 855 milhões de dólares em 1994 para 2.100 milhões executados no ano 2006 (OCDE, 2007) (PACI, 2007).² Além disso, seguindo a tendência internacional e como fica refletido no Plano Diretor da Cooperação atualmente vigente, a Espanha reforçou o seu compromisso com os Países Menos Adiantados, aos que não dedicava recursos anteriormente e aos que agora destina, pelo menos, 20% da sua AOD bilateral.

No entanto, este incremento, que favorece especialmente aos países da África Subsaariana, não se produziu em detrimento da cooperação com as regiões tradicionalmente prioritárias para a Cooperação Espanhola: a América Latina³ e o Mediterrâneo.⁴ Concretamente, no ano 2006 a Espanha destinou 37,5% da sua AOD bilateral à América Latina. Entretanto, a área mediterrânea (segunda grande beneficiária) recebeu 22,5%. Notavelmente por baixo, situou-se a África Subsaariana (13% da cooperação bilateral).

Nesse cenário, o grosso dos recursos bilaterais da cooperação espanhola com a América Latina, mais de 85%, destinou-se aos países membros da Conferência Ibero-Americana. Como pode ser observado no Gráfico II.1., entre 1994 e 2002 a AOD espanhola para a Ibero-América ficou estancada e, inclusive, chegou a registrar alguma redução.⁵ Não obstante, a partir de 2003 iniciou-se um crescimento sustentável dos recursos, que alcançaram o seu máximo em 2006 (uma cifra que, previsivelmente, será superada no ano 2007).

Quadro II.1: A AOD com que a Espanha contribui com os organismos multilaterais e regionais

Entre os anos 1994 e 2006, a cooperação espanhola canalizada através de organismos multilaterais praticamente triplicou: de pouco mais de 455 milhões de dólares da primeira data até mais de 1.700 milhões da última. De acordo com o Governo Espanhol, a maior parte do aumento é explicada pelos aportes a distintos organismos das Nações Unidas (PNUD, UNICEF, FAO, ACNUR e OMS, entre outros).

Dentro destes fundos, no entanto, os destinados a instituições de carácter regional (relacionadas com a Ibero-América) tenderam a se reduzir. Concretamente, e para os anos de que se dispõe de dados desagregados (2001 a 2006), o peso das contribuições destinadas a estes organismos reduziu-se à metade (de 5 para 2,5%). Isso se explica, como podemos observar na seguinte tabela, porque, face ao intenso aumento das contribuições destinadas ao conjunto dos organismos multilaterais, as destinadas às quatro instituições com carácter regional (BCIE, BID, OPS e SEGIB) tiveram um aumento muito inferior (apenas 40%, dos pouco mais de 30 milhões de dólares em 2001 para os menos de 45 milhões em 2006).

Contribuições da Espanha para distintos organismos regionais

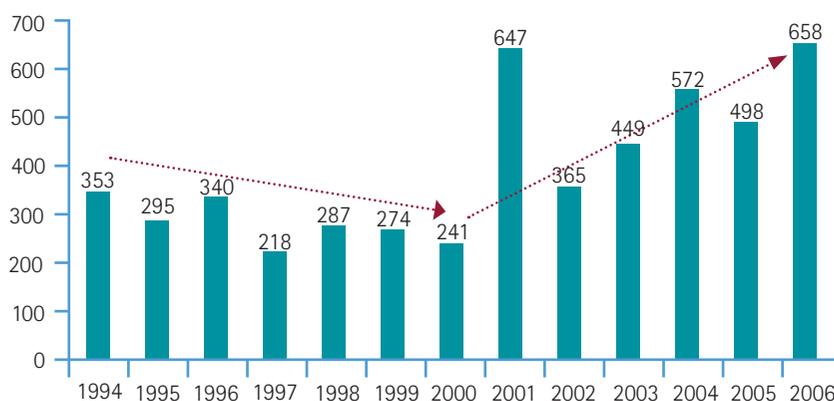
Valores absolutos, em milhões de dólares

	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Banco Centro-Americano de Integração Econômica (BCIE)	5,4	0,3	0,3	0,0	11,0	17,0
Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)	25,9	22,8	21,3	21,0	10,5	14,7
Organização Pan-Americana da Saúde (OPS)	0,1	0,0	0,1	0,1	0,0	7,5
Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	4,4
Fundos regionais	31,3	23,1	21,7	21,1	21,4	43,6
Fundos multilaterais	588,9	716,7	811,0	1.078,2	1.156,8	1.722,3

Fonte: SEGIB a partir do PACI (1998) e (2007).

Gráfico II.1. AOD líquida bilateral que a Espanha destina a outros países da Ibero-América. 1994-2005.

Valor absoluto, em milhões de dólares correntes



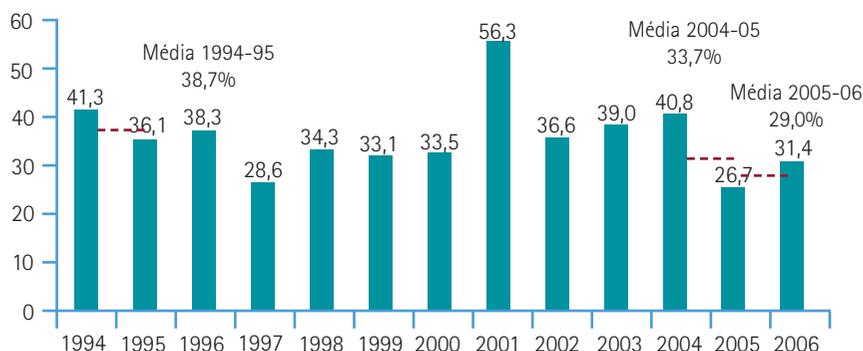
O dado do ano 2006 provém de estimativas provisórias do PACI; os demais dados, da OCDE.

Fonte: Elaborado pela SEGIB a partir de dados CAD (OCDE) (2007) e PACI (2007).

Assim, o volume absoluto de fundos para a Ibero-América cresceu de forma notável. Como tivemos a oportunidade de observar no capítulo anterior, o peso da cooperação espanhola na região também aumentou em comparação com a de outros doadores. Embora seja paradoxo, ambas as tendências são compatíveis com o fato da Ibero-América receber uma porcentagem cada vez menor do total da ajuda bilateral espanhola. Desta forma, e de acordo com o Gráfico II.2., enquanto no biênio 1994-95 os países membros da Conferência Ibero-Americana absorviam aproximadamente 40% do total da AOD bilateral, no final do período analisado essa proporção tinha se reduzido até explicar menos de um terço. A explicação definitiva para esta dinâmica encontra-se, novamente, no intenso crescimento do total da cooperação espanhola, a taxas inclusive superiores às da ajuda destinada à Ibero-América.⁶

Gráfico II.2. Porcentagem da AOD bilateral espanhola destinada à Ibero-América. 1994-2005.

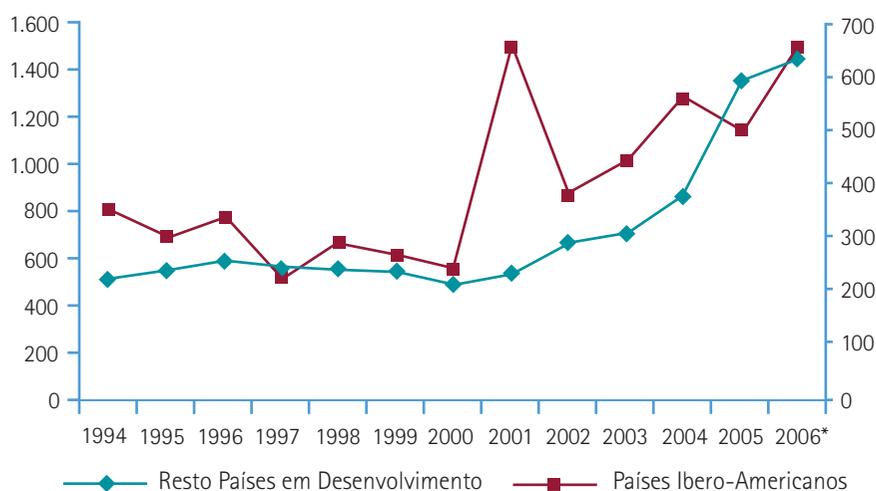
Participação em porcentagem



Fonte: Elaborado pela SEGIB a partir de dados CAD (OCDE) (2007)

Gráfico II.3. Comparativo entre a evolução da AOD bilateral que a Espanha destina aos países ibero-americanos e a evolução da destinada ao resto dos países em desenvolvimento. 1994-2005.

Valor absoluto, em milhões de dólares norte-americanos correntes



* O dado do ano 2006 provém de estimativas provisórias do PACI; os demais dados, da OCDE.

Fonte: Elaborado pela SEGIB a partir de dados CAD (OCDE) (2007) e PACI (2007).

Dentro da comunidade ibero-americana, as regiões mais favorecidas pela AOD de origem espanhola voltaram a ser a centro-americana e a andina. De fato, e como pode ser observado na Tabela II.1., durante o biênio 2005-06 a Guatemala, Honduras, a Nicarágua e El Salvador captaram mais de 50% do total dos fundos bilaterais que a Espanha destinou à região. Por sua parte, o Peru, a Bolívia e a Colômbia captaram outros 30% do total dessa ajuda. A seguir vêm a República Dominicana e Cuba que absorveram, conjuntamente, 6% dos fundos totais. Outros 3 países do Cone Sul (Brasil, Argentina e Paraguai) totalizaram 6%. Com participações individuais inferiores a 1% do total, situaram-se cinco dos países ibero-americanos com maiores níveis de receita (Panamá e Costa Rica, Chile, Venezuela e Uruguai). Finalmente, o México foi o único país que registrou um fluxo de AOD negativo, com reembolsos superiores aos desembolsos recebidos.

Tabela II.1. AOD líquida total destinada pela Espanha aos países ibero-americanos. 1994-2006.

Valores absolutos e mudança, em milhões de dólares correntes Ordem decrescente, de acordo com dados 2005-06.

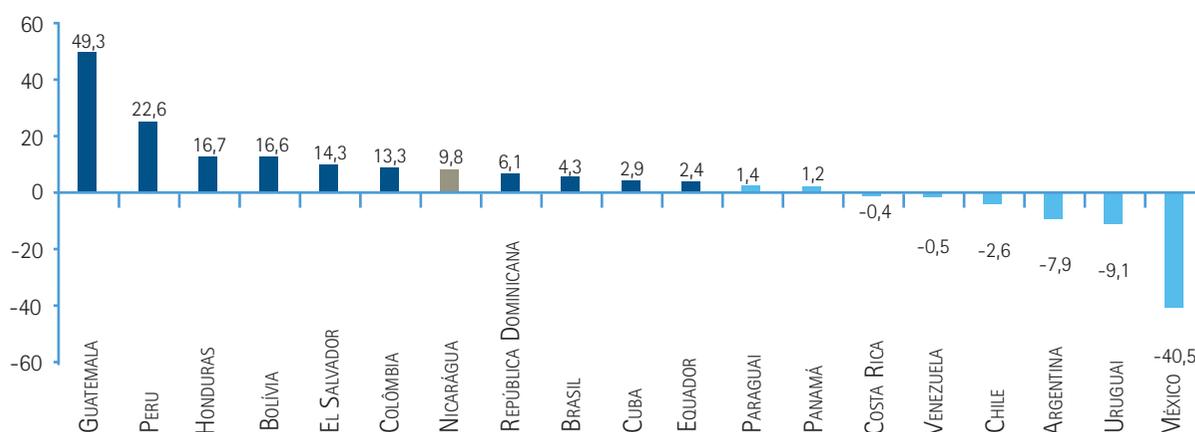
	2005-06*	1994-95	Mudança
Guatemala	131,4	6,1	125,3
Honduras	69,7	27,3	42,4
Peru	67,4	9,4	58,0
Bolívia	59,2	17,1	42,1
Colômbia	50,0	16,2	33,8
Nicarágua	48,3	23,5	24,8
El Salvador	43,3	7,1	36,2
Equador	43,0	36,9	6,1
República Dominicana	19,9	4,4	15,5
Cuba	16,4	9	7,4
Brasil	13,7	2,7	11,0
Argentina	13,1	33,2	-20,1
Paraguai	8,5	4,9	3,6
Panamá	5,5	2,5	3,0
Chile	4,2	10,8	-6,6
Uruguai	3,2	26,4	-23,2
Costa Rica	2,7	3,6	-0,9
Venezuela	2,3	3,4	-1,1
México	-23,8	79,1	-102,9
Total Ibero-América	577,8	323,7	254,1

*O dado do ano 2006 provém de estimativas provisórias do PACI; os demais dados, da OCDE

. Fonte: Elaborado pela SEGIB a partir de dados CAD (OCDE) (2007) e PACI (2007).

Gráfico II.4. Contribuição de cada país à mudança registrada na AOD que a Espanha envia à região. 1994-95 e 2005-06.

Participação, em porcentagem



*Os países foram diferenciados de acordo com o nível de renda. Neste sentido, as colunas cinza referem-se aos Países de Renda Baixa, as azul-claras aos de Renda Média-Baixa e as azul-claras, aos de Renda Média-Alta.

Fonte: Elaborado pela SEGIB a partir de dados CAD (OCDE) (2007) e PACI (2007).

Como se observa no Gráfico II.4., os países centro-americanos e andinos não são apenas os países que atualmente captam 80% da AOD que a Espanha destina à Ibero-América, mas também os que explicam, em maior medida, os mais de 250 milhões de dólares de aumento da ajuda espanhola na última década.⁷ Além disso, a maior concentração de fundos nestas duas áreas (especialmente na América Central) não pode ser desvinculada do impacto que algumas das principais operações de reestruturação e perdão da sua dívida externa teve sobre a AOD final. Destaca-se especialmente, e de acordo com a explicação dada no Quadro II.1., o caso da Guatemala, país ao que a Espanha perdoou, em 2006, aproximadamente 180 milhões de dólares de dívida, equivalentes não só a 80% da AOD recebida por este país, mas a mais de 25% do total da AOD espanhola destinada à região.

Quadro II.2: O impacto das operações da dívida sobre a AOD espanhola à Ibero-América. Biênio 2005-06.

Parte do total da Assistência Oficial para o Desenvolvimento (bilateral e multilateral) que a Espanha destina aos países em desenvolvimento tem origem em operações que afetam a dívida externa contraída por estes países. A título ilustrativo, no ano 2005 a cifra final da AOD espanhola alcançou os 3.021,1 milhões de dólares, uma quinta parte da qual (quase 625 milhões de dólares) originou-se em operações de perdão da dívida efetuadas no âmbito das iniciativas HIPC e MDRI. A mesma dinâmica repetiu-se no ano 2006, quando as operações de dívida aumentaram o valor final da AOD em 537,3 milhões de dólares (cifra equivalente a 14% do volume da AOD total desse ano, que alcançou os 3.815 Milhões US\$ (2 vezes) (PACI, 2007).

A AOD destinada pela Espanha aos países ibero-americanos tampouco escapa a este tipo de impactos. Como pode ser observado na tabela a seguir, destacam-se as seguintes operações para o biênio 2005-06:

1. Honduras beneficiou-se, em 2005, de operações de anulação e reestruturação da dívida por um valor superior aos 21 milhões de dólares. Esta cifra explica mais de uma quinta parte da AOD total recebida por este país centro-americano, assim como 4,2% de toda a ajuda bilateral que a Espanha destinou à Ibero-América.
2. Por sua parte, em 2006 o perdão de cerca de 180 milhões de dólares da dívida da Guatemala contribuiu para explicar não só 80% da AOD recebida por esse país, mas também mais de 25% do total da AOD espanhola destinada à região.
3. Além disso, a República Dominicana se beneficiou de uma reestruturação de dívida significativamente menor (de apenas meio milhão de dólares estadunidenses), equivalente a 2,7% da AOD espanhola recebida.

Principais operações de dívida externa. 2005-2006.

Valor absoluto, em Milhões US\$

País	Ano	Tipo operação	Valor		
			Euros	Milhões \$US	Milhões \$US
Honduras	2005	Anulação (HIPC)	10.284.963	12,8	95,0
Honduras	2005	Reestruturação (Clube de Paris)	6.662.262	8,3	95,0
Guatemala	2006	Anulação	142.874.867	179,4	223,9
R. Dominicana	2006	Reestruturação (Clube de Paris)	425.713	0,5	18,3

Fonte: SEGIB a partir do PACI (2007).

Por sua parte, e considerando os dados efetivamente disponíveis para o ano 2006,⁹ praticamente 70% dos fundos espanhóis destinados à Ibero-América foram dedicados ao setor de Infra-estruturas e de Serviços Sociais (em outras palavras, para financiar o desenvolvimento nas áreas de educação, de saúde, de tratamento das águas ou de fomento da sociedade civil, entre outros). As áreas dedicadas a fomentar diferentes atividades produtivas (da agricultura ao turismo, passando, fundamentalmente, pela indústria e a construção), juntamente com as multissetoriais (cujo núcleo principal se forma ao redor das ações de proteção do meio ambiente) tenderam a captar uma quarta parte dos fundos totais. Os projetos menos favorecidos (apenas 7% do financiamento) foram os ligados ao setor dos serviços econômicos e das infra-estruturas a eles associadas (transportes, comunicações, energia, serviços bancários e fomento às empresas). Como mostra o Gráfico II.5., o perfil de distribuição da ajuda que a Espanha destina à Ibero-América diverge do correspondente à AOD destinada ao conjunto dos países em desenvolvimento. Neste último caso, o setor das Infra-estruturas e dos serviços sociais (pouco mais da metade dos fundos) perde peso a favor do das Infra-estruturas e dos serviços econômicos (que capta 25% de toda a AOD suscetível de ser distribuída por setores).

Tabela II.2. Distribuição da AOD espanhola a alguns países ibero-americanos, de acordo com o setor. 2006.

Participação sobre o total, em porcentagem; valor absoluto, em dólares

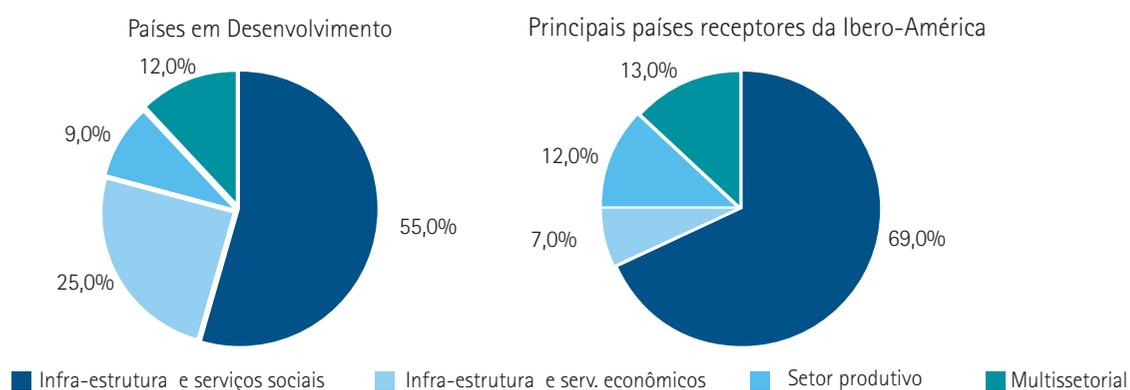
País	Setores				AOD total
	Infra-estrutura e serviços sociais	Infra-estrutura e serv. econômicos	Setor produtivo	Multissetorial	
Bolívia	63	12	15	10	51.617.181
Equador	67	0	13	20	37.704.876
Guatemala	80	3	9	9	223.864.283
Honduras	72	16	5	6	44.322.107
Nicarágua	67	6	12	16	36.593.956
Paraguai	84	0	10	6	9.817.510
Peru	54	15	14	17	69.396.378
R. Dominicana	63	2	18	17	18.302.565

Classificação dos setores de atividade de acordo com o critério CAD.

Fonte: SEGIB a partir do PACI (2007).

Gráfico II.5. Distribuição da AOD bilateral espanhola por setores, de acordo com o receptor. 2006.

Participação em porcentagem



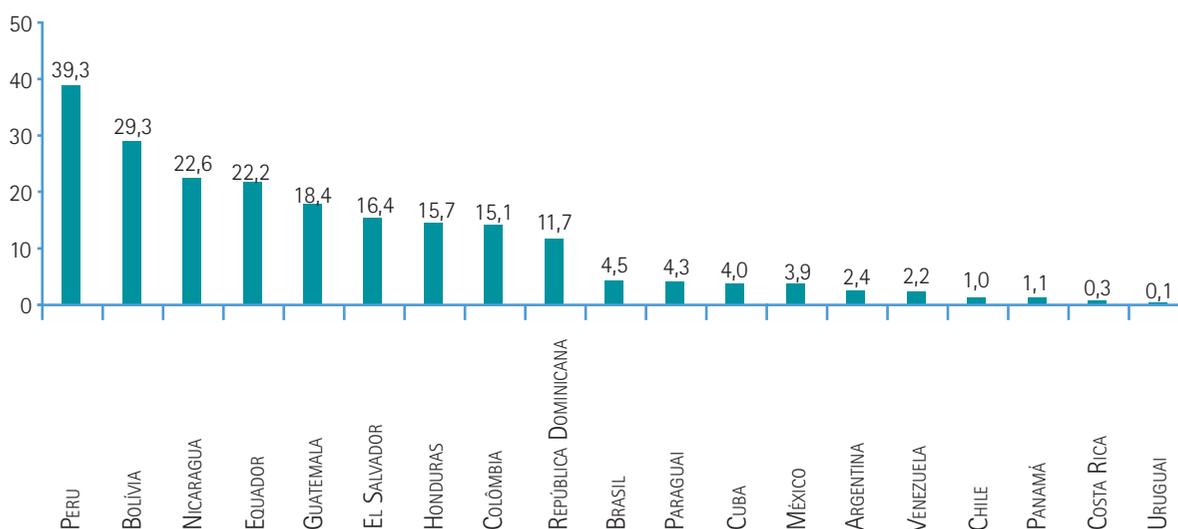
No caso dos países em desenvolvimento, apenas se conhece a distribuição setorial de 66,8% do total da AOD bilateral espanhola. No caso da AOD espanhola destinada à Ibero-América, a distribuição setorial obtém-se da média referente à informação disponível para a Bolívia, Equador, Guatemala, Honduras, Nicarágua, Paraguai, Peru e República Dominicana.

Fonte: SEGIB a partir do PACI (2007).

Finalmente, vale a pena mencionar a cooperação financiada, total ou parcialmente, à margem da oficial. Neste sentido, caberia considerar, por um lado, a cooperação realizada por empresas espanholas com fortes interesses econômicos na região. No entanto, existem poucos dados sobre os seus projetos na Ibero-América, o que dificulta, atualmente, a sua quantificação total e por países. Não obstante, espera-se que este aspecto possa ser abordado em relatórios sucessivos. Entretanto, existe informação referente à cooperação realizada através das Organizações Não Governamentais para o Desenvolvimento (ONGD), que combinam financiamento público com o procedente de particulares. Nesse sentido, 27,2% do total da AOD bilateral espanhola do ano 2006 foi canalizado através destas organizações (PACI, 2007). Por sua parte, durante o ano 2005⁹ e de acordo com a Coordenadora da ONGD espanhola (CONGDE), estas entidades executaram 2.837 projetos na Ibero-América, o que representou um desembolso econômico de cerca de 215 milhões de dólares.¹⁰ Por áreas geográficas, como pode observar-se no Gráfico II.5., a cooperação realizada voltou a se concentrar nos países andinos (Peru, Bolívia, Equador e, em menor medida, Colômbia) e centro-americanos (Nicarágua, Guatemala, El Salvador e Honduras).

Gráfico II.5. Fundos aportados pelas ONGD espanholas à Ibero-América. 2005.

Valores absolutos, em milhões de dólares estadunidenses; participação sobre o total, em percentagem.



Os dados originais estão expressos em euros a preços correntes. Para fazer a conversão para dólares, aplicou-se a taxa de câmbio média do ano 2005 (1,2441 dólares por euro), de acordo com os dados do Banco Central Europeu (BCE).

Fonte: Elaborado pela SEGIB a partir de dados da CONGDE (2006)

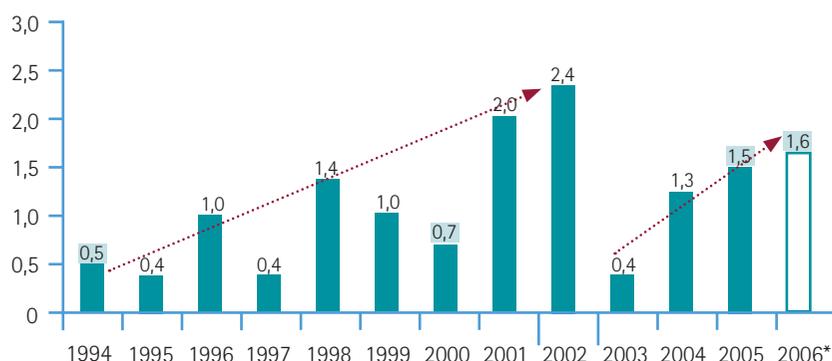
A AOD procedente de Portugal e Andorra

Ao longo do decênio compreendido entre os biênios 1994-1995 e 2004-2005, Portugal destinou aproximadamente 200 milhões de dólares anuais aos países em desenvolvimento.¹¹ A maior proporção destes fundos (ao redor de 70% de média para a década) teve como destino os cinco países africanos de fala portuguesa (Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe). Além disso, desde o final dos anos 90, a preferência por estes países foi complementada com o crescente desvio de ajuda para a mais recente ex-colônia, Timor Leste,¹² situada, desta vez, no continente asiático.¹³

No entanto, a participação da AOD destinada à Ibero-América manteve-se em valores notavelmente baixos. De fato, essa participação oscilou entre 0,25% do primeiro biênio, o máximo de 1% do biênio 2001-02, e 0,4% dos anos 2004-2005. Mesmo assim, a leve melhora na posição relativa da Ibero-América se explica pelo registro de uma dinâmica de crescimento mais intensa que a da AOD total.¹⁴ De fato, e como podemos observar no Gráfico II.6., o esforço realizado não é desprezível uma vez que, durante a última década, a AOD portuguesa para a Ibero-América triplicou: de 500.000 dólares no biênio 1994-95 para os mais de um milhão e meio no biênio 2005-2006.

Gráfico II.6. AOD bilateral líquida que Portugal destina a outros países da Ibero-América. 1994-2006.

Em milhões de dólares norte-americanos correntes



*O dado do ano 2006 provém da declaração do IPAD – Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento; os demais dados, da OCDE. Conversão de euros para dólares estadunidenses, usando a taxa de câmbio média do ano 2006 (1,2556 dólares por euro), de acordo com o BCE.

Fonte: Elaborado pela SEGIB a partir de dados CAD (OCDE) (2007)

Dentro da Ibero-América, o destino preferido da Ajuda para o Desenvolvimento foi, por razões históricas óbvias, o Brasil. Assim, no biênio 1994-95, o país sul-americano captava praticamente 56% dos fundos destinados à região; nos últimos anos, 2004-05, esta proporção tinha, inclusive, aumentado até situar-se em 75%. No entanto, em duas etapas claramente diferenciadas, pode-se distinguir outros destinos da AOD procedente de Portugal. Nesse sentido, até o ano 2000 a Assistência Oficial para o Desenvolvimento deste país destinava-se, também, aos centro-americanos Guatemala e Honduras, à caribenha República Dominicana e ao sulista Paraguai. A partir do ano 2001, incluem-se Cuba, Equador e El Salvador e um grupo de países de renda média-alta (México e Costa Rica de um lado, Argentina, Chile, Uruguai e Venezuela de outro). Em qualquer caso, não obstante, os volumes finais de AOD tenderam a oscilar, anualmente e por país, entre quantidades relativamente baixas (um mínimo de 100.000 e um máximo de 500.000 dólares, de acordo com o caso) (OCDE, 2007).¹⁵

Por seu lado, e assim como no caso espanhol, não existem atualmente registros que possam dar uma idéia da cooperação privada que, procedente de Portugal, possa estar sendo destinada à Ibero-América. Não se dispõe, igualmente, de informação que nos dê referências sobre a quantidade de AOD canalizada para a região através de Organizações Não Governamentais.

Como nota final, mencionar o caso de Andorra.¹⁶ Nesse sentido, durante o ano 2006 as autoridades andorranas declararam que somente um país ibero-americano havia sido destinatário da sua ajuda: a Bolívia, receptora de aproximadamente 18.834 dólares de AOD. Além disso, sabe-se que nesse mesmo ano as ONGD andorranas destinaram cerca de 106.000 dólares a projetos executados em distintos países da região.¹⁷ Cabe assinalar que três quartos destes projetos foram financiados, exclusivamente, com subvenções de caráter público. Estas cifras contrastam com as referentes ao ano 2000, quando a cooperação canalizada através das ONGD alcançou um valor três vezes superior à de 2006 (cerca de 360.000 dólares), porém com um componente de subvenção pública relativamente inferior (de 51,3%).

1. Inclui-se a AOD bilateral mas também as contribuições feitas pela Espanha aos organismos multilaterais.
2. A série completa de dados para o período 1994-2006 poderá ser consultada nas tabelas C e D do anexo.
3. Neste caso, a América Latina inclui, além dos 19 países continentais membros da Cúpula Ibero-Americana, Barbados, Belize, Dominica, Granada, Haiti, Jamaica, San Vicente e Granadina, Suriname e Trinidad y Tobago.
4. Incluindo os países do Norte da África e do Oriente Médio.
5. O ano 2001 constitui uma exceção já que a maior parte dos cerca de 650 milhões de dólares destinados à AOD é explicada por uma operação de perdão da dívida triangular entre a Nicarágua, a Guatemala e a Espanha.
6. Dito em outros termos, e de acordo com o Gráfico II.3., este resultado é explicado porque a AOD que a Espanha destinou ao resto dos países em desenvolvimento teve uma tendência a manter, para o período 1994-2006, uma dinâmica de crescimento superior à da AOD destinada à Ibero-América. Excetuando o ano 2001 (absolutamente excepcional), observam-se, no mencionado gráfico, duas etapas: a primeira (1994-2000) onde o estancamento da AOD total (queda média anual de 0,6%) coexiste com a queda da AOD destinada à Ibero-América (a queda anual é de 3,6%) e a segunda (2002-2006) onde o ritmo de crescimento da AOD total é significativamente superior à da destinada à nossa região (24,7% frente a 17,4%, respectivamente).
7. A AOD bilateral espanhola para a Ibero-América aumentou de cerca de 325 milhões de dólares registrados como média no biênio 1994-95 até mais de 575 referentes aos anos 2005 e 2006.
8. Apenas 67% do total dos fundos espanhóis destinados aos países em desenvolvimento podem ser distribuídos de acordo com o setor de atividade. No entanto, no caso específico da Ibero-América e de acordo com a tabela II.2., a informação disponível refere-se à Bolívia, Equador, Guatemala, Honduras, Nicarágua, Paraguai, Peru e R. Dominicana, países que representam o notável 96% do total da AOD bilateral espanhola destinada à Ibero-América.
9. Último ano de que se dispõe de dados.
10. Como comentado anteriormente, esta cifra inclui tanto financiamento público como privado. Neste sentido, uma parte (desconhecida) dos 215 milhões de dólares também foi contabilizada como AOD; o restante, não obstante, não.
11. A tendência da AOD bilateral portuguesa é crescente, porém bastante regular. Neste sentido, registra-se um mínimo de 157 milhões de dólares em 1996 e um máximo de 218 milhões em 2005. O único dado realmente excepcional refere-se ao ano 2004 quando o volume final da AOD bilateral se situa acima dos 875 milhões de dólares. De acordo com a OCDE, esta cifra se explica pelo excepcional alívio da dívida de Angola que nesse ano recebe um total de AOD superior aos 715 milhões de dólares (o equivalente a 82% da AOD bilateral total).
12. Timor Leste independentizou-se de Portugal no ano 1975. Até 1999 esteve ocupada militarmente pela Indonésia, de quem se independentiza em 2002.
13. Até o ano 1999, os cinco países africanos absorvem praticamente 90% de toda a AOD bilateral. A partir de 2000, a sua participação sobre o total se reduz, em média anual, até 50%. Nesse sentido, estes países cedem espaço a favor de Timor Leste que no ano 2003 chega a absorver 40% da AOD bilateral final.
14. Entre 1995 e 2005, a taxa de crescimento médio da AOD portuguesa destinada à Ibero-América foi de 55%, registro que supera o dobro do notável 26,8% correspondente ao total da sua AOD bilateral.
15. O fato de que nos anos 2001 e 2002 tenham sido registrados os maiores volumes de AOD portuguesa para a Ibero-América deve-se, por um lado, ao aumento no número de países receptores (9 e 7 nos anos 2001 e 2002 frente, por exemplo, aos únicos 2 receptores do ano 2000) e, por outro lado, a que alguns desses receptores receberam quantidades excepcionalmente elevadas (900.000 e 1.300.000 dólares para os anos 2001 e 2002, no caso do Brasil; 500.000 dólares somente para a Argentina no ano 2001).
16. Uma vez que este país não é membro do CAD, a única informação disponível é a que foi pontualmente declarada pelo seu Governo.
17. A partir do próximo exercício, e graças à publicação do Plano Diretor da cooperação andorrana 2007-08, o Governo espera poder conhecer toda a cooperação internacional de caráter privado realizado por Andorra. Neste momento, no entanto, o Governo andorrano declara que apenas tem conhecimento daquela parte da cooperação privada que se tenha beneficiado de uma subvenção pública. Portanto, os dados aqui refletidos devem ser interpretados com cautela, posto que podem não estar incluindo toda a cooperação efetivamente executada.

III. A COOPERAÇÃO SUL-SUL NA IBERO-AMÉRICA

A COOPERAÇÃO SUL-SUL NA IBERO-AMÉRICA

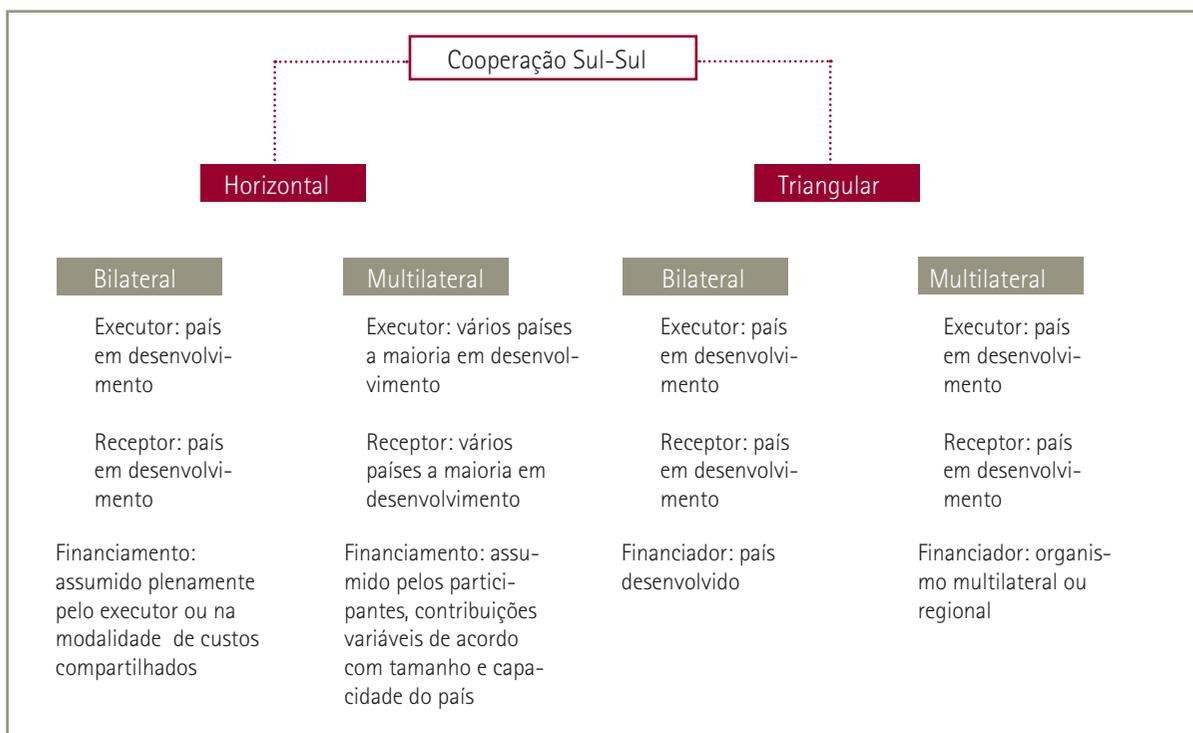
Peculiaridades e modalidades da Cooperação Sul-Sul na Ibero-América

Desde o final da década dos anos oitenta e início dos noventa, e ainda com certo atraso em relação aos acontecimentos internacionais, o aumento dos níveis de renda de alguns países ibero-americanos propiciou que estes mudassem o seu papel no âmbito da cooperação para o desenvolvimento: de receptor para ser também doador. Assim, e motivada pelas experiências, fundamentalmente, do Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, México, Peru¹ e Argentina, a Ibero-América impulsionou a sua inclusão na denominada Cooperação Sul-Sul.

Esta cooperação, estabelecida entre nações em desenvolvimento, propicia que os países que conseguiram importantes avanços em algumas das suas capacidades partilhem e/ou transfiram parte destas para os países que não o conseguiram, permitindo assim que estes últimos cubram, pelo menos nessa mesma área de atuação, parte das suas necessidades. Tudo isso a partir de uma fórmula cujo instrumento de atuação fundamental tende a ser a Cooperação Técnica², um dado que evidencia a importância do recurso humano e tecnológico sobre o financeiro.³ Uma fórmula, aliás, que oferece duas vantagens principais: um custo econômico relativamente baixo⁴ e um impacto rápido e direto sobre a população destinatária.

Essa cooperação costuma ser realizada sob modalidades bem distintas, cujo critério de diferenciação (em suas variantes) pode ser o número de agentes que participam (dois ou mais) ou o papel atribuído a cada um deles (receptor, executor e financiador). Concretamente:

- A **Cooperação Bilateral Horizontal** (primeira das modalidades) se produz quando um país em desenvolvimento oferece cooperação técnica a outro. Essa cooperação pode ser oferecida sob condições não reembolsáveis, o que implica que o país que executa o projeto é, também, o que assume o financiamento.⁵ Alternativamente, o projeto pode ser executado sob um esquema de financiamento de custos compartilhados que implica, como o seu próprio nome define, que o executor e o receptor co-financiam o projeto.⁶ Em qualquer caso, a ferramenta através da qual os projetos a executar são negociados e acordados são as Comissões Mistas, integradas por responsáveis de cooperação dos Governos dos dois países implicados.
- A **Cooperação Regional Horizontal** (variante da anterior) tem lugar quando vários países acordam partilhar de maneira coordenada experiências e capacidades em um setor determinado. Em geral, todos os países participantes assumem um duplo papel: contribuem com recursos econômicos e/ou técnicos para o desenvolvimento deste tipo de iniciativas de cooperação e, ao mesmo tempo, são beneficiários das atuações levadas a cabo. A gênese destes programas pode ser encontrada na vontade de vários países de impulsionar uma iniciativa conjunta mas, também, em atuações bilaterais sul-sul que os países envolvidos decidem ampliar e regionalizar.⁷



Fonte: SEGIB

- A **Cooperação Triangular** (segunda das modalidades) implica três atores: dois países em desenvolvimento (receptor e executor) e um país desenvolvido ou um organismo supranacional que atua, em qualquer caso, como financiador do projeto. No caso do financiador ser um país desenvolvido, a Cooperação Triangular volta a ser Bilateral. Entretanto, se esse papel é assumido por um organismo supranacional, a Cooperação Triangular denomina-se Multilateral ou Regional, de acordo com o caso.

De acordo com esta classificação, o presente relatório se concentra na Cooperação Bilateral Horizontal e na Triangular, neste último caso nas suas duas variantes (Bilateral e Multilateral/Regional). O estudo da Cooperação Regional Horizontal, mais inovadora, fica pendente para futuros relatórios. Não obstante, isso não exclui sua referência naqueles contextos em que for considerada importante. Em qualquer caso, os esquemas anteriores não são completamente rígidos. Desta forma, como poderemos observar adiante, este relatório presta especial atenção às variantes de Cooperação Sul-Sul que possam ser consideradas estritamente regionais: em outras palavras, aos casos de Cooperação Bilateral Triangular, por exemplo, em que os três países participantes sejam (incluindo o que oferece o financiamento) países ibero-americanos em desenvolvimento.

Quadro III.1: O Acordo Energético de Caracas: uma modalidade de AOD Sul-Sul?

De acordo com o Comitê de Assistência para o Desenvolvimento (CAD) da OCDE, para que um crédito seja considerado Assistência Oficial para o Desenvolvimento deve ter um componente de doação de pelo menos 25%, calculado a uma taxa de juros que, para ser tratada como concessional, deve situar-se abaixo dos valores vigentes no mercado internacional.

Em geral, estas características encontram-se ligadas aos empréstimos que os países desenvolvidos ou os grandes Organismos Internacionais concedem aos países em desenvolvimento. No entanto, e especialmente a partir do ano 2000, surge entre países ibero-americanos um tipo de crédito que poderia ser catalogado como Assistência Oficial para o Desenvolvimento dentro de uma modalidade Sul-Sul: aquele que a Venezuela utiliza para facilitar que os países da região com menor nível de desenvolvimento relativo possam adquirir petróleo com condições de pagamento claramente concessionais.

Um bom exemplo do anterior são os créditos associados ao denominado Acordo Energético de Caracas. Seu antecessor, o Acordo de San José, assinado em 1980, estabelecia que o México e a Venezuela forneceriam 160.000 barris diários de petróleo a um total de dez países da América Central e do Caribe (especificamente aos também ibero-americanos Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua, Panamá e República Dominicana, além de Belize, Haiti e Jamaica). A fatura petrolífera era estimada sob condições preferenciais e o seu pagamento estava associado a facilidades creditícias que estimulassem o intercâmbio comercial entre os países assinantes.

Em 2000, as necessidades de consumo de petróleo destes países haviam aumentado. Neste cenário, a Venezuela impulsionou um acordo complementar ao anterior (o Acordo de Caracas), a partir do qual esses mesmos dez países poderiam adquirir um volume adicional de petróleo. De acordo com a faixa em que os preços do barril estiveram oscilando, os países assinantes do novo acordo poderiam obter condições creditícias concessionais para o financiamento de até um máximo de 25% da fatura final¹. Nesse sentido, o valor correspondente a essa porcentagem de 25% pode chegar a ter um período de amortização de até 15 anos, um período de graça de até um ano a mais e pagar uma taxa de juros de 2%, muito inferior à vigente para estes pagamentos no mercado internacional. Como obrigação da contrapartida beneficiária, o crédito deveria ser destinado ao financiamento de projetos de desenvolvimento e/ou para adquirir bens e serviços de determinadas empresas venezuelanas. Alternativamente, embora somente existisse uma solicitação expressa do Governo da Venezuela, parte do crédito poderia ser devolvida em forma de bens e serviços (por exemplo, com material para a construção de casas em determinadas comunidades venezuelanas). Como referência mais próxima dos créditos comerciais registrados como AOD pela OCDE, um exemplo: os créditos do Fundo de Assistência para o Desenvolvimento (FAD) do Governo espanhol.

Acordo Energético de Caracas: Barris de petróleo fornecidos por dia.

Países Ibero-americanos		Outros			
Costa Rica	8.000	Nicarágua	4.900*	Belize	600
El Salvador	8.000	Panamá	8.000	Haití	6.500
Guatemala	10.000	R. Dominicana	20.000	Jamaica	7.400
Honduras	5.000				

**Em 11 de março de 2007, a Nicarágua assinou um novo Acordo Bilateral que revisava a cifra anterior e a aumentava até os 10.000 barris por dia. Fonte: SEGIB a partir de <http://www.venezuela.gov.ve>*

¹ Estabelecia-se 25% de financiamento da fatura a partir do momento em que o preço médio anual do barril superasse os 30 dólares estadunidenses. Assim, enquanto o preço se manteve, por exemplo, entre os 22-24 dólares, financiou-se somente 15%.

Fonte: <http://www.venezuela.gov.ve> e <http://www.maec.es>

A Cooperação Sul-Sul na sua modalidade Horizontal

De acordo com a explicação na nota metodológica do Quadro III.2: As dificuldades enfrentadas para identificar e medir a Cooperação Sul-Sul, a análise do que ocorre em torno da Cooperação Bilateral Horizontal será abordada a partir de uma perspectiva altamente qualitativa. Nesse sentido, o relatório concentrar-se-á (baseando-se na informação disponível) em desenhar a matriz de oferta e recepção de cooperação técnica (Matriz III.1.) da qual os países da região participam. Sua caracterização por setores (Matrizes II.2.) permitirá, por sua vez, estabelecer um perfil aproximado das capacidades que algumas nações podem oferecer assim como do tipo de necessidades que outras têm por cobrir. Além disso, serão estudadas detalhadamente algumas experiências que possam oferecer dados chave sobre as vantagens e os desafios deste tipo de cooperação na Ibero-América.

Quadro III.2: As dificuldades enfrentadas para identificar e medir a Cooperação Sul-Sul

A Cooperação Sul-Sul se compõe, principalmente, a partir de ações de cooperação técnica entre países em desenvolvimento. Sua medição, através da identificação de ditas ações e da sua posterior tradução em dados quantitativos, ainda não está sujeita a um consenso geral. Nesse sentido, o debate enfrenta quem defende:

Uma identificação do número de projetos (em negociação, em execução ou já executados anualmente).

Uma atribuição econômica a cada projeto, baseada no seu custo.

Uma medição em termos do impacto gerado, por exemplo, em número de beneficiários.

Embora seja certo que as três opções podem ser complementares, em geral o debate se estabelece entre os que são partidários de considerar as duas primeiras opções e os que se decantam pela última delas.

Como poderemos observar adiante, este debate afetou a informação que os distintos países ibero-americanos ofereceram para a realização do presente relatório. Este, não obstante, foi apenas um dos problemas enfrentados:

1. A fonte primária de informação procedeu das Agências de Cooperação nacionais e/ou dos Ministérios de Relações Exteriores. Nem todas as instituições dispõem de meios para identificar a Cooperação Sul-sul de que os países participam, tanto como ofertantes ou como demandantes. Em ocasiões, a dificuldade que estas enfrentam provém da enorme descentralização e dispersão destas ações em vários Ministérios. Como conseqüência, para este relatório somente pudemos aceder à informação gerada por 11 dos 19 países ibero-americanos que participam da Cooperação Sul-Sul. Especificamente, forneceram a informação requerida: de um lado, Colômbia, Costa Rica, Chile, Guatemala, México, Nicarágua, Paraguai e Peru, e de outro, Argentina, Cuba e Venezuela.¹
2. De acordo com essa explicação, ao não existir nenhum organismos supranacional que tenha homogeneizado as metodologias dos diferentes países², a informação gerada por Agências e Ministérios nem sempre coincidiu nem em forma nem em fundo. A título ilustrativo:
 - A maioria dos países identificou projetos de cooperação técnica (oferecidos ou recebidos). Por sua parte, no entanto, a Argentina identificou o que denomina ações de cooperação de um perfil bem diferente aos projetos.
 - Além disso, Chile, Nicarágua e, de algum modo, Cuba e Venezuela também desagregaram a informação referente às bolsas de estudo oferecidas a estudantes dos países beneficiários, consideradas, também, cooperação para o desenvolvimento.

- Embora todos os países declarantes tenham quantificado o número de projetos recebidos e/ou oferecidos, apenas dispomos de avaliação econômica de todos ou alguns projetos no caso do Chile e do Peru, de um lado, e da Colômbia e da Guatemala, de outro.
- Cuba, por sua vez, foi o único país que forneceu informação completa sobre o número de beneficiários. Em determinados casos, a Venezuela também proporcionou esse tipo de informação.

Os problemas aqui descritos evidenciam que resta muito por fazer. O presente relatório recolhe pois, uma informação que não é completa nem homogênea, o que dificulta não só a possibilidade de dar uma visão global do ocorrido mas, também, a de comparar as diferentes realidades nacionais para fazer um diagnóstico o mais correto possível do estado da Cooperação Sul-Sul na região. Como consequência, a informação disponível teve que ser tratada a partir de uma perspectiva mais qualitativa. Concretamente, optou-se por:

- Elaborar matrizes de oferta e recepção (de projetos ou ações, de acordo com o caso) que reflitam os fluxos de cooperação técnica que ocorrem entre os países ibero-americanos.
- Reproduzir essas mesmas matrizes por setores de cooperação, com o objetivo de realizar uma aproximação ao perfil de necessidades e capacidades dos distintos países.
- Analisar detalhadamente casos que, por suas características, sejam considerados especialmente ilustrativos.

¹Distinguem-se dois subgrupos de países porque forneceram informação através de diferentes vias. Os oito primeiros, respondendo um questionários remetido previamente pela SEGIB. Os três segundos, participando de uma série de reuniões com diferentes organismos nacionais responsáveis pela Cooperação Sul-Sul e proporcionando, adicionalmente, alguns documentos.

Direção dos fluxos de Cooperação Técnica entre países ibero-americanos

A vantagem de representar uma matriz de cooperação técnica é que a sua leitura pode ser feita a partir de duas perspectivas: identificando que países ofertantes executaram cooperação e em que outros lugares; ou ao contrário, identificando que países demandantes receberam cooperação e de que outras nações. Combinando ambas as perspectivas, e aproveitando as declarações obtidas, pode-se realizar uma aproximação, embora incompleta, às direções que os fluxos de Cooperação Sul-Sul na Ibero-América estão registrando.

A partir desta dupla leitura observa-se, primeiro, que Argentina, Chile, México e Venezuela (os quatro da faixa de Países de Renda Média-Alta) mantêm uma notável atividade em termos de execução de ações de cooperação técnica na Ibero-América. De fato, as três nações situadas no Cone Sul estariam realizando ações ou projetos (de acordo com o caso)⁸ em quase toda a região.⁹ Enquanto isso, o México tenderia a localizar seus projetos, preferencialmente, na América Central¹⁰ e, em menor medida, nos Andes e Sul do continente.¹¹ Por sua parte, a informação disponível sugere que o Panamá e o Uruguai, os dois com receitas médias-altas, realizariam poucas ações de cooperação em outros países. Assim, de acordo com as declarações dos receptores,¹² somente Cuba participaria em projetos co-financiados pelo Uruguai.

Em segundo lugar, e já dentro da faixa dos Países de Renda Média-Baixa, destacaria a intensa atividade mantida por Cuba, Colômbia e, em menor medida, pelo Brasil. Mais especificamente, Cuba (que há décadas considera a cooperação como parte fundamental da sua política exterior) também estaria desenvolvendo projetos em quase todos os países ibero-americanos.¹³ Entretanto, a Colômbia levaria a cabo projetos em doze países da região, com a única exceção de alguns dos seus vizinhos andinos,¹⁴ Nicarágua e Brasil. Enquanto isso, a atividade da agência de cooperação brasileira seria notável, porém menor do que a de Cuba e a da Colômbia. Nesse sentido, apenas há constância da cooperação que o Brasil pres-

taria a alguns países centro-americanos¹⁵ e andinos,¹⁶ além do Paraguai. Além disso, caberia destacar a situação do Peru, país que, tradicionalmente, teve uma tendência a potencializar a Cooperação Sul-Sul. Nesse sentido, no ano 2000, o Peru executava projetos de cooperação técnica em quase todos os países centro-americanos, assim como em parte dos seus vizinhos andinos. No ano 2006, entretanto, apenas a Costa Rica, El Salvador e o Paraguai constariam como receptores de algum projeto de cooperação procedente deste país.¹⁷

Matriz III.1. Cooperação Técnica Horizontal entre Países Ibero-Americanos^a

SIM oferece/recebe Cooperação Técnica; espaços em branco, informação não disponível
PRB

		RECEPTORES																		
		PRB	PRM- Baixa										PRM- Alta							
OFERTANTES		NICARÁGUA	BOLÍVIA	BRASIL	COLÔMBIA	CUBA	EQUADOR	EL SALVADOR	GUATEMALA	HONDURAS	PARAGUAI	PERU	R. DOMINICANA	ARGENTINA	CHILE	COSTA RICA	MÉXICO	PANAMÁ	URUGUAI	VENEZUELA
PRB	NICARÁGUA	■							■	■										
PRM Baixa	BOLÍVIA		■																	
	BRASIL			■	■				■	■	■					■				
	COLÔMBIA				■	■		■	■	■	■	■	■	■		■	■	■	■	■
	CUBA	■	■	■	■	■		C					C		D		B			■
	EQUADOR						■													
	EL SALVADOR							■												
	GUATEMALA								■											
	HONDURAS									■										
	PARAGUAI										■									
	PERU											■								
R. DOMINICANA												■								
PRM Alta	ARGENTINA	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
	CHILE	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	D
	COSTA RICA															■				
	MÉXICO	■			■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
	PANAMÁ																	■		
	URUGUAI					■													■	
	VENEZUELA	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■

(a) A informação disponível refere-se aos projetos em execução durante o ano 2006, com exceção dos dados da Argentina e Peru (referentes ao ano 2005) e de Cuba e Venezuela (países cuja informação se refere aos programas que já foram executados ou que estão sendo executados no biênio 2006-07).

(b) Assume-se a cooperação entre Cuba e México com custos compartilhados. Embora tenham sido assinados vários acordos, atualmente os mesmos se encontram paralisados.

(c) Serão incluídos se forem adicionadas as bolsas de estudo para estudar medicina na Escola Latino-Americana de Medicina (ELAM).

(d) Inclui, apenas, as bolsas de estudo

Fonte: SEGIB a partir das declarações das Agências de Cooperação e/ou Ministérios de Relações Exteriores.

Quadro III.3: Nicarágua: Cooperação Técnica e Declaração de Paris.

No início do ano 2005, 91 países membros das Nações Unidas, juntamente com um número significativo de Organismos Internacionais e organizações da sociedade civil, assinaram a denominada Declaração de Paris sobre a Eficácia da Ajuda para o Desenvolvimento. Entre os países assinantes incluíam-se os ibero-americanos Espanha e Portugal, além da Bolívia, Brasil (que a ratificou posteriormente), Guatemala, Honduras, México e Nicarágua. O objetivo da mencionada declaração era aumentar o impacto da AOD sobre a redução da pobreza e da desigualdade, assim como agilizar o cumprimento dos Objetivos da Declaração do Milênio (ODM). Para isso, os assinantes assumiam cinco compromissos: os da Apropriação¹, Alinhamento², Harmonização³, Gestão voltada para os resultados⁴ e Mútua responsabilidade⁵.

Os avanços conseguidos pela Nicarágua no âmbito da Declaração de Paris permitiram a este país, ao longo do período 2000-2006, fornecer cooperação técnica a título de intercâmbio de boas práticas e conhecimentos sobre o processo de Harmonização e Alinhamento (AyA) da cooperação internacional. Concretamente:

Da Declaração de Presidentes do Sistema de Integração Centro-Americano (SICA) de junho de 2005 em Tegucigalpa (Honduras) emanou um mandato para iniciar um processo regional de Harmonização e Alinhamento (AyA) da cooperação regional, cujo objetivo último residia em conseguir uma melhor ordenação dos recursos regionais provenientes da cooperação internacional. Neste âmbito, a Nicarágua ofereceu apoio técnico ao SICA para a elaboração de um Diagnóstico sobre a Cooperação Regional. Além disso, elaborou os Alinhamentos e um Plano Regional de AyA (por um período de 2 anos). Esse Plano, junto com um conjunto de estudos e documentos, foram apresentados no Foro Regional de Harmonização e Alinhamento realizado em Viena (Áustria) em maio de 2006.

Adicionalmente, também em 2006, a Nicarágua ofereceu assistência à Guatemala sobre o processo de diálogo e coordenação existente a nível nacional com a comunidade cooperante. Em agosto do mesmo ano, ofereceu assistência a Honduras sobre o preenchimento do questionário de acompanhamento da Declaração de Paris.

Igualmente, ofereceu cooperação técnica referente ao intercâmbio de experiências do Sistema de Informação da cooperação à Associação de Estados do Caribe (AEC). Nos mesmos termos, encontra-se em processo de negociação um intercâmbio com El Salvador.

¹ Os países receptores lideram suas estratégias de desenvolvimento nacional e dirigem a coordenação da Ajuda.

² Os países doadores apóiam as estratégias de desenvolvimento nacional dos receptores.

³ Implementam-se disposições comuns, simplificam-se procedimentos e realiza-se uma divisão mais eficaz do trabalho entre doadores e receptores.

⁴ Adotam-se fórmulas de administração dos recursos e de tomada de decisões mais eficazes.

⁵ Doadores e receptores são, igualmente, responsáveis do impacto da AOD.

Fonte: Declaração de Paris (OCDE, 2005) e as declarações do Ministério de Relações Exteriores da Nicarágua

Em terceiro lugar, chama a atenção a atividade como ofertante da Nicarágua que, como já foi explicado em diversas ocasiões, é o único País de Renda Baixa da região. Neste sentido, a Nicarágua forneceu cooperação técnica aos seus vizinhos centro-americanos (Guatemala e Honduras). Além disso, encontra-se em negociação um processo de intercâmbio com El Salvador (Quadro III.3.).

Finalmente, cabe assinalar a modalidade de financiamento com a qual os países participariam da Cooperação Horizontal. Neste sentido, e de acordo com as declarações recebidas, os países com menor nível de desenvolvimento relativo tenderiam a ser os que recebam um maior volume de cooperação técnica não reembolsável. Neste sentido, três países (um centro-americano –Nicarágua– e dois andinos –Bolívia e Equador) parecem ser receptores líquidos de cooperação externa. É sur-

preendente que este perfil seja compartilhado pela Costa Rica, país com um dos maiores níveis de receitas relativas. Além disso, el Salvador, Honduras, Guatemala e Panamá, junto com a República Dominicana, o Paraguai e o Peru, tenderiam a reproduzir esse mesmo padrão de recepção, apenas quebrado pela cooperação técnica procedente da Colômbia, que oferece seus projetos sob a modalidade de custos compartilhados.¹⁸ Enquanto isso, e como era de se esperar, os países mais ativos em termos de Cooperação Sul-sul (Argentina, Brasil, a já mencionada Colômbia, Cuba, Chile, México) e, em menor medida, Venezuela,¹⁹ são os que tenderiam a co-financiar um maior número de ações de cooperação, especialmente aquelas mantidas com sócios de um nível de desenvolvimento similar.

Quadro III.4: A Cooperação Bilateral Horizontal do Chile, em cifras. 2006.

Ao longo do ano 2006, o Governo do Chile destinou cerca de 4.125.000 dólares à cooperação com outros países em desenvolvimento. Dois terços desses quatro milhões (mais de 2.760.000 dólares) foram destinados a ações de cooperação técnica (concretamente, Assistência Técnica, Infra-estrutura, Seminários, Oficinas e Estágios)¹. O restante, pouco mais de 1.360.000, destinou-se a bolsas de estudos a cidadãos de terceiros países.

A desagregação dessas quantias por países revela que mais de 80% do total desses fundos destinou-se à região ibero-americana. Concretamente, mais de 2.260.000 dólares foram destinados à cooperação técnica e pouco mais de 1.200.000 a bolsas de estudo, situando o valor total final muito próximo dos três milhões e meio de dólares.

Cooperação Horizontal do Chile para os países ibero-americanos.

Em dólares estadunidenses. Países por total recebido, em ordem decrescente

Países	Cooperação Técnica	Bolsas	Total
PERU	416.755	264.964	681.719
BOLÍVIA	294.754	156.963	451.717
EL SALVADOR	251.342	76.091	327.433
GUATEMALA	174.012	73.014	247.026
EQUADOR	166.934	93.596	260.530
COSTA RICA	142.118	49.175	191.293
NICARÁGUA	111.009	48.909	159.918
COLÔMBIA	102.975	97.650	200.625
PANAMÁ	94.848	26.131	120.979
URUGUAI	87.006	58.122	145.128
HONDURAS	84.472	35.200	119.672
BRASIL	81.070	34.712	115.782
ARGENTINA	72.973	63.727	136.700
MÉXICO	62.866	1.937	64.803
REPÚBLICA DOMINICANA	58.872	43.146	102.018
PARAGUAI	50.281	47.273	97.554
CUBA	9.262	12.879	22.141
VENEZUELA	0	20.660	20.660
TOTAL IBERO-AMÉRICA	2.261.547	1.204.149	3.465.696

Os dados originais sobre cooperação técnica estão em pesos chilenos. A conversão para dólares foi realizada utilizando a taxa média do ano 2006 (532,39 pesos por dólar). Para as bolsas de estudo utilizou-se a conversão utilizada pela Agência de Cooperação Internacional do Chile (AGCI) no seu Programa para a Cooperação Horizontal 2007.

Fonte: SEGIB a partir dados AGCI

Como podemos observar na tabela anterior, assim como no seguinte gráfico, durante 2006 a Venezuela foi o único país que não se beneficiou da cooperação técnica chilena, embora tenha recebido cerca de 20.000 dólares a título de bolsas de estudos. Nesse sentido, a distribuição geográfica dessa cooperação tendeu a concentrar-se em duas regiões: a andina e a centro-americana. Assim, Peru, Bolívia, Equador e Colômbia concentraram 43,4% da cooperação técnica chilena para a Ibero-América e El Salvador, Guatemala, Costa Rica, Nicarágua, Panamá e Honduras, 37,9%. Entretanto, seus sócios no esquema de integração do MERCOSUL (Uruguai, Brasil e Argentina) se beneficiaram, em conjunto, de 12% dessa cooperação. Por sua vez, México, R.Dominicana e Paraguai captaram, individualmente, quantias que oscilaram entre 2,2% e 2,8%. Os países que menos participaram dessa cooperação foram, como já foi comentado, a Venezuela e, por outro lado, Cuba.

Distribuição da Cooperação Técnica Horizontal do Chile, por países. 2006.

Participação, em porcentagem



Fonte: SEGIB a partir dos dados do Programa para a Cooperação Horizontal 2007 da AGCI.

1 Cabe assinalar que o Chile pratica sua Cooperação sob a modalidade de custos compartilhados. Neste sentido, as quantias aqui especificadas referem-se, exclusivamente, à contribuição realizada pelo Governo chileno. Conseqüentemente, o valor econômico da Cooperação Técnica em que o Chile participou deve alcançar um valor notavelmente mais alto.

Identificação dos setores onde se concentra a Cooperação Horizontal

De acordo com as declarações dos próprios países ibero-americanos, os projetos de cooperação técnica que têm lugar na região se inserem em diferentes grupos de atividade.²⁰ Nesse sentido, respeitando os critérios do CAD e de acordo com a informação transmitida pelas Matrizes III.2.,²¹ pode-se afirmar que a maior parte das ações e/ou projetos executados está relacionada com as *Infra-estruturas* e os *Serviços Sociais*. Seguem-lhe, em ordem de importância relativa, as ações vinculadas aos distintos *Setores produtivos*. Menor importância regional parece ter, por sua parte, a cooperação que afeta as *Infra-estruturas* e *Serviços Econômicos*, assim como a que se enquadra dentro de uma categoria mais difusa, denominada *Multissetorial*.²²

De fato, a maioria das ações de cooperação técnica que têm lugar na região se localiza no âmbito das Infra-estruturas e os Serviços Sociais. As carências sociais que alguns países ibero-americanos (por exemplo, em termos de alfabetização –de acordo com dados da UNESCO, 15% da população latino-americana é analfabeta) ainda continuam apresentando justificam a elevada presença regional dos projetos relacionados com as áreas da Educação e a Saúde. Além disso, e no âmbito histórico de reconstrução de sociedades ainda muito marcadas pelos efeitos de prolongadas guerras civis (América Central) e atroz ditaduras (Andes e Cone Sul), um grande número desses projetos relacionam-se com ações de Fortalecimento institucional e modernização do Estado.²⁴ Embora tenham sido mais pontuais, também foram desenvolvidas ações relacionadas com o Tratamento e saneamento da água (de acordo com a CEPAL (2004), somente 78% da população da América Latina e Caribe tem acesso à água potável – 87% em áreas urbanas e somente 49% nas rurais). De acordo com a informação disponível, o menor número de ações situou-se no âmbito das Políticas de População e Saúde Reprodutiva.²⁵

Quadro III.5: Cooperação Horizontal e Educação na Ibero-América

De acordo com a UNESCO, a situação da educação em nossa região está, ainda, longe de ser ótima. Para entender a gravidade do problema, basta comparar as taxas de analfabetismo registradas no ano 2005 por alguns países ibero-americanos. Assim, frente aos mínimos da Argentina, Cuba e Uruguai (ao redor de 2%), destacam-se os altíssimos valores ostentados por alguns países centro-americanos como El Salvador (18,9%), Honduras (22,0%), Guatemala (28,2%) e Nicarágua (31,9%). Estas mesmas taxas aumentam ainda mais se forem desagregadas por gênero (35,4% no caso das mulheres guatemaltecas e 20,9% no caso dos homens).

Alguns dos principais Programas de Cooperação Horizontal que têm lugar entre países ibero-americanos procuram melhorar essa situação. Destacam-se, entre outros, projetos que impulsionam os processos de alfabetização de comunidades completas¹ porém, também, os dedicados à construção das tão necessárias escolas:

1. O "Plano Ibero-Americano de Alfabetização e Educação Básica de Jovens e Adultos" (PIA). Esta iniciativa, neste caso de Cooperação Regional Horizontal, nasceu no âmbito da Cúpula Ibero-Americana, porém é coordenado através da Organização de Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI). Seu objetivo geral é universalizar, no menor prazo possível e sempre antes de 2015, a alfabetização na região e oferecer a toda a população jovem e adulta que não tenha completado a sua escolarização básica, a possibilidade da continuidade educativa pelo menos até finalizar este nível, no marco da educação para todos ao longo de toda a vida. Este Plano aproveita o guarda-chuvas da multilateralidade para impulsionar e intensificar estratégias de alfabetização nacionais, porém respeitando as estratégias decididas soberanamente por cada país.
2. O Programa "Yo Sí Puedo" de Cuba. Este Programa de Alfabetização (que por três anos consecutivos foi premiado pela UNESCO) já foi aplicado na Argentina, Bolívia, Colômbia, Guatemala, México, Nicarágua, Paraguai, Peru e Venezuela e está pendente no Panamá, R.Dominicana e Uruguai. Parte da sua efetividade e da rapidez do seu impacto deve-se ao modo como foi concebido. Assim, de um lado, baseia seu método de ensino na relação entre letras e números, aproveitando a constatação de que a população rural tem a capacidade para contar bastante desenvolvida. Do outro lado, aproveita as vantagens da tecnologia para gravar as aulas que servem de guia em vídeos que depois são emitidos nas aulas. Vídeos que são gravados para cada um dos países aos que se destinam, utilizando atores nacionais e adaptando, assim, os conteúdos aos modismos e ao entorno próprios da população receptora. De acordo com tudo isto, o Programa de Alfabetização consta de duas fases:

Fase de Diagnóstico do terreno (aprox. três meses). Durante o desenvolvimento desta fase identificam-se: o número de analfabetos; os facilitadores (ou formadores) com os que se pode contar; o número de televisores e rádios que serão necessários; se existe ou não eletricidade (já que no caso da resposta ser negativa, o governo nacional, ou um organismo como a UNESCO, deverá assumir a instalação, por exemplo, de plantas solares, avaliadas em aproximadamente 4.000 dólares).

Fase de Fundamentação e Acompanhamento (de seis a oito meses). Nesta fase preparam-se os vídeos (gravados pelo Canal Educativo de Cuba) que incluem as 59 aulas que compõem o Programa. Uma vez disponíveis, começam a ser aplicados na comunidade receptora a um ritmo de dois a cinco dias por semana, de acordo com o caso.

3. A "Misión Robinson" da Venezuela. O impacto positivo que o Programa de Alfabetização de Cuba teve sobre as comunidades venezuelanas (um milhão e meio de alfabetizados) fez com que a própria Venezuela tenha começado a aplicar este mesmo Programa (denominado agora Misión Robinson) na Bolívia e na Nicarágua. Atualmente, e sempre de acordo com fontes do Ministério da Educação desse país, depois de um ano e três meses de trabalho na Bolívia, foram alfabetizadas mais de 135.000 pessoas e cerca de 335.000 estão em processo. Enquanto isso, a cooperação com a Nicarágua, mais recente, continua em fase de diagnóstico. Prevê-se estender esta cooperação ao Peru, Paraguai e R. Dominicana.
4. O "Proyecto Escuelas de Chile". O impulso a este projeto nasceu do desejo de unificar três coisas: a criação de um programa de pudesse ser implementado simultaneamente em vários países latino-americanos; o impacto direto e de curto prazo sobre as populações com rendas mais baixas; e a consecução de visibilidade da cooperação que a Agência chilena está impulsionando. O Projeto consta de duas fases:

A primeira, aplicada durante o ano 2006, consistiu em melhorar a infra-estrutura de 31 escolas de 13 países ibero-americanos (especificamente da Argentina, Brasil, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Peru e R.Dominicana)². O Chile investiu um total de 285 milhões de dólares no projeto.

A segunda, nascida da boa avaliação do Projeto assim como da certeza de que a cooperação não pode limitar-se à doação, começou a ser executada ao longo do ano 2007. O objetivo desta segunda etapa era incluir novos estabelecimentos mas, também, trabalhar em iniciativas de capacitação e aperfeiçoamento dos docentes que permitissem melhorar, além disso, a qualidade da educação.

1 Cabe mencionar aqui o Programa de Alfabetização e Educação Básica de Jovens e Adultos (PAEBA) impulsionado pela Espanha, um programa que, não obstante, escapa deste marco de análise ao situar-se fora do âmbito da Cooperação Sul-Sul.

2 Além disso, destinou 18.500 dólares para a melhora de uma escola no Haiti.

Fonte: AGCI (2007), MINVEC (2006), e as declarações dos Ministérios de Educação de Cuba e Venezuela.

Matriz III.2. Cooperação Técnica entre Países Ibero-Americanos, de acordo com os setores CAD

SIM oferece/recebe Cooperação Técnica; espaços em branco, informação não disponível

III.2.A. Grupo 1. Infra-estrutura e serviços sociais

		RECEPTORES																		
		PRB	PRM-BAIXA										PRM-ALTA							
OFERTANTES		NICARÁGUA	BOLÍVIA	BRASIL	COLÔMBIA	CUBA	EQUADOR	EL SALVADOR	GUATEMALA	HONDURAS	PARAGUAI	PERU	R. DOMINICANA	ARGENTINA	CHILE	COSTA RICA	MÉXICO	PANAMÁ	URUGUAI	VENEZUELA
PRB	NICARÁGUA	■							■	■										
PRM Baixa	BOLÍVIA		■																	
	BRASIL	■		■	■						■									
	COLÔMBIA				■	■		■	■	■	■	■	■				■	■	■	
	CUBA	■	■	■	■	■			■	■	■	■	■	■		■	■	■	■	■
	EQUADOR						■													
	EL SALVADOR							■												
	GUATEMALA								■											
	HONDURAS									■										
	PARAGUAI										■									
	PERU								■		■	■								
R.DOMINICANA												■								
PRM Alta	ARGENTINA		■						■	■	■	■	■	■	■	■	■	■		
	CHILE	■			■				■	■	■	■	■	■	■	■	■	■		
	COSTA RICA															■				
	MÉXICO	■			■	■	■		■	■	■	■	■	■		■	■	■	■	
	PANAMÁ																	■		
	URUGUAI																		■	
	VENEZUELA	■	■		■		■	■	■	■	■	■	■		■	■				■

III.2.B. Grupo 2. Infra-estrutura e serviços econômicos

		RECEPTORES																		
		PRB	PRM-BAIXA										PRM-ALTA							
OFERENTES		NICARÁGUA	BOLÍVIA	BRASIL	COLÔMBIA	CUBA	EQUADOR	EL SALVADOR	GUATEMALA	HONDURAS	PARAGUAI	PERU	R. DOMINICANA	ARGENTINA	CHILE	COSTA RICA	MÉXICO	PANAMÁ	URUGUAI	VENEZUELA
PRB	NICARÁGUA	■																		
PRM Baixa	BOLÍVIA		■																	
	BRASIL			■		■										■				
	COLÔMBIA				■											■				
	CUBA					■												■		
	EQUADOR						■													
	EL SALVADOR							■												
	GUATEMALA								■											
	HONDURAS									■										
	PARAGUAI										■									
	PERU											■								
R.DOMINICANA												■								
PRM Alta	ARGENTINA						■							■		■				
	CHILE						■								■					
	COSTA RICA															■				
	MÉXICO				■	■			■			■				■	■			
	PANAMÁ																	■		
	URUGUAI																		■	
	VENEZUELA	■	■			■								■	■	■				■

III.2.C. Grupo 3. Setores produtivos

		RECEPTORES																		
		PRB	PRM-BAIXA											PRM-ALTA						
OFERENTES		NICARÁGUA	BOLÍVIA	BRASIL	COLÔMBIA	CUBA	EQUADOR	EL SALVADOR	GUATEMALA	HONDURAS	PARAGUAI	PERU	R. DOMINICANA	ARGENTINA	CHILE	COSTA RICA	MÉXICO	PANAMÁ	URUGUAI	VENEZUELA
PRB	NICARÁGUA	■																		
PRM Baixa	BOLÍVIA		■																	
	BRASIL	■		■	■	■					■					■				
	COLOMBIA				■				■	■	■						■			
	CUBA				■	■			■				■						■	
	EQUADOR						■													
	EL SALVADOR							■												
	GUATEMALA								■											
	HONDURAS									■										
	PARAGUAI										■									
	PERU											■								
R.DOMINICANA												■								
PRM Alta	ARGENTINA	■	■		■	■		■	■	■			■	■			■			
	CHILE	■			■	■					■				■					
	COSTA RICA															■				
	MÉXICO	■			■								■	■		■	■			
	PANAMÁ																	■		
	URUGUAI					■													■	
	VENEZUELA	■			■							■				■				■

III.2.B. Grupo 4. Multissetorial

		RECEPTORES																		
		PRB	PRM-BAIXA											PRM-ALTA						
OFERENTES		NICARÁGUA	BOLÍVIA	BRASIL	COLÔMBIA	CUBA	EQUADOR	EL SALVADOR	GUATEMALA	HONDURAS	PARAGUAI	PERU	R. DOMINICANA	ARGENTINA	CHILE	COSTA RICA	MÉXICO	PANAMÁ	URUGUAI	VENEZUELA
PRB	NICARÁGUA	■																		
PRB Baixa	BOLÍVIA		■																	
	BRASIL			■		■					■									
	COLÔMBIA				■				■		■									
	CUBA				■	■													■	
	EQUADOR						■													
	EL SALVADOR							■												
	GUATEMALA								■											
	HONDURAS									■										
	PARAGUAI										■									
	PERU											■								
R.DOMINICANA												■								
PRM Alta	ARGENTINA		■		■						■		■	■						
	CHILE								■		■				■	■				
	COSTA RICA															■				
	MÉXICO	■			■		■		■			■					■	■		
	PANAMÁ																	■		
	URUGUAI																		■	
	VENEZUELA											■								■

Fonte: SEGIB a partir das declarações das Agências de Cooperação e/ou Ministérios de Relações Exteriores prestadas através do questionário remetido. Ver o anexo para consultar as respostas de cada país.

Quadro III.6: Projetos de cooperação agrícola e segurança alimentar

As graves crises econômicas sofridas por Cuba e Argentina no início dos anos noventa e ao longo do biênio 2001-02, respectivamente, obrigaram a população destes países e seus respectivos Governos a fazer um grande esforço com o objetivo de manter um nível de produção agrícola suficiente e acessível a todos que evitasse, além disso, uma crise em termos de segurança alimentar. Como consequência, pôs-se em prática experiências inovadoras que amenizaram o impacto da crise sobre a população.

Superadas ambas as conjunturas, Cuba e Argentina transformaram parte dessas experiências em projetos de cooperação externa. Ocorre que, no atual contexto internacional, a posta em prática de projetos agrícolas que gerem meios de vida sustentáveis para os pequenos produtores, assim como garantia de acesso da população aos alimentos a um preço acessível, são úteis mais além das conjunturas econômicas nacionais.

Com efeito, nos últimos anos o setor agrícola sofreu um forte processo de transformação. Sobre este fato influíram vários fatores, entre os que se destaca a penetração das Empresas Transnacionais em toda a cadeia de produção e distribuição de alimentos. Os estudos de autores como MacMillan, Murphy, Reardon, Tallontaire e Vorley, e organizações como Action Aid e SOMO, prevêem que este processo poderia ter certos impactos positivos sobre os países em desenvolvimento: desde a possibilidade de melhorar a inserção destes países no comércio internacional (através da exportação de produtos agrícolas de maior valor agregado) até a melhora da Balança de Pagamentos, entre outros. Estes autores advertem, não obstante, de que, atualmente, os potenciais benefícios deste processo estão sendo obscurecidos pelos evidentes efeitos negativos, entre os que se destacam: a expulsão dos pequenos agricultores de seu modo de vida tradicional, a precarização do emprego dos que conseguem se manter no setor, a perda de renda, o aumento da pobreza e a emergência de situações que dia a dia colocam em perigo a segurança alimentar de comunidades inteiras.

Neste contexto, entende-se a idoneidade de dois projetos de cooperação agrícola:

1. **Proyecto Sicoagro**, oferecido por Cuba à República Dominicana. Com efeito, as reformas econômicas que Cuba empreendeu para dar respostas à grave crise do início dos anos noventa consistiram, entre muitas outras medidas, em criar novos espaços de oferta de alimentos a preços acessíveis para a população. Além disso, procuraram-se fórmulas de relação com as empresas que permitissem que esses espaços estivessem permanentemente abastecidos. Em outubro de 2005, assinou-se um Acordo de Colaboração entre Cuba e a R.Dominicana através do qual propôs-se a prestação de assistência técnica cubana na gestão adequada de mercados finais, assim como dos denominados "centros de armazenagem" desse país. Nesse sentido, propôs-se apoiar, mediante a experiência cubana, a implementação do Sistema Integrado de Comercialização Agropecuária (SICOAGRO) através dos distintos mecanismos de comercialização disseminados nas zonas agroprodutivas do território nacional dominicano, projeto que, de acordo com as estimativas, beneficiaria 1,8 milhões de dominicanos. Após um breve período de inatividade, e dada a insistência das autoridades dominicanas, o projeto continua vigente atualmente.
2. **Projeto de capacitação sobre processos agroindustriais de frutas e hortaliças**, ofertado pela Argentina à Guatemala durante o ano 2005. O objetivo deste projeto era duplo: melhorar tecnologicamente as possibilidades de inserção da agricultura guatemalteca no mercado internacional mas, principalmente, promover o setor agroindustrial como meio de consolidação da família no seu entorno, com melhores rendas e qualidade de vida. O impacto final afetou, assim, dois níveis: o industrial e o local. Dentro deste último, e de acordo com a procurada melhora da relação entre agricultura e segurança alimentar, o tratamento industrial dos alimentos ganhou maior difusão: consumo de conservas, elaboração de alimentos para bebês baseados em compotas com baixa adição de açúcar e sem aditivos químicos, entre outros.

Fonte: FOAR (2005) e declarações do Ministério de Investimento Estrangeiro e Colaboração Econômica (MINVEC) de Cuba.

Por sua parte, dentro dos Setores produtivos, a área de atividade mais relevante é, sem dúvida alguma, a Agricultura. Uma parte desses projetos se relaciona com a promoção de capacidades que permitam aos países receptores inserir seu setor agrícola nos mercados internacionais; a maioria deles, não obstante, está ligada à tentativa de garantir a segurança alimentar em todo o território nacional. Os projetos vinculados a outros setores produtivos de vital importância para as economias nacionais, como a indústria, a construção e as extrativas, parecem merecer menos atenção.²⁶ Começam a emergir, pelo contrário, projetos associados ao impulso ao turismo, um setor que, a cada dia, se consolida como um novo eixo das estratégias de desenvolvimento local e nacional de muitos países.²⁷ Finalmente, identificam-se projetos que apoiam as políticas comerciais que devem acompanhar o desenvolvimento dos distintos setores da atividade econômica.²⁸

Além disso, o terceiro volume importante de projetos afeta as Infra-estruturas e Serviços Econômicos. Este setor, que integra as atividades básicas para fazer funcionar uma economia (transporte, comunicações e abastecimento energético, entre outros), somente implica uma vintena de um total de 150 projetos de cooperação técnica caracterizadas por setores. Entre estes se destacam, com vantagem, os relacionados com a Geração e o abastecimento de energia, tanto os que envolvem os combustíveis como a procura de fontes de energia renováveis e sustentáveis, como a construção de redes de distribuição que possam fazer chegar a eletricidade àqueles que ainda não dispõem dela. Seguem-lhe em importância os projetos de cooperação que afetam a área das Telecomunicações.²⁹ Chama a atenção, não obstante, a escassa ou nula presença de projetos relacionados com o Transporte ou com o desenvolvimento dos Serviços bancários e financeiros.³⁰

Quadro III.7: A necessária eletrificação das comunidades rurais

De acordo com o PNUD, 45 milhões de pessoas na América Latina e o Caribe (15% da população total) não têm acesso à eletricidade. Em algumas comunidades ibero-americanas, a privação da eletricidade afeta, inclusive, uma porcentagem superior da população. De fato, a taxa de cobertura de eletricidade, por países, se situa em valores:

Superiores a 90% na Argentina, Brasil, Chile, Costa Rica, México, Uruguai e Venezuela
Entre 70 e 90% na Colômbia, Equador, El Salvador, Guatemala, Panamá, Paraguai e Peru
Entre 50 e 70% na Bolívia, Honduras e Nicarágua.

No caso específico da Guatemala, o esforço realizado nos últimos anos para melhorar essa situação foi mais do que notável. Assim, e de acordo com dados da Comissão Nacional de Energia Elétrica (CNEE), em uma década o índice de Eletrificação do país passou de 52% em 1996 para 85% em 2005. Parte do problema foi paliada através de um projeto governamental (o Programa de Eletrificação Rural –PER) mas, também, graças à cooperação recebida de outros países da região. Dentro destes, cabe situar os Projetos de Cooperação Técnica Horizontal que, ainda hoje, promovem a construção de linhas de redes de distribuição para fazer chegar a eletricidade às comunidades, acima de tudo, da maneira mais respeitosa possível para com o meio ambiente. Destacam-se:

- Projeto de Desenvolvimento de Energias Renováveis e de Eletrificação Rural do México.
- Ações de Avaliação Econômica e Financeira de projetos de Eletrificação Rural, da Argentina.

Todos ainda se encontram em uma fase bastante inicial. De fato, somente foram desenvolvidas assistências e assessorias técnicas que permitam, de um lado, identificar os alcances técnicos de cada um dos projetos e, de outro, e considerando os altos custos da sua entrada em funcionamento, os recursos de que a Guatemala dispõe para levá-los a cabo.

Fonte: FOAR (2005), Comissão Mexicana para a Cooperação com a América Central e o Caribe (2005), as declarações da Secretaria de Planejamento e Programação da Presidência (SEGEPLAN) da Guatemala, PNUD e a CNEE.

Em último lugar encontram-se os projetos Multissetoriais. Dentro destes, a imensa maioria relaciona-se com a Gestão dos Recursos Naturais e a Proteção do Meio Ambiente. De acordo com o que sugere a categoria onde se incluem, as ações de cooperação realizadas neste âmbito tendem a ter um caráter multidimensional. Como consequência, os projetos, embora tendo como núcleo a questão meio ambiental, podem chegar a afetar setores tão diversos como o fitossanitário ou a segurança frente aos desastres naturais.

Quadro III.8: Iniciativas multissetoriais vinculadas aos recursos naturais e ao meio ambiente

Parte das atividades que acabam relacionando-se, transversalmente, com outros múltiplos setores de atividade são, sem dúvida, as que afetam os recursos naturais e a proteção do meio ambiente. Neste sentido, as ações de Cooperação Horizontal situadas nesse âmbito não escapam desta multidimensionalidade. A título ilustrativo, alguns dos projetos impulsionados pelo México em outros países ibero-americanos:

No Peru, projeto Impacto dos Contaminantes Químicos na Produção Apícola (2005-2007). Esta assistência técnica atua sobre o setor apícola com dois objetivos bem diferentes: de um lado, evitar a contaminação do produto final a fim de cumprir as medidas fitossanitárias que permitam inserir este produto no mercado internacional; do outro lado, reduzir, no processo de elaboração do produto, a geração de resíduos tóxicos para o meio ambiente. Para isso a assistência levada a cabo afeta a gestão integral da colméia, um programa de inocuidade do mel, o controle de resíduos tóxicos e as boas práticas de produção e manufatura.

Na Argentina, projeto Colaboração Técnica México-Argentina em Matéria de Recursos Hídricos (2004-2006). Este projeto afeta a gestão da água a partir de perspectivas que implicam setores tão díspares como a geração de energia ou a agricultura: o uso e o aproveitamento racional da água (de represas mas, também, subterrâneas, para irrigação ou para consumo humano), sistemas de alertas de cheias e prognósticos de secas, reabilitação da água e seu entorno, ou segurança das represas, entre outros.

Na Colômbia, ação pontual Cooperação México-Colômbia em Matéria de Vigilância Ambiental Participativa (2003-2005). Neste caso, presta assistência técnica à Colômbia para explicar sua experiência sobre os Comitês de Vigilância Ambiental Participativa, um instrumento que, a partir da colaboração entre sociedade civil e Governo, busca a proteção meio ambiental através de denúncias judiciais contra os promotores de delitos contra o meio ambiente.

Fonte: Direção Geral de Cooperação Técnica e Científica do México (2006).

Perfil regional de necessidades e capacidades

Em coerência com o anterior, o perfil de necessidades e capacidades dos diferentes países ibero-americanos gira, fundamentalmente, ao redor de atividades vinculadas tanto às Infra-estruturas e Serviços Sociais como aos Setores produtivos e, muito pontualmente, às Infra-estruturas e Serviços Econômicos e Multissetoriais. Assim, de forma geral, e apesar das suas diferenças, os países ibero-americanos podem se associar a três tipos distintos de perfil.

O primeiro implicaria um conjunto de Países de Renda Baixa e Renda Média-Baixa que tenderiam a ser receptores "líquidos" de cooperação, quando o comum seria que a sua participação em ações de cooperação externa se limitasse, majoritariamente porém não exclusivamente, à recepção. Esses países (os centro-americanos El Salvador, Honduras, Guatemala e Nicarágua; os andinos Bolívia, Equador e Peru; e a caribenha República Dominicana) cobririam, a partir da Cooperação Sul-Sul, necessidades ligadas à área social e ao desenvolvimento produtivo, principalmente do setor agrícola.

A título ilustrativo, a maior parte das assistências técnicas e de cursos e oficinas de capacitação que a Nicarágua recebe no âmbito da Cooperação Horizontal afetariam a saúde, a educação, o saneamento de águas, a modernização do Estado e a agricultura, embora também poderiam encontrar-se ações em direitos humanos e meio ambiente. Além disso, e como podemos observar na Tabela III.1., dos projetos que ter-se-iam executado na Guatemala durante o ano 2006, mais da metade teria lugar no âmbito da educação, o fortalecimento do Estado e da sociedade civil, assim como em outros serviços e infra-estruturas sociais. Seguir-lhe-iam os relacionados com os Setores produtivos, desta vez diversificados entre atividades como a agricultura e a pesca porém, também, a indústria, o turismo, a construção e a aprendizagem de políticas comerciais para a regulamentação desses mesmos setores. No caso do Peru, cuja atividade como receptor é também refletida na Tabela III.1., os projetos agrícolas e pesqueiros compartilhariam importância relativa com os sociais (fundamentalmente, educação) e os meio ambientais. Cada um deles absorveria um investimento equivalente a um terço dos 900.000 dólares a que o valor econômico da Cooperação Horizontal recebida pelo Peru em 2005 alcançou.³¹

O segundo afetaria três países (Costa Rica, Panamá e Uruguai) que, embora sendo Países de Renda Média-Alta com potencial para executar ações de cooperação para o exterior, concentrariam a sua participação em Cooperação Horizontal na recepção de projetos.³² O perfil de necessidades, no entanto, e como caberia esperar em economias com um maior nível de desenvolvimento relativo, mudaria em relação ao descrito anteriormente. De fato, este grupo de países estaria

Tabela III.1. Grupo setorial em que os projetos recebidos pela Guatemala e pelo Peru se situam.

Projetos, por unidades; valor econômico, em dólares

Guatemala				Peru			
		Projetos			Projetos	Valor	
Grupo 1	Governo e sociedade civil	3	Grupo 1	Modernização estado	2	89.333	
	Educação	4		Educação	6	170.522	
	Outros serviços			Saúde	2	39.667	
	Infra-estruturas sociais	20		Subtotal (1)	10	299.522	
	Subtotal (1)	27					
Grupo 2	Geração e abastecimento de energia	2	Grupo 2	Subtotal (2)	0	0	
	Subtotal (2)	2					
Grupo 3	Agricultura	1	Grupo 3	Agricultura	8	230.447	
	Indústria	2		Pesca	2	74.612	
	Turismo	1		Ciências	3	11.482	
	Construção	1		Subtotal (3)	13	316.541	
	Política de Reconstrução Comercial	1					
	Pesca	2					
	Subtotal (3)	8					
Grupo 4	Multissetorial	6	Grupo 4	Meio ambiente	13	265.167	
	Subtotal (4)	6		Subtotal (4)	13	265.167	
			Grupo 7	Prevenção Desastres	5	19.137	
				Subtotal (7)	5	19.137	
			Total	41	900.367		

Os dados da Guatemala correspondem ao ano 2006; os do Peru, ao 2005. Além disso, os grupos de atividade se referem a: 1. Infra-estrutura e Serviços Sociais; 2. Infra-estrutura e Serviços Econômicos; 3. Setores produtivos; 4. Multissetorial; 7. Ajuda de Emergência e Reconstrução.

Fonte: Elaborado pela SEGIB a partir de dados CAD (OCDE) (2007) e PACI (2007).

recebendo ações que, em suas distintas variantes, implicariam atividades vinculadas tanto ao desenvolvimento de Setores produtivos de maior valor agregado como aos de Serviços e Infra-estruturas Econômicas necessárias para o seu impulso. Como exemplo, destacamos o tipo de projetos executados na Costa Rica, relacionados, principalmente, com o impulso das telecomunicações. Além disso, ter-se-iam identificado projetos ligados à área da energia e, também, dos serviços sociais (educação e habitação), presente sempre, independente do bom nível de desenvolvimento alcançado. Finalmente, haveria um terceiro perfil associado àqueles países que, por terem alcançado um maior nível de desenvolvimento relativo, se mantêm mais ativos na sua participação em ações de Cooperação Horizontal, como ofertantes ou como demandantes. Dentro deste perfil se situariam, de um lado, Argentina, Chile, México e Venezuela (todos de Renda Média-Alta) e, de outro lado, Brasil, Colômbia e Cuba (de Renda Média-Baixa, mas com reconhecidos avanços regionais em determinadas áreas de desenvolvimento econômico e social).

Tabela III.2. Grupo setorial em que os projetos oferecidos e recebidos pelo México se situam.

Projetos, por unidades

Projetos recebidos			Projetos ofertados		
Grupo 1	Saúde	1	Grupo 1	Saúde e Higiene	9
	Subtotal (1)	1		Fortalecimento institucional	23
				Educação	18
				Subtotal (1)	50
Grupo 2	Energia	1	Grupo 2	Energia	5
	Subtotal (2)	1		Subtotal (2)	5
Grupo 3	Ciência e Tecnologia	19	Grupo 3	Agropecuário	9
	Subtotal (3)	19		Ciência e Tecnologia	21
				Desenv. industrial e comercial	5
				Subtotal (3)	35
Grupo 4	Subtotal (4)	0	Grupo 4	Meio ambiente	11
				Subtotal (4)	11
	Total	21		Total	101

Os grupos de atividade se referem a: 1. Infra-estrutura e Serviços Sociais; 2. Infra-estrutura e Serviços Econômicos; 3. Setores produtivos; 4. Multissetorial; 7. Ajuda de Emergência e Reconstrução

Fonte: SEGIB a partir das declarações da Direção Geral de Cooperação Técnica e Científica (DGCTC) do México.

Desta forma, o primeiro subgrupo de países cobriria necessidades ligadas, principalmente, ao desenvolvimento de determinadas atividades econômicas, também de elevado valor agregado. A título ilustrativo, por exemplo, e como se observa na Tabela III.2., o caso do México, que situaria praticamente todos os projetos que declara receber em 2006 no âmbito da ciência e da tecnologia. A oferta de cooperação, por sua vez, estaria bastante diversificada e abrangeria desde o social até um leque de atividades produtivas diferentes, independentemente do padrão de especialização de cada economia. Assim, no caso do México, a metade dos projetos executados em outros países ibero-americanos seriam sociais; o resto divide-se entre os científico-tecnológicos (a quinta parte do total), energéticos e meio ambientais. Entretanto, a Argentina compartilharia seus conhecimentos em distintos setores agropecuários (entre eles, o lácteo); o Chile, na pesca; e a Venezuela, em energia e combustíveis. Não obstante, como podemos observar no Quadro III.9, este último país teria tendido, nos últimos anos, a desenvolver um perfil de oferta cada vez mais diversificado.

Tabela III. 3. Ações de Cooperação da Argentina para o ano 2005, de acordo com o grupo de atividade (critério CAD)

Receptor	Nome do Projeto	Área	Setor (CAD)
Bolívia	Subprograma de descentralização da gestão de riscos nas prefeituras	Administração e Gestão Pública	1
Bolívia	Fortalecimento das unidades e sistemas de apoio da Câmara dos Deputados	Administração e Gestão Pública	1
Bolívia	Foro oficina de Comércio Exterior	Comércio e Gestão Empresarial	1
Bolívia	Fortalecimento institucional da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da Universidade Autônoma "Gabriel René Moreno" para empreender processos de reforma curricular	Educação	1
Bolívia	Projeto Redesenho do sistema de Informação sobre Investimentos. Desenvolvimento de Aplicações WEB	Educação	1
Bolívia	Manuseio e Controle de Pragas de importância econômica do cultivo de amendoim nos vales da Bolívia	Agricultura	3
Bolívia	Diagnóstico da situação atual da cadeia leiteira nos vales da Bolívia	Setor Lácteo	3
Colômbia	Seminário-oficina sobre Temas Florestais	Recursos naturais e Meio Ambiente	4
Equador	Caracterização dos asfaltos utilizados no Equador	Transporte	2
El Salvador	Plano de Desenvolvimento Integral e Ecoturismo na Ilha de Meanguerra do Golfo de Fonseca	Turismo	3
El Salvador	Plano de Ordenamento Territorial Turístico da Zona Norte de Morazán	Turismo	3
Guatemala	Assessoria para a criação de modelos de microsimulação sobre arrecadação tributária	Administração e Gestão Pública	1
Guatemala	Avaliação Econômica e Financeira de projetos de Eletrificação Rural	Energia e Indústria	2
Guatemala	Avaliação Econômica e Financeira de projetos de Eletrificação Rural (construção de linhas de redes de distribuição)	Energia e Indústria	2
Guatemala	Proposta de desenvolvimento da indústria agrorural através do impulso de plantas processadoras	Agricultura	3
Honduras	Investigação e Sustentação de Casos por Lavagem de Ativos	Justiça e Direitos Humanos	1
Honduras	Abusos na infância e vítimas da violência doméstica	Desenvolvimento social	1
Honduras	Plano Piloto processadora de Lácteos	Setor Lácteo	3
Nicarágua	Assistência Técnica para fortalecer e modernizar o setor Lácteo	Setor Lácteo	3
Panamá	O processo de articular como alternativa para diminuir o fracasso escolar desde a Educação inicial no primeiro grau da Escola Básica	Educação	1
Paraguai	Publicação de documentos da Coleção Dr. Estanislao Zeballos	Educação	1
Peru	Capacitação e Assistência Técnica a empresas do setor Leiteiro da região de Arequipa	Setor Lácteo	3
Peru	Capacitação e Assistência Técnica na colheita, processamento, controle de qualidade e comercialização azeitonas verdes e pretas	Comercialização e armazenagem	3
Peru	Automatização da cartografia estatística rural	Ciência e tecnologia	4
R. Dominicana	Fortalecimento Técnico da Agência Nacional de Meteorologia	Ciência e tecnologia	4

Os grupos de atividade são: 1. Infra-estrutura e Serviços Sociais; 2. Infra-estrutura e Serviços Econômicos; 3. Setores produtivos; 4. Multissetorial

Fonte: SEGIB a partir de FOAR (2005)

Quadro III.9: Venezuela e a diversificação setorial da sua cooperação externa

As mudanças experimentadas pela Venezuela nos últimos anos permitiram que este país fosse, hoje, não só um dos maiores ofertantes regionais de Cooperação Sul-Sul mas, também, um dos que oferece uma cooperação mais diversificada em termos setoriais.

De fato, a cooperação que a Venezuela executa em outros países (baseada nos princípios de solidariedade e complementaridade) parte, inicialmente, de uma política de internacionalização dos programas sociais ("misiones", utilizando o termo venezuelano) que anteriormente havia recebido de Cuba: concretamente, da "Misión Robinson" (no âmbito da educação) e das "Misiones Milagro y Barrio Adentro" (no âmbito da saúde). Posteriormente, impulsiona a internacionalização de outras missões como "Vuelvan Caras" (agora, Che Guevara) dirigida para o desenvolvimento de determinados setores produtivos através do fomento às cooperativas. Os projetos de cooperação que integram este último programa são executados através das ações que o Ministério de Economia Comunal (MINEC) leva a cabo em outros países. A estas ações somam-se, por exemplo, as de outra entidade, BANCOEX, concentrada em promover acordos e projetos relacionados com os serviços financeiros e bancários.

Como se observa, a cooperação internacional da Venezuela é executada por uma série de organismos de caráter governamental. A multiplicidade de executores faz parte do que permite que a cooperação abranja tantos setores de atividade. O maior inconveniente reside, no entanto, na dificuldade para centralizar a informação e, conseqüentemente, oferecer uma visão completa e rigorosa do que ocorre ao exterior.

Principais Programas de Cooperação da Venezuela para a Ibero-América

	Educação	Saúde		Outros setores	
Receptor	Misión Robinson	Misión Milagro	Barrio Adentro	(2) BANCOEX*	(3) MINEC**
Argentina	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	SIM
Bolívia	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Brasil	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM
Chile	NÃO	SIM (2007)	NÃO	SIM	SIM
Colômbia	NÃO	SIM (2007)	NÃO	NÃO	SIM
Costa Rica	NÃO	SIM (2006)	NÃO	NÃO	NÃO
Cuba	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	SIM
Equador	NÃO	SIM (2006 e 7)	SIM	NÃO	SIM
El Salvador	NÃO	SIM (2006)	NÃO	NÃO	NÃO
Guatemala	NÃO	SIM (2006)	NÃO	NÃO	SIM
Honduras	NÃO	SIM (2007)	NÃO	NÃO	NÃO
México	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM
Nicarágua	SIM	SIM (2006)	SIM	SIM	SIM
Panamá	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM
Paraguai	Solicitação	SIM (2007)	NÃO	NÃO	NÃO
Peru	Solicitação	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
R. Dominicana	Solicitação	SIM (2006)	NÃO	NÃO	NÃO
Uruguai	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	SIM

*As ações de cooperação do Bancoex afetam os setores bancário e financeiro, motivo pelo qual, de acordo com o CAD, seriam classificadas no setor (2) das Infra-estruturas e dos serviços econômicos. ** As ações de cooperação do MINEC (Ministério de Economia Comunal) seriam classificadas, de acordo com os critérios CAD, no setor (3) de Setores produtivos.

Fonte: SEGIB a partir das entrevistas realizadas no Ministério de Relações Exteriores (MRE), BANCOEX e Ministérios da Educação e Economia Comunal (2007), assim como no Hospital Militar Dr. Carlos Arvelo da Venezuela.

O segundo e, finalmente, último subgrupo de países compartilharia um perfil de necessidades concentrado, preferencialmente, no âmbito dos Setores Produtivos. Assim, e tal como se observa na Tabela III.4., praticamente a quarta parte dos projetos de Cooperação Horizontal executados na Colômbia em 2006 se relacionariam com a agricultura e o impulso de atividades científico-tecnológicas. Por outro lado, Cuba ampliaria esse perfil adicionando atividades que afetariam desde a mineração e as finanças até as telecomunicações. Além disso, e quando estes países recebem cooperação na área social, esta se concentraria em temas institucionais e de organização do Estado (cerca de um terço dos projetos que a Colômbia declara receber). De fato, é justamente nesta área onde estes países tenderam a desenvolver parte das suas melhores capacidades. O melhor expoente disso seria, certamente, Cuba, cujas capacidades em educação e saúde são uma referência no âmbito regional.

Quadro III.10: Cuba: uma cooperação especializada no social

A cooperação para o desenvolvimento que Cuba executa há décadas em outros países se configura ao redor de:

Os avanços que o país obteve nos setores da saúde e da educação.

Sua elevada intensidade em recursos humanos de alta qualificação

Um conjunto de princípios fundamentais como: a gratuidade, a adaptação à política do país receptor, a vinculação aos Organismos Internacionais que estiveram no terreno, a não interferência com os postos de trabalho locais, junto com a viabilidade e a sustentabilidade do projeto a nível nacional.

No marco deste perfil de especialização, destacam-se, hoje, os seguintes programas de cooperação:

1. "Yo sí puedo". Este Programa de Alfabetização é executado em mais de 18 países da África, América Latina e Caribe. Com um total de 526 assessores, este método alcançou, até o ano 2006, a alfabetização de 1.835.175 pessoas.
2. Brigadas médicas. Consistem no envio de profissionais da saúde (médicos e enfermeiros) a países em desenvolvimento. Muitas vezes o envio destes profissionais se enquadra em um contexto de emergência nacional, vinculado à resposta requerida pelo impacto de um desastre natural (por exemplo, a passagem de um ciclone ou a destruição após um terremoto). Atualmente, há 31.000 profissionais cubanos cooperando em 71 países africanos e latino-americanos.
3. "Operación Milagro". Trata-se de um programa de cooperação para atender, em geral com um tratamento cirúrgico, pacientes com afecções oculares. Os pacientes são pessoas de baixa renda, impossibilitados economicamente de ter acesso a essa mesma operação no seu país. Desde 2004 até julho de 2006, 325.455 pacientes da América Latina e Caribe passaram por intervenções cirúrgicas.
4. Programa Integral de Saúde. Criado após a destruição gerada no ano 1998 pelo Furacão Mitch na América Central, este programa compreende: a prestação de serviços de saúde, a doação de hospitais (e de Centros de Diagnóstico Integral, uma infra-estrutura médica tecnologicamente mais completa que um ambulatório convencional), assim como a formação, como médicos, de estudantes com baixa renda, nativos de países em desenvolvimento, que obtêm bolsas de estudos para estudar na Escola Latino-Americana de Medicina (ELAM) de Havana, onde somente no curso acadêmico 2005-06 foram matriculados mais de 8.000 estudantes de 24 países.

A tabela a seguir recolhe a presença destes programas nos distintos países ibero-americanos.

Principais Programas de Cooperação de Cuba para a Ibero-América

Receptor	Educação	Saúde		Programa Integral de Saúde	
	"Yo sí puedo"	Brigadas Médicas	"Operación Milagro"	Serviços	ELAM
Argentina	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	SIM
Bolívia	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Brasil	NÃO	NÃO	SIM	NÃO	SIM
Colômbia	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	SIM
Costa Rica	NÃO	SIM	NÃO	NÃO	SIM
Chile	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM
Equador	NÃO	SIM	SIM	NÃO	SIM
El Salvador	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM
Guatemala	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Honduras	NÃO	SIM	SIM	SIM	SIM
México	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	SIM
Nicarágua	SIM	SIM	SIM	NÃO	SIM
Panamá	SIM (será lançado)	NÃO	SIM	NÃO	SIM
Paraguai	SIM	Houve	Houve	SIM	SIM
Peru	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	SIM
R. Dominicana	Solicitação	Solicitação	NÃO	NÃO	SIM
Uruguai	Solicitação	NÃO	NÃO	NÃO	SIM
Venezuela	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM

Fonte: SEGIB a partir das entrevistas realizadas no Ministério de Relações Exteriores (MINREX), de Investimento Estrangeiro e Colaboração Econômica (MINVEC) e de Educação (MINED) (2007).

Fonte: MINVEC (2006) e declarações dos Ministérios de Relações Exteriores e de Educação de Cuba.

Tabela III.4. Grupo setorial em que os projetos oferecidos e recebidos pela Colômbia se situam.

Projetos, por unidades

Projetos recebidos			Projetos ofertados		
Grupo 1	Saúde	2	Grupo 1	Arte e Cultura	2
	Modernização do Estado	13		Saúde e Higiene	4
	Educação	4		Modernização do Estado	12
	Água Potável e Saneamento	1		Educativo	6
	Subtotal (1)	20		Desenvolvimento e População	2
				Subtotal (1)	26
Grupo 2	Desenvolvimento produtivo	7	Grupo 2	Desenvolvimento produtivo	1
	Subtotal (2)	7		Subtotal (2)	1
Grupo 3	Agropecuário	5	Grupo 3	Agropecuário	2
	Ciência e Tecnologia	5		Subtotal (3)	2
	Subtotal (3)	10			
Grupo 4	Meio ambiente	0	Grupo 4	Meio ambiente	4
	Subtotal (4)			Subtotal (4)	4
	Total	45		Total	33

Os grupos de atividade se referem a: 1. Infra-estrutura e Serviços Sociais; 2. Infra-estrutura e Serviços Econômicos; 3. Setores produtivos; 4. Multissetorial; 7. Ajuda de Emergência e Reconstrução.

Fonte: SEGIB a partir das declarações da Agência Presidencial para a Ação Social e a Cooperação Internacional da Colômbia.

A Cooperação Sul-Sul na sua modalidade Triangular

A Cooperação Triangular, em suas distintas variantes, parece estar experimentando um auge na Ibero-América. Pelo menos é o que sugerem as declarações dos distintos países, que destacam suas vantagens em termos de custos, efetividade e adaptação às realidades locais. Não obstante, e como poderemos ver a seguir, seu dinamismo (especialmente em termos de ações onde todos os atores –inclusive os que financiam– sejam estritamente regionais) ainda é significativamente menor ao da Cooperação Horizontal.

A crescente concentração de ajuda nas regiões andina e centro-americana

Uma revisão das ações de Cooperação Bilateral Triangular, nas quais os países ibero-americanos participam, sugere que existem algumas constantes que se repetem, tanto em termos dos países que financiam, executam ou recebem projetos, como dos setores implicados.

Neste sentido, de maneira geral e como se observa na Tabela III.5., os países que financiam a maior parte dos projetos triangulares³³ na Ibero-América tendem a ser externos: principalmente a Alemanha e o Japão e, em ocasiões, a Bélgica e o Reino Unido. Estes países estabeleceram acordos de triangulação com nações que antes tinham sido receptoras das suas ações, transformando-as em executoras de assistência técnica para outros países em desenvolvimento.³⁴ Nesse âmbito, os países ibero-americanos que executam um maior número de ações de cooperação triangular são, principalmente, a Argentina, o Chile e o México e, em menor medida, o Brasil, a Colômbia, a Costa Rica e Cuba. A recepção de projetos, por sua vez, se concentra nas regiões centro-americana e andina, além da República Dominicana e do Paraguai.

Tabela III.5. Cooperação Bilateral Triangular na Ibero-América.

A. Ações executadas pelo México

Financiador	Executor	Receptor	Área de cooperação	Setor CAD
Japão	México	Colômbia	Mecatrônica e Engenharias	(3)
Japão	México	El Salvador	Prevenção de desastres	(7)
Japão	México	Guatemala	Meio Ambiente	(4)
Japão	México	Guatemala	Desenvolvimento industrial e comercial	(3)
Japão	México	Honduras	Pesca	(3)
Japão	México	Nicarágua	Tratamento de águas	(1)
Japão	México	Paraguai	Desenvolvimento industrial	(3)
Japão	México	Peru	Meio Ambiente	(4)

B. Ações executadas pelo Chile

Financiador	Executor	Receptor	Área de cooperação	Setor CAD
Japão	Chile	Colômbia	Agropecuário	(2)
Alemanha	Chile	Colômbia	Fortalecimento institucional	(1)
Japão	Chile	Costa Rica	Fortalecimento das PME	(2)
Japão	Chile	Costa Rica	Fortalecimento Processo Concorrência	(3)
Japão	Chile	Equador	Pesca artesanal	(3)
Japão e Alemanha	Chile	Nicarágua	Meio ambiente, agricultura, tecnologia, pme, desenvolvimento urbano	(2), (3), (4)
Japão e Chile	Chile	Peru	Pesca	(3)

A. Ações executadas pela Argentina, Brasil, Colômbia, Costa Rica e Cuba

Financiador	Executor	Receptor	Área de cooperação	Setor CAD
Japão	Argentina	Paraguai	Sanidade animal, contêineres e embalagens	(4)
Japão	Argentina	Peru	Sanidade animal	(4)
Japão e Argentina	Argentina	Peru	Estatísticas sobre pobreza	(1)
Reino Unido	Brasil	Peru	Saúde, controle HIV	(1)
Japão	Colômbia	Bolívia, Chile, Costa Rica, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru República Dominicana, Venezuela.	Capacitação em tecnologias de cultivos agrícolas	(3)
Japão e Alemanha	Costa Rica	Bolívia, Equador Peru.	Educação, meio ambiente, saúde, atividades de micro e pequenas empresas, tecnologia da informação e desenvolvimento comunal	(1), (2), (3), (4)
Bélgica	Cuba	Equador	Medicina tropical e doenças sexualmente transmissíveis	(1)

Os grupos de atividade se referem a: 1. Infra-estrutura e Serviços Sociais; 2. Infra-estrutura e Serviços Econômicos; 3. Setores produtivos; 4. Multissetorial.

Fonte: SEGIB a partir das declarações das Agências de Cooperação e Ministérios de Relações Exteriores

Além disso, ao desagregar por grupos de atividades, observa-se que, desta vez, os projetos que têm maior presença são aqueles que se relacionam tanto com os setores produtivos como com as infra-estruturas e as políticas que podem facilitar o seu desenvolvimento. Menor participação relativa, embora não menos importante, possuem os projetos de caráter social (quase sempre do âmbito da saúde) e aqueles ligados aos recursos naturais e o meio ambiente. Não obstante, ao relacioná-lo com os países executores, o perfil anterior se diversifica.

Efetivamente, o México é certamente o país que mantém uma atividade triangular mais diversificada, com ações que abrangem todos os setores, inclusive a prevenção de desastres. Mesmo assim, suas ações mais numerosas se relacionam com o desenvolvimento industrial e o meio ambiente. Por sua parte, o Chile (e em seu caso a Costa Rica) compartilhariam o perfil mexicano. A especialização produtiva chilena incorporaria, no entanto, um traço diferencial através da execução de projetos que transfeririam sua rica experiência no setor da pesca. Por outro lado, a Argentina desenvolveria ações que, direta ou indiretamente, estavam relacionadas com o seu enorme potencial agrícola (entre elas, as relacionadas com a saúde animal e as questões fitossanitárias). A Colômbia também transferiria seus conhecimentos em agricultura, enquanto que o Brasil e Cuba participariam da triangulação a partir de um perfil mais social.

Quadro III.11: México: uma oferta de Cooperação Bilateral Triangular diversificada

No âmbito da Cooperação Bilateral Triangular, a atividade que o México realiza como ofertante encontra-se bastante diversificada, tanto em termos dos países beneficiários como dos setores afetados. A título ilustrativo, descrevem-se quatro projetos enquadrados no programa de cooperação subscrito entre o Japão (financiador) e o México (executor):

1. "Produção de tilápias em jaulas flutuantes no Golfo de Fonseca hondurenho, como uma indústria alternativa para a mitigação da pobreza". Receptor: Honduras. Setor: Pesca.
No âmbito deste projeto, os doadores proporcionaram aos pescadores das comunidades do Golfo de Fonseca hondurenho as ferramentas necessárias para a produção de tilápias em jaulas flutuantes. Para isso, os pescadores receberam formação em atividades variadas que abrangeram desde a construção, manutenção e uso das jaulas, até a semeadura de organismos, passando pela coleta de parâmetros da qualidade da água. Por suas características, e além das conotações estritamente produtivas, o projeto também procurava garantir a segurança alimentar dos beneficiários.
2. "Avaliação, regimes alfandegários e tributação alfandegária". Receptor: Guatemala. Setor: Desenvolvimento Industrial e Comercial.
A fim de aproveitar os benefícios que potencialmente se derivem da assinatura dos acordos comerciais, executou-se na Guatemala um projeto de formação sobre as implicações destes acordos, especialmente nas áreas que afetam as alfândegas e a tributação dos produtos que deveriam entrar no país através das mesmas.
3. "Fortalecimento das capacidades institucionais para o desenvolvimento dos programas de vigilância e monitoramento da contaminação do ar". Receptor: Peru. Setor: Meio Ambiente.
Neste caso, o Governo do Distrito Federal do México ofereceu assessoria técnica à Comissão Nacional do Ambiente do Peru. Através desta pretendia-se fazer chegar às principais cidades peruanas métodos de estimativa e quantificação dos danos que a contaminação do ar pode provocar em dois âmbitos bem diferentes: a saúde humana e a economia local.

4. "Melhora da tecnologia para a construção e difusão da moradia popular sísmo-resistente". Receptor: El Salvador. Setor: Prevenção de Desastres.
A experiência mexicana face aos fenômenos sísmicos permitiu a execução de assessorias sobre metodologias de autoconstrução de moradias sísmo-resistentes de baixo custo para populações salvadorenhas com escassos recursos. Desta forma, constituiu-se um Laboratório de Grandes Estruturas na Universidade Centro-Americana (UCA). Além disso, transferiu-se tecnologia sobre difusão, protocolos de ensaios e construção de modelos para o Centro Nacional de Prevenção de Desastres (CENAPRED).

Fonte: Direção Geral de Cooperação Técnica e Científica (DGCTC) do México

Cabe assinalar, finalmente, e como já foi observado anteriormente, que identificam-se pouquíssimos projetos de cooperação triangular nos quais os três participantes sejam países ibero-americanos. De maneira excepcional, podem ser encontrados, para os anos 2000 e 2001, Programas de Cooperação cultural participados pela Colômbia, México e Venezuela.³⁵ Mais recentemente, e de acordo com as declarações dos países, somente foi possível identificar um par de projetos de cooperação triangular estritamente ibero-americanos. No primeiro, Chile, Guatemala e Colômbia compartilham suas experiências sobre o impulso e posterior consolidação dos processos de paz. No segundo, Argentina, Chile e, novamente, Colômbia participam de um projeto ligado à pesca e às medidas fitossanitárias a ela associadas.

A presença da Cooperação Multilateral/Regional Triangular na Ibero-América

Os projetos triangulares em que os organismos multilaterais participam não são muito numerosos. Não obstante, nos últimos anos identificam-se alguns projetos financiados por organismos dependentes das Nações Unidas. Nesse sentido, sua temática de atuação está indubitavelmente ligada à função que cada uma destas instituições realiza no âmbito da ONU. Assim, destacam-se, por um lado, os projetos triangulares que, liderados pela *United Nations Population Fund* (UNFPA), seriam executados pelo Brasil e pela Colômbia (com vários países como receptores) na área da demografia e da saúde reprodutiva. Além disso, Chile e Cuba levariam a cabo projetos de agricultura e segurança alimentar na Guatemala e Venezuela, respectivamente. Ambos os projetos responderiam, no marco da Declaração do Milênio, à implementação do programa de luta contra a fome que a *Food and Agricultural Organization* (FAO) impulsiona na Ibero-América. Por outro lado, faltaria impulsionar um projeto triangular no qual o *Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento* (PNUD) atuaria não como financiador, mas como mediador. Este projeto consistiria em que o Brasil compartilhasse com Cuba sua experiência na implementação do Programa de Desenvolvimento Humano Local (PDHL) que o PNUD teria aplicado em vários estados brasileiros.³⁶

Tabela III.5. Cooperação Bilateral Triangular na Ibero-América.

Financiador	Executor	Receptor	Área de cooperação	Setor CAD
FAO	Chile	Guatemala	Agricultura e Segurança Alimentar	(1),(3)
FAO	Cuba	Venezuela	Agricultura e Segurança Alimentar	(1),(3)
UNFPA	Colômbia	Vários países	Saúde reprodutiva	(1)
UNFPA	Brasil	Equador	Demografia e saúde	(1)

Os grupos de atividade se referem a: 1. Infra-estrutura e Serviços Sociais; 2. Infra-estrutura e Serviços Econômicos; 3. Setores produtivos; 4. Multissetorial.

Fonte: SEGIB a partir das declarações das Agências de Cooperação e Ministérios de Relações Exteriores

Por outro lado, foram identificados apenas dois projetos no tocante à Cooperação Regional Triangular. Especificamente, dois projetos impulsionados pelo Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), ambos executados pelo Chile na Colômbia e Paraguai no âmbito da agricultura e das medidas fitossanitárias.

À margem dos programas aqui descritos, destacamos, finalmente, um programa de desenvolvimento do turismo financiado por Andorra e executado pela Organização Mundial do Turismo (OMT) no Equador. O projeto não será abordado por fugir ao âmbito da Cooperação Sul-Sul.

Quadro III.12: A FAO e seu impulso à Cooperação Multilateral Triangular na Ibero-América

Com o objetivo de conseguir que no ano 2015 o número de pessoas que sofre fome no mundo se reduza à metade (compromisso assumido na Cúpula do Milênio), a Food and Agricultural Organization (FAO), o organismo das Nações Unidas que se encarrega de todas as questões relacionadas com a agricultura e a alimentação mundial, promove seu Programa Especial de Segurança Alimentar (PESA). Esse programa destina-se aos Países de Baixa Renda e com Déficit de Alimentos (PBIDA). Atualmente, sua ação é executada através de projetos em mais de 100 países. No caso da Ibero-América, o impulso a este programa é levado a cabo através de algumas cooperações de caráter triangular. De acordo com as declarações dos países da região, destacam-se dois exemplos:

1. O projeto denominado "Apoio à Cooperação Sul-Sul para o fortalecimento da segurança alimentar na Guatemala", executado neste país centro-americano através do Chile. O projeto tem como objetivo a aplicação do componente de Fortalecimento do Sistema Alimentar Nacional do PESA. Conforme este objetivo, um especialista e dezesseis técnicos de campo de origem chilena apóiam o Ministério de Agricultura, Agropecuária e Alimentação (MAGA) da Guatemala para que contribua para reforçar as iniciativas de segurança alimentar e nutricional do país. Além disso, transfere tecnologia a pequenos produtores da área rural. Em termos econômicos, a contribuição da FAO eleva-se a 248.000 dólares estadunidenses.
2. Dentro do mesmo âmbito de atuação, Cuba fornece especialistas e técnicos de reconhecida experiência nos ramos agrícola e pesca que desenvolvem um trabalho de transmissão de conhecimentos e tecnologias aos produtores de vários países da África e América Latina e Caribe. Atualmente, o único país ibero-americano receptor deste projeto impulsionado pela FAO e executado por Cuba é a Venezuela. Além disso, espera-se que em breve seja implementado, também, na República Dominicana.

Fonte: MINVEC (2006) e declarações da Secretaria de Planejamento e Programação da Presidência (SEGEPLAN) da Guatemala

Quadro III.13: A participação do IICA na Cooperação Regional Triangular Ibero-Americana

O Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) é um organismo especializado do Sistema Interamericano que fornece cooperação técnica inovadora aos seus Estados Membros com o objetivo de estimular, promover e apoiar a consecução do desenvolvimento agrícola e o bem-estar das populações rurais.

Para cumprir sua função, em 10 de março de 2006 a IICA assinou um acordo de cooperação com o Chile para que este atuasse como executor de ações triangulares cujos beneficiários fossem outros países da região. Aproveitando esse marco, o Chile convocou, em dezembro desse mesmo ano, um seminário regional sobre "Nós da Cooperação Agrícola", do qual surgiram iniciativas para o ano 2007. Essas iniciativas estão materializando-se com a Colômbia (projeto sobre o tratamento da "Moscas-da-Fruta") e com o Paraguai (dois projetos, um em Sanidade Vegetal e outro em Sanidade Animal). Em todos os casos, a cooperação é executada sob a modalidade de custos compartilhados. Assim, a Agência de Cooperação Internacional do Chile (AGCI) paga as subvenções; a IICA as passagens e os países beneficiários assumem as despesas menores (deslocamentos internos aeroporto, apoio de secretaria...).

Fonte: www.iica.int e declarações da Agência de Cooperação Internacional do Chile (AGCI)

1. Estes países fazem parte do que o PNUD passou a denominar, em 1995, Pivotal countries. Esses países fazem parte dos 22 países em desenvolvimento que o PNUD considera que exercem um papel de liderança como doadores de Cooperação Técnica para outros países com menores receitas relativas.
2. Na verdade, a Cooperação Sul-Sul pode apresentar formas muito diferentes. De acordo com o PNUD, a Cooperação Sul-Sul tem lugar quando "a cooperação técnica entre países em desenvolvimento tem como objetivo principal promover a capacidade individual e coletiva destes países para se manter por seus próprios meios e fomentar a associação a nível mundial" (<http://www.undp.or.jp/tcdc/framwrk.html>). No entanto, a cooperação que alguns países em desenvolvimento estabelecem nos âmbitos comercial, financeiro ou energético, por exemplo, também podem ser considerados Cooperação Sul-Sul. Além disso, também podem ser incluídas algumas formas de cooperação econômica, como os créditos concedidos pela Venezuela a outros países da região para financiar a compra de petróleo (ver Quadro III.1. O Acordo Energético de Caracas: uma modalidade de AOD Sul-Sul?). Neste relatório, no entanto, a análise estará limitada, fundamentalmente, à cooperação de tipo técnico.
3. Neste sentido, um componente importante costumam ser as oficinas e os seminários de formação, assim como o intercâmbio de experiências entre profissionais e/ou dos profissionais para os coletivos beneficiários.
4. Muitas vezes, o custo do projeto pode reduzir-se aos honorários profissionais (abaixo do estabelecido pelo mercado internacional), os deslocamentos, o alojamento e despesas de viagem. À margem fica, não obstante, o investimento em formação que previamente o Estado do país de origem desses profissionais tenha podido assumir.
5. Em geral, quando um país executa um projeto em outro país com menor nível de desenvolvimento relativo, o custo de financiamento da Cooperação Horizontal é assumido pelo primeiro país.
6. A possibilidade de compartilhar custos se reserva, em geral, para os acordos entre países com níveis de desenvolvimento similares.
7. No seio da Conferência Ibero-Americana podemos encontrar vários exemplos deste tipo de cooperação. Neste sentido, a Conferência articula a cooperação em torno dos denominados Programas Ibero-Americanos. Esses programas estão ligados a um setor de atividade determinado e o requisito para ser avaliado pela Conferência é que neles participem pelo menos sete países e que estes contribuam com recursos, cujo volume varia em função do tamanho e das possibilidades de cada participante. Cabe destacar que um desses participantes é sempre a Espanha e, em vários casos, Portugal. Os demais costumam ser países da América Latina que participam sob o princípio básico da horizontalidade. A título ilustrativo, os programas Ibermedia e Iberescena, de apoio ao cinema e às artes cênicas ibero-americanas; CYTED na área da ciência e tecnologia; ou Iberpyme na da pequena e média empresa. Mais informações na "Memória da Cooperação na Conferência Ibero-Americana", www.segib.org
8. Argentina declara realizar ações de cooperação com uma duração máxima de três semanas. Por sua vez, o Chile e a Venezuela podem estar executando projetos que duram meses e até mais de um ano.
9. Para o ano 2005, a Argentina realizaria ações de cooperação em todos os países exceto na República Dominicana que, não obstante, teria sido receptora de ações realizadas em anos anteriores. Por sua vez, o Chile declararia, para o ano 2006, estar executando projetos em todos os países exceto na Venezuela onde, no entanto, teriam chegado os benefícios das bolsas de estudos governamentais. No caso da Venezuela (também para 2006), todos os países (exceto Peru e Uruguai) estariam se beneficiando de algum dos projetos impulsionados pelos organismos dependentes do Governo.
10. Todos os países centro-americanos membros da Conferência seriam receptores de cooperação mexicana.
11. De um lado, na Colômbia, Equador e Peru e, de outro lado, na Argentina e Paraguai. Além disso, também chegaria a cooperação mexicana à R.Dominicana. Com Cuba existiriam vários acordos que, no entanto, estariam paralisados.
12. Nenhum dos dois países respondeu o questionário remetido pela SEGIB, motivo pelo qual a informação referente à sua atividade procede de fontes indiretas.
13. De fato em todos exceto em El Salvador, R. Dominicana e Chile, que apenas são contabilizados se levarmos em consideração as bolsas de estudos concedidas aos seus cidadãos.
14. Bolívia, Equador e Venezuela.
15. Guatemala, Costa Rica e, já no Caribe, Cuba.
16. Colômbia e Peru.
17. Na verdade, o Peru apenas declara, para o ano 2005, realizar cooperação com El Salvador. A informação referente à Costa Rica e ao Paraguai procede das declarações, como receptores, destes dois últimos países, para o ano 2006.
18. É possível que o Chile também quebre esse padrão, porém não é certeza. Como se assinala no Quadro III.4, onde se recolhe o volume de financiamento que o Chile destinou em 2006 à cooperação com outros países, esse país realiza a sua cooperação

técnica, preferencialmente, sob a modalidade de custos compartilhados. A situação econômica do país receptor faz com que, não obstante, nem sempre isso seja possível. Nesse sentido, dispomos de informação referente à contribuição realizada pelo Chile à cooperação com cada um dos países ibero-americanos, mas não se sabe quais destes também assumiram parte do financiamento.

19. Com Argentina, Brasil, Chile e Colômbia.

20. Incluem-se no anexo as tabelas que recolhem a informação fornecida por cada país declarante sobre a cooperação recebida e/ou ofertada por projetos. Assim, fica recolhida a informação referente a: país doador e/ou de destino, setor afetado, número de projetos e, quando possível, avaliação econômica destes.

21. As Matrizes III.2 (quatro, de acordo com o grupo setorial do CAD a que se referem –ver classificação completa em www.oecd.org/dac) recolhem não só que país faz intercâmbio de cooperação e com qual mas, fundamentalmente, em que setor essa cooperação está sendo levada a cabo. Assim, e conforme o que foi comentado, as atividades foram classificadas em algumas destas quatro categorias: (1) Infra-estrutura e Serviços Sociais; (2) Infra-estrutura e Serviços Econômicos; (3) Setores produtivos e (4) Multissetorial. À margem ficam os grupos (5) Ajudas; (6) Dívida e (7) Ajuda de emergência e reconstrução.

22. Dos cerca de 150 projetos (recebidos e/ou ofertados) que foram associados pelos declarantes a alguma atividade, cerca de 70 foram classificados no setor de Infra-estruturas e Serviços Sociais, 35 no Setor produtivo e uma vintena, respectivamente, em Infra-estrutura e Serviços Econômicos e em Multissetorial

23. Embora possamos encontrar múltiplos exemplos que ilustrem esta realidade, é inegável que uma boa parte destes procede da intensa atividade de Cuba, Venezuela e, em parte, do Chile. Para mais detalhes, ver Quadro III.5. Cooperação Horizontal e Educação na Ibero-América.

24. Um dos países que mais projetos desenvolveu foi o México. Assim, dos 101 projetos que este país executou ao longo de 2006 em outros países ibero-americanos (ver Tabela III.2.), praticamente uma quarta parte (23 projetos) foram desenvolvidos nesta área. Os receptores foram, fundamentalmente, El Salvador, Guatemala e Panamá, na América Central; Equador e Colômbia nos Andes; Argentina e Paraguai, no Cone Sul.

25. Destacam-se, dentro destes âmbitos, os cursos e projetos ministrados e/ou executados pelo Brasil e Colômbia na Nicarágua e Guatemala, respectivamente

26. Não se identificam projetos para 2006. Entre os identificados, destacam-se, não obstante, os ofertados por países como Brasil, Chile e México, e recebidos pela Guatemala, Costa Rica e Panamá.

27. Destacam-se projetos da Colômbia e Argentina para a Guatemala e Paraguai, respectivamente.

28. Destacam-se, fundamentalmente, os ofertados pelo México aos seus vizinhos centro-americanos

29. Destacam-se os recebidos pela Costa Rica de países tão diversos como Argentina, Cuba e Brasil.

30. De fato, nenhum dos projetos declarados se localiza dentro destas nomenclaturas.

31. Faltariam os 19.000 dólares de um projeto financiado pelo México no âmbito da prevenção de desastres. Cabe assinalar que, embora nas reuniões com os países ibero-americanos estes se mostram muito interessados em potenciar este tipo de cooperação, o Peru é o único país que situa algum dos seus projetos recebidos neste âmbito.

32. De acordo com a informação disponível, o Uruguai executa alguma ação de cooperação, neste caso com Cuba, sob a modalidade de custos compartilhados.

33. Embora seja certo que o grosso do financiamento é assumido por um país desenvolvido, as ações executadas podem assumir um formato de custos compartilhados. Assim, o grosso do financiamento recai sobre o país desenvolvido, outra parte sobre o país que executa a assistência técnica e a menor proporção dos custos, sobre o país receptor.

34. A título ilustrativo, o Japão impulsionou este tipo de convênios (os denominados Partnership Programmes) no início dos anos noventa. No começo as colaborações foram estabelecidas com seus vizinhos asiáticos, que passaram de ser considerados receptores de cooperação a sócios executores. O mesmo esquema foi reproduzido mais tarde com alguns países latino-americanos, fundamentalmente, com a Argentina, Brasil, Chile e México.

35. O antecessor é um projeto bilateral entre o México e a Colômbia denominado "Programa de Intercâmbio de Residências Artísticas", ao que a Venezuela se une posteriormente.

36. Especificamente, se trataria de desenvolver em Cuba um projeto de gestão de créditos e pequenas empresas estatais que há 30 anos vem sendo implementado em distintos Estados do Brasil.

ANEXO I. ESTUDO DE CASO:
A COOPERAÇÃO IBERO-AMERICANA NO HAITI

ANEXO I. ESTUDO DE CASO: A COOPERAÇÃO IBERO-AMERICANA NO HAITI

Contexto geral

Haiti, com uma renda por habitante que não supera os 500 dólares anuais, é um dos países mais pobres do mundo e o mais pobre do continente americano. De fato, e de acordo com os dados disponíveis do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), ainda hoje 60% da população haitiana sobrevive com menos de um dólar ao dia. A pobreza estrutural que o país sofre reflete-se em um enorme déficit social, institucional e de infra-estruturas.

Em sucessivas ocasiões, a situação viu-se agravada pelo desencadeamento de fortes e violentas crises políticas. A resolução da mais recente, em 2004, acabou implicando uma parte da comunidade internacional, que assumiu em relação ao Haiti compromissos a curto e médio prazos. De acordo com esta vontade, nesse mesmo ano, a ONU impulsiona a denominada Missão de Estabilização das Nações Unidas (MINUSTAH), uma missão multinacional que apóia a reconstrução e a democratização do país, através da cooperação e coordenação com a Organização dos Estados Americanos (OEA) e a Comunidade do Caribe (CARICOM).¹

Tabela A.1. Conferências de doadores de AOD ao Haiti. 2004-2006.

Lugar realização	Data	Principais compromissos
Washington	Julho de 2004	Estima-se que cobrir as necessidades do Haiti nos dois próximos anos custará 1.300 milhões de dólares. De acordo com essa estimativa, os participantes estabelecem um "Quadro Interino de Cooperação", cujo objetivo é definir as bases para distribuir a ajuda de forma eficiente.
Guiana Francesa	Março de 2005	Acompanhamento dos acordos da conferência anterior. Informa-se, além disso, as doações que elevam o compromisso com o Haiti para 1.000 milhões de dólares.
Puerto Príncipe	Julho de 2006	Destacam-se boas ações realizadas pelos dirigentes Haitianos em matéria política e de obras públicas. Assumem-se novos compromissos por um valor de 750 milhões de dólares. Destaca-se a importância de melhorar o sistema fiscal, a fim de que o governo possa se autofinanciar. Analisa-se a necessidade de reformar tanto a policia haitiana como o sistema judicial.
Madrid	Novembro de 2006	A Comunidade Internacional mostra-se satisfeita com os resultados obtidos. Acorda-se a elaboração de um documento de estratégia para a redução da pobreza. Assinalam-se os avanços em matéria política e macroeconômica. Pede-se ao Governo do Haiti que continue trabalhando de forma coordenada com a MINUSTAH para garantir a segurança cidadã. Finalmente, a Comunidade Internacional aprova o orçamento planejado pelo Haiti e se compromete a oferecer apoio financeiro para garantir o seu cumprimento.

Fonte: SEGIB a partir de <http://www.un.org/spanish/News>

Dentro deste quadro de vontades, convocaram-se diferentes Conferências de Doadores (Tabela A.1.), a partir das quais seus participantes² acordaram voltar a impulsionar o envio de ajuda para o desenvolvimento a este país. Além disso, as organizações financeiras multilaterais incluíram o Haiti na iniciativa HIPC (Highly Indebted Poor Countries – Países Pobres Fortemente Endividados), o que permitiu ao país liberar recursos destinados ao financiamento de seu desenvolvimento econômico. A Conferência Ibero-Americana uniu-se a este compromisso internacional. Para este fim, nossa comunidade expressou, através das sucessivas cúpulas realizadas, o seu compromisso político e financeiro com a melhora da situação que este país americano vive (Quadro A.1.).

Quadro A.1: A presença do Haiti nas Cúpulas da Conferência Ibero-Americana

A partir do ano 2004, coincidindo com o desencadeamento de uma grave crise política, o Haiti tem sido tema de debate e interesse em todas e cada uma das Cúpulas Ibero-Americanas que foram realizadas anualmente. Reproduzimos aqui alguns dos extratos dos comunicados especiais que foram sendo publicados sobre o Haiti:

“Face à situação do Haiti, agravada pela devastação causada por sucessivos desastres naturais, consideramos um dever iniludível contribuir para a reabilitação econômica e social e a reconciliação política desse país irmão. Nesse sentido, reafirmamos a determinação de colaborar, a curto, médio e longo prazo, com a superação dos problemas de segurança e violência que ainda persistem no Haiti e, simultaneamente, contribuir para a construção das bases para o seu desenvolvimento e o estabelecimento de um diálogo político inclusivo que permita sua normalização institucional...”

Extrato obtido do Comunicado especial sobre o Haiti
XV Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, San José, 2004

“Comprometidos com a soberania, a independência, a unidade e a integridade territorial do Haiti, e incentivados pela solidariedade para com o povo haitiano, apoiamos o pleno cumprimento dos mandatos da Missão de Estabilização das Nações Unidas para o Haiti (MINUSTAH), para a qual contribuem diversos países ibero-americanos, e respaldamos decididamente a conclusão do processo de normalização democrática no Haiti e a realização de eleições inclusivas, livres, imparciais, transparentes e democráticas...”

Extrato obtido do Comunicado especial sobre o Haiti
XV Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, Salamanca, 2005

“Sublinhamos a necessidade de cooperar decididamente em prol do desenvolvimento econômico e social do Haiti, que é uma pré-condição para alcançar a paz e a estabilidade duradouras nesse país. Para isso, encomendamos à SEGIB colaborar na coordenação dos esforços e dos programas de cooperação dos distintos países ibero-americanos com o Haiti...”

Extrato obtido do Parágrafo sobre o Haiti da declaração
XVI Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, Montevideu, 2006

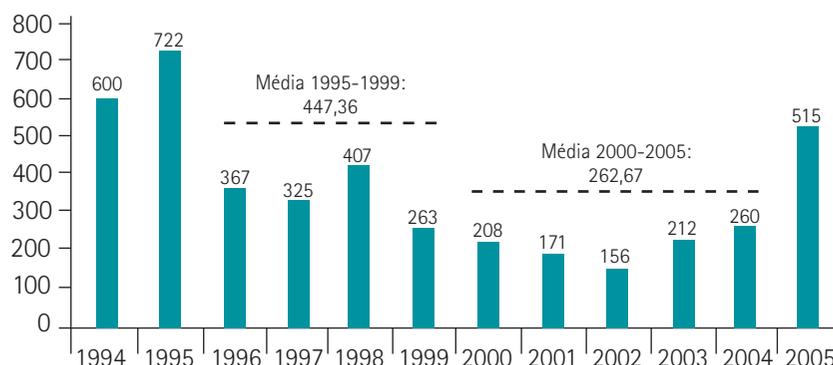
O Haiti como receptor de AOD mundial

Como podemos observar no Gráfico A.1., no biênio 1994-95 a Assistência Oficial para o Desenvolvimento destinada ao Haiti alcançou um valor máximo que oscilou entre os 600 e os 700 milhões de dólares por ano. Este máximo coincidiu com uma grave crise econômica e política que forçou a afluência massiva de fundos procedentes dos Estados Unidos (90% do total recebido nesses anos).³ A partir dessa data, no entanto, o volume de AOD mundial foi reduzindo-se. Nesse sentido, houve que esperar pela Declaração da Cúpula do Milênio mas, principalmente, pela resposta da comunidade internacional à crise do ano 2004, para reencontrar um novo impulso crescente da ajuda destinada ao Haiti que, entre 2002 e 2005, conseguiu crescer de pouco mais de 150 milhões de dólares até mais de 500 milhões.

O atraso relativo do Haiti no momento de receber um maior volume de fundos de ajuda frente ao ocorrido em outros países em desenvolvimento (Bolívia, por exemplo, foi incluída na iniciativa HIPC em 2001, três anos antes que o Haiti), explicam que este país tenha tido a tendência a perder participação tanto como receptor da AOD mundial como do total da ajuda destinada aos Países Menos Desenvolvidos.⁴ De fato, no biênio 1994-1995 o Haiti captava 1,1% do total da cooperação internacional e cerca de 4% da destinada aos países com menores níveis de receitas; uma década depois, no biênio 2004-2005, ambas as porcentagens tinham-se reduzido, respectivamente, para 0,4% e 1,5%.

Gráfico A.1. Total AOD líquida destinada ao Haiti. 1994-2005.

Valor absoluto, em milhões de dólares correntes



Fonte: SEGIB a partir de dados CAD (OCDE) (2007)

Haiti no âmbito da Cooperação na Ibero-América

Devido às características dos países membros da Conferência Ibero-Americana, o tipo de cooperação que o Haiti recebe da região varia em função do doador. Assim, cabe diferenciar a Assistência Oficial para o Desenvolvimento procedente da Espanha, Portugal e Andorra de tudo o que se enquadra dentro da Cooperação Sul-Sul (entenda-se, a Cooperação Bilateral Horizontal participada pelos outros 19 países membros da Conferência, mais a Cooperação Triangular –Bilateral, Multilateral ou Regional- da que qualquer país ibero-americano possa participar).

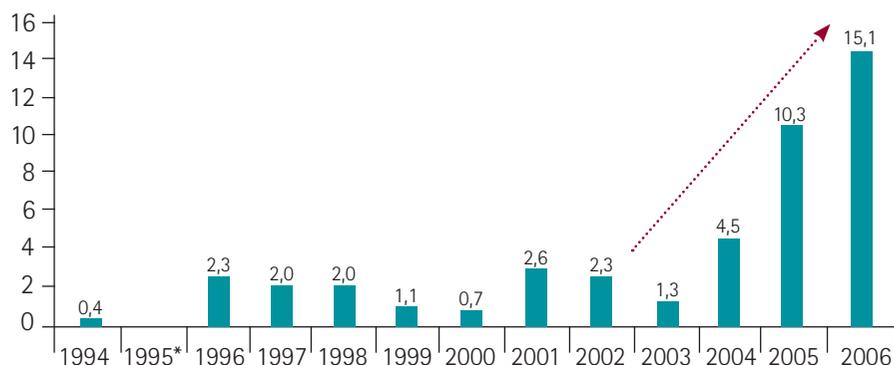
A Assistência Oficial para o Desenvolvimento procedente dos doadores peninsulares

De acordo com o que se observa no Gráfico A.2., entre 1994 e 2003, a AOD que a Espanha destinou ao Haiti manteve-se em valores inferiores a 2,6 milhões de dólares anuais.⁵ A partir do ano 2004, no entanto, e coincidindo com a realização em Madrid da "Conferência Internacional para o Desenvolvimento do Haiti", organizada pelo governo espanhol, a ajuda oficial viu-se incrementada, passando de 4,5 milhões em 2004 para mais de 15 em 2006.

Além disso, e de acordo com as declarações dos responsáveis de cooperação do próprio Governo, os instrumentos através dos quais essa ajuda se materializou tendem a ser bastante diversos. De fato, e como observamos na Tabela A.2., os compromissos adquiridos pela cooperação espanhola incluem, entre outras ferramentas, os denominados créditos FAD, as assessorias técnicas e as subvenções canalizadas através de Organizações Não Governamentais.

Gráfico A.2. AOD líquida da Espanha ao Haiti. 1994-2006.

Valores absolutos, em milhões de dólares



*O dado de 1995 foi eliminado uma vez que a sua excepcionalidade (42 milhões de dólares) distorce a tendência.

Fonte: SEGIB a partir de OECD (2007) e PACI (2006)

Tabela A.2. Caracterização de alguns compromissos da Espanha com o Haiti.

Tipo	Descrição										
Financeiros	3,5 milhões de euros em microcréditos e créditos FAD										
Técnicos	2.785 milhões de dólares em Araucária XXI, para a melhora do meio ambiente 50 efetivos de polícia e guarda civil ajudam a fortalecer o sistema judicial do país 2 milhões de euros destinados ao setor da educação										
Via ONGD	<table border="1"> <thead> <tr> <th>Nome</th> <th>Descrição</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Assembleia de Cooperação pela Paz</td> <td>Projeto de luta contra o HIV</td> </tr> <tr> <td>Cáritas</td> <td>Projetos nas áreas da Saúde, Nutrição, Meio Ambiente e Educação Alimentar</td> </tr> <tr> <td>Cruz Vermelha Espanhola</td> <td>Programa para a prevenção de desastres</td> </tr> <tr> <td>Solidariedade Internacional</td> <td>Programa de soberania alimentar</td> </tr> </tbody> </table>	Nome	Descrição	Assembleia de Cooperação pela Paz	Projeto de luta contra o HIV	Cáritas	Projetos nas áreas da Saúde, Nutrição, Meio Ambiente e Educação Alimentar	Cruz Vermelha Espanhola	Programa para a prevenção de desastres	Solidariedade Internacional	Programa de soberania alimentar
Nome	Descrição										
Assembleia de Cooperação pela Paz	Projeto de luta contra o HIV										
Cáritas	Projetos nas áreas da Saúde, Nutrição, Meio Ambiente e Educação Alimentar										
Cruz Vermelha Espanhola	Programa para a prevenção de desastres										
Solidariedade Internacional	Programa de soberania alimentar										

Fonte: SEGIB a partir das declarações da Agência de Cooperação Espanhola

Por sua vez, a quantidade de AOD que Portugal destinou ao Haiti foi pontual e quase sempre coincidindo com os períodos em que as crises econômicas e políticas do Haiti foram mais agudas. Assim, e de acordo com a OCDE (2007), registra-se AOD portuguesa em 1995, no biênio 1998-99 e de 2004 até hoje. Nesse sentido, em 1995 Portugal destinou ao Haiti cerca de 300.000 dólares, cifra apenas ligeiramente superior à referente ao ano 2004 (290.000 dólares) e ao biênio 2005-06 (cerca de 200.000 dólares de média anual). Além disso, há a contribuição de Andorra que está relacionada com o apoio que este país prestou à missão que o Programa Mundial de Alimentos da FAO realiza no Haiti.

A Cooperação Bilateral Horizontal da Ibero-América para o Haiti

A imensa maioria dos países que participam ativamente de ações de Cooperação Sul-Sul na Ibero-América realiza assistências técnicas no Haiti. Entre estas, destacam-se, de um lado, as ações da Argentina, Chile, México, Uruguai e Venezuela e, de outro lado, as do Brasil e Cuba. Junto a estas se podem encontrar, também, ações de caráter mais pontual, como as realizadas pela Guatemala e pela vizinha República Dominicana. Nesse sentido, a atividade desta última está, sem dúvida, ligada ao seu caráter fronteiriço.⁶ Por sua vez, a cooperação que a Colômbia poderia executar encontra-se, ainda, em processo de negociação.

Tabela A.3. Caracterização da Cooperação Técnica Horizontal da Ibero-américa com o Haiti

SIM oferece/recebe Cooperação Técnica; espaços em branco, informação não disponível

	OFERTANTES	Setores do CAD aos que se destina a Cooperação Técnica						
		INFRA-ESTRUTURAS E SERVIÇOS SOCIAIS	INFRA-ESTRUTURAS E SERVIÇOS ECONÔMICOS	SETORES PRODUTIVOS	MULTISSETORIAL	AJUDA FORNECIMENTO BENS E PARA PROGRAMAS	ATIVIDADES VINCULADAS À DÍVIDA	AJUDA DE EMERGÊNCIA
PR Baixa	Nicarágua							
Países de Renda Média-Baixa (PRM-B)	Bolívia							
	Brasil							
	Colômbia*							
	Cuba							
	Equador							
	El Salvador							
	Guatemala							
	Honduras							
	Paraguai							
	Peru							
	R. Dominicana							
Países de Renda Média-Alta (PRM-A)	Argentina							
	Chile							
	Costa Rica							
	México							
	Panamá							
	Uruguai							
	Venezuela							

*Os respectivos projetos estão em fase de estudo.

Fonte: SEGIB, a partir das declarações das Agências de Cooperação e Ministérios de Relações Exteriores dos países.

Em termos setoriais, e como se observa na Tabela A.3., a maioria das atividades que o Haiti recebe no âmbito da Cooperação Sul-Sul situa-se no setor das Infra-estruturas e Serviços Sociais. Dadas as graves carências que o Haiti sofre, estas ações abrangem desde as missões técnicas de saúde e educação até as que se encarregam de reforçar as instituições do Estado e do Governo, assim como as da Sociedade Civil. Entretanto, identificam-se outras ações nos setores das Infra-estruturas e Serviços Econômicos, os Setores produtivos e os Multissetoriais. Mais especificamente, realizam-se projetos e assessorias em áreas básicas como a energia e a gestão de microempresas, a agricultura, o desenvolvimento rural e a preservação do meio ambiente. Mais pontuais são as ações ligadas aos setores aglutinados sob a denominação de Ajuda. Concretamente, registra-se apenas um Fundo de Ajuda Humanitária⁷ recentemente aprovado pela Venezuela e as ações para a prevenção de desastres propostas pela Colômbia.

Finalmente, no âmbito da Cooperação Sul-Sul de caráter bilateral, não podemos deixar de destacar a ajuda que, na forma de financiamento concessional, a Venezuela outorga ao Haiti a partir da assinatura do Acordo Energético de Caracas do ano 2000. Conforme este acordo, a Venezuela entrega 6.500 barris diários de petróleo ao Haiti e lhe financia 25% da fatura resultante, em condições vantajosas em relação às vigentes no mercado internacional. Além disso, e já no âmbito da PETRO-CARIBE,⁸ fornece diesel e gás com um financiamento especial (período de graça de até dois anos e taxa de juros de 2%).

A Cooperação Triangular participada pela Ibero-América

Nos últimos anos, a Cooperação Triangular que a Ibero-América destina ao Haiti tem sido muito dinâmica e variada. Essa cooperação adotou modalidades diversas e inovadoras que nem sempre encaixaram no padrão tradicional. Este processo produziu-se, em parte, pela escassa conversão de projetos que originalmente eram bilaterais em outros de caráter triangular (Quadro A.2.). A relação entre os países participantes e os setores em que se desenvolve, não obstante, tem mostrado algumas constantes.

Quadro A.2: Da bilateralidade à triangulação: o projeto ProHuerta

Ao longo do biênio 2005-06, a Argentina executou no Haiti o denominado "Projeto de Autoprodução de Alimentos Frescos – ProHuerta". Este projeto nasceu da possibilidade de compartilhar com outros países em desenvolvimento parte das experiências que, no âmbito da agricultura, a segurança alimentar e o desenvolvimento rural, haviam surgido na Argentina como forma de enfrentar a grave crise econômica no início da presente década. Com sua entrada em funcionamento, a Argentina desejava que a população haitiana beneficiária conseguisse:

- complementar a alimentação mediante a autoprodução de alimentos,
- melhorar a qualidade da dieta alimentar,
- melhorar a relação renda-despesa familiar em alimentos,
- promover a participação comunitária na produção de alimentos, e
- promover alternativas produtivas agroalimentares, a partir de uma perspectiva social e de desenvolvimento das capacidades técnicas e humanas da população receptora.

Nesse sentido, e depois de uma primeira etapa (setembro 2005 e março 2006), mais de 8.000 beneficiários de Gonaives e outras localidades circundantes aderiram ao programa. Durante a segunda etapa (março-dezembro 2006) somaram-se ao programa cerca de 20.000 beneficiários também de Gonaives, assim como de cinco localidades de Plaine de Cul de Sac e de outros cinco dos departamentos do Sul e Sudeste.

O sucesso desta iniciativa levou a considerar a possibilidade de ampliar sua ação, não só em termos setoriais mas também em termos do número de países que poderiam oferecer suas capacidades para este projeto. Nasceu, assim, a possibilidade de triangular o projeto em duas direções: de um lado, para os setores de tratamento e potabilização de águas, e de outro, para a sustentabilidade meio ambiental do projeto, tudo através da inclusão do Brasil e da Espanha, respectivamente.

Especificamente, os governos da Argentina e do Brasil estão implementando no Haiti o programa de "Complementação da produção hortícola com ações de capacitação para a gestão da água potável para irrigação e consumo humano", cujo objetivo é desenvolver o cultivo de hortaliças e utilizar este sistema de produção como um meio de inclusão social. Entretanto, a Argentina negocia com a Agência Espanhola de Cooperação Internacional (AECI) como integrar o Projeto Araucária XXI sobre sustentabilidade meio ambiental e o ProHuerta.

Fonte: Declarações do Ministério de Relações Exteriores da Argentina.

Com efeito, e no que se refere à Cooperação Triangular de caráter Bilateral, três países da região (Brasil, México e Uruguai) aproveitaram o financiamento procedente de doadores extra-regionais como Canadá, França e Estados Unidos para levar a cabo projetos relacionados, fundamentalmente, com as áreas da saúde, da educação, da agricultura e o fortalecimento institucional dos sistemas jurídicos e de segurança. Dentro deste mesmo âmbito, no entanto, também foram identificados alguns projetos participados, simultaneamente, por dois países membros da Conferência Ibero-Americana. Destacam-se, de um lado, os projetos financiados pela Espanha e executados pelo Brasil e México nas áreas da preservação meio ambiental e das infra-estruturas hidráulicas. E, de outro lado, destaca-se um projeto realizado conjuntamente pela Argentina e Brasil no âmbito agrícola. Por sua vez, Cuba e Venezuela estão negociando um projeto de saúde pública (Quadro A.3.).

Tabela A.4. Cooperação Triangular da Ibero-América com o Haiti

A. Cooperação Bilateral Triangular

Financiador	Executor	Receptor	Área de cooperação	Sector CAD
Canadá	Brasil	Haiti	Saúde, vacinas hepatite B	(1)
Argentina	Brasil	Haiti	Agricultura	(3)
Espanha	Brasil	Haiti	Recuperação zonas degradadas	(4)
França	México	Haiti	Saúde	(1)
França	México	Haiti	Formação promotores e policiais	(1)
Espanha	México	Haiti	Infra-estruturas hidráulicas	(2)
Estados Unidos	Uruguai	Haiti	Fortalecimento institucional	(1)

B. Cooperação Multilateral/Regional Triangular

Financiador	Executor	Receptor	Área de cooperação	Sector CAD
PNUD	Brasil	Haiti	Fortalecimento institucional	(1)
OIT	Brasil	Haiti	Erradicação do trabalho infantil	
FAO	Cuba	Haiti	Agricultura	(3)
FAO	R. Dominicana	Haiti	Agricultura	(3)
OEA	Uruguai	Haiti	Fortalecimento institucional	(1)

Fonte: SEGIB, a partir das declarações das Agências de Cooperação e dos Ministérios de Relações Exteriores dos países ibero-americanos

Quadro A.3: Projetos triangulares realizados por países ibero-americanos

Alguns dos projetos de Cooperação Triangular recebidos pelo Haiti foram realizados por países ibero-americanos. Destacam-se três projetos (um executado, outro em execução e um terceiro em negociação):

1. "Pacote Tecnológico para o Haiti em Água Potável e Saneamento". De 17 a 21 de março de 2005, uma missão técnica de especialistas mexicanos viajou ao Haiti a fim de realizar um diagnóstico da zona do projeto. Essa missão foi coordenada com a Agência Espanhola de Cooperação Internacional. Essa coordenação serviu para fazer uma definição conjunta tanto do programa de trabalho como da sua viabilidade.
2. "Projeto de infra-estrutura hidráulica no sudeste do Haiti", em execução a partir da colaboração do México e da Espanha. Seu objetivo é reparar o sistema hidráulico haitiano para melhorar a qualidade de vida de algumas comunidades com menos de 500 habitantes, situadas no sudeste do país. Como consequência deste programa, surgiram novas iniciativas de supervisão de outros programas hidráulicos realizados no Haiti.
3. Cuba e Venezuela estão negociando um projeto triangular na área da saúde pública que permita melhorar a atenção médica com que os profissionais cubanos vêm cooperando com o Haiti desde 1998. Para isso, serão melhoradas as infra-estruturas existentes, serão criados dois centros oftalmológicos e serão adaptados e preparados locais para a instalação de dez Centros de Diagnóstico Integral (um em cada Departamento do Haiti, com equipamento médico proporcionado por Cuba e atenção médica oferecida pela especialização de jovens médicos haitianos).

Fonte: Direção Geral de Cooperação Técnica e Científica do México (2006) e declarações do Ministério de Investimento Estrangeiro e Colaboração Econômica de Cuba.

Finalmente, e já no âmbito da Cooperação Triangular de caráter Multilateral, novamente o Brasil juntamente com Cuba, Uruguai e a fronteira República Dominicana levaram a cabo projetos financiados por organismos bastante díspares, na maioria dos casos ligados às Nações Unidas, como a FAO, o PNUD e a Organização Internacional do Trabalho (OIT), mas também por outros regionais como a Organização de Estados Americanos (OEA). Nesses casos, a área de atividade dos projetos dependeu da função dos organismos mencionados (agricultura, segurança alimentar, trabalho e democratização institucional).

-
1. Os países ibero-americanos também colaboram nesta missão. De fato, Bolívia, Equador, Guatemala, Paraguai e Peru contribuem com contingentes militares; Colômbia, El Salvador e Espanha contribuem com policiais; e Argentina, Brasil, Chile e Uruguai, com ambos (<http://www.un.org/spanish/Depts/dpko/minustah.facts.html>).
 2. Além do Governo interino, participaram, entre outros, a Comissão Européia, o BID, a ONU e o Banco Mundial.
 3. Ao longo da década, os Estados Unidos foram perdendo importância relativa como doadores de AOD ao Haiti. Assim, no biênio 2004–2005, a ajuda procedente deste país norte-americano passou a explicar apenas 30% do total dos fundos recebidos pelo Haiti. No seu lugar foram ganhando espaço os países da União Européia (especialmente França –quase 15%), assim como os organismos multilaterais (mais de um quarto do total).
 4. Devido ao seu nível de renda por habitante (inferior a 825 dólares), o Haiti se classifica dentro deste grupo de países.
 5. A única exceção é o ano 1995 (42 milhões de dólares), coincidindo com a grave crise sofrida pelo país e com a mobilização internacional em razão desta.
 6. De fato, a maioria dos projetos da República Dominicana está ligada à implementação de outros projetos que, tanto com financiamento nacional ou estrangeiro, se desenvolvem em ambos os lados da fronteira.
 7. Este fundo, que alcança 20 milhões de dólares, deve servir para financiar projetos de cooperação em matérias como saúde, educação, eletricidade, água potável, segurança alimentar e combustíveis.
 8. Em 12 de março de 2007, o Haiti assinou um contrato de fornecimento com a Petrocaribe, uma iniciativa de cooperação energética solidária proposta pelo Governo da Venezuela. Nascida em 2005, esta iniciativa é integrada por 14 países da região caribenha, entre eles os também ibero-americanos Cuba e República Dominicana. Através deste contrato estabelecem-se mecanismos de provisão de recursos energéticos em condições concessionais, o que permite corrigir as assimetrias no acesso aos mencionados recursos. Concebido como uma organização capaz de assegurar a coordenação e articulação das políticas de energia, incluindo petróleo e seus derivados, gás, eletricidade, uso eficiente da mesma, cooperação tecnológica, capacitação, desenvolvimento de infra-estruturas energéticas, assim como o aproveitamento de fontes alternativas, tais como a energia eólica, solar e outras. Para mais detalhes, consulte <http://www.mem.gov.ve/noticias>

ANEXO 2. TABELAS

Tabela B.1. Total AOD (líquida) destinada aos países em desenvolvimento, de acordo com o nível de renda. 1994-2005.
 Valores absolutos, em milhões de dólares estadunidenses, a preços correntes

	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Países Menos Desenvolvidos	16.726	17.143	13.982	13.027	12.700	12.473	12.621	13.749	18.009	23.844	25.303	25.979
Países Renda Baixa	10.853	8.919	9.275	7.559	8.823	7.967	7.833	9.349	10.036	9.052	10.628	18.144
Países Renda Média-Baixa	18.048	17.905	17.087	14.759	15.629	18.082	15.259	15.695	17.615	18.197	19.951	39.47
Países Renda Média-Alta	2.687	2.735	1.972	1.599	2.054	1.788	1.726	1.749	2.455	2.108	2.566	2.771
Países em Desenvolvimento Mais Avançados	2.171	1.601	3.292	899	912	794	131	145	134	77	104	0
Não classificados	9.404	10.671	10.516	10.772	10.855	11.412	12.189	10.908	11.981	17.082	20.402	20.890
Total Países em Desenvolvimento	59.890	58.975	56.124	48.616	50.972	52.516	49.759	51.595	60.230	70.361	78.953	107.255

Fonte: Elaborado pela SEGIB a partir de dados da OCDE (2007)

Tabela B.2. Total AOD (líquida) destinada aos países ibero-americanos, de acordo com o nível de renda. 1994-2005.

Valores absolutos, em milhões de dólares estadunidenses, a preços correntes

	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Países de Renda Baixa (PRB)												
Nicarágua	594	649	931	411	603	673	561	930	517	833	1.235	740
Países de Renda Média-Baixa (PRM-B)												
Bolívia	561	711	828	699	628	568	472	73	660	929	770	583
Brasil	251	271	270	271	283	125	232	229	202	194	157	192
Colômbia	74	169	187	195	168	302	187	380	440	801	519	511
Cuba	47	63	57	65	80	58	44	54	61	75	97	88
Ecuador	209	223	250	154	178	149	146	173	216	175	158	210
El Salvador	305	296	301	279	181	183	180	237	233	192	217	199
Guatemala	218	208	192	264	233	293	263	226	248	247	220	254
Honduras	292	402	356	296	316	817	449	679	471	395	650	681
Paraguai	95	139	88	108	77	78	82	61	57	51	22	51
Peru	334	371	328	393	498	445	398	449	489	497	473	398
República Dominicana	61	119	100	71	118	190	56	107	145	69	85	77
Países de Renda Média-Alta (PRM-A)												
Argentina	146	143	131	102	79	77	53	146	82	106	93	100
Chile	150	157	195	129	106	70	49	57	-8	79	57	152
Costa Rica	75	30	-13	-8	17	-9	11	2	5	28	15	30
México	424	384	285	105	44	36	-56	73	133	99	116	189
Panamá	32	40	49	46	22	14	16	28	22	29	24	20
Uruguai	73	66	34	34	24	22	17	15	13	17	22	15
Venezuela	26	43	38	9	42	44	76	44	57	81	45	49
Total Ibero-América	3.969	4.485	4.485	3.625	3.697	4.135	3.238	4.625	4.061	4.536	4.974	4.536

Fonte: Elaborado pela SEGIB a partir de dados da OCDE (2007)

Tabela B.3. AOD líquida destinada pela Espanha aos países ibero-americanos, de acordo com o nível de renda. 1994–2005.

Valores absolutos, em milhões de dólares estadunidenses, a preços correntes

	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Países Renda Baixa (PRB)												
Nicarágua	12,6	34,3	31,7	15,7	23,3	21,9	19,7	399,5	22,3	72,7	207,7	60,1
Subtotal (PRB)	12,6	34,3	31,7	15,7	23,3	21,9	19,7	399,5	22,3	72,7	207,7	60,1
Países Renda Média-Baixa (PRM-B)												
Bolívia	19,8	14,4	38,9	12,6	43,3	14,8	22,4	29,7	30,8	51,6	54,4	66,7
Brasil	1,6	3,7	6,0	6,7	6,1	5,4	5,6	6,5	6,2	7,1	9,9	10,2
Colômbia	4,6	27,9	26,6	41,1	13,2	17,1	12,6	25,1	32,4	14,4	9,6	31,0
Cuba	2,7	15,4	13,3	9,6	13,9	12,7	10,6	9,7	13,3	14,5	16,6	15,2
Equador	44,3	29,4	58,8	13,5	18,4	15,4	23,2	18,9	43,0	24,6	31,5	48,2
El Salvador	4,9	9,3	11,1	11,1	16,4	19,7	22,4	45,9	55,7	27,0	27,5	42,6
Guatemala	3,9	8,3	17,5	23,9	17,7	18,5	14,5	16,5	17,5	23,5	22,4	38,9
Honduras	31,7	22,9	17,5	26,7	31,3	34,9	34,9	33,0	36,4	57,6	54,0	95,0
Paraguai	1,1	8,7	5,8	11,3	16,8	12,8	5,3	8,4	4,1	11,7	6,4	7,1
Peru	5,1	13,8	30,2	22,1	25,7	32,6	18,5	29,1	31,9	44,4	56,2	65,5
República Dominicana	1,1	7,7	13,3	13,3	26,3	35,4	15,8	17,1	38,2	24,8	45,1	21,4
Subtotal (PRM-B)	120,9	161,3	238,9	191,8	229,1	219,3	185,8	240,1	309,5	301,3	333,5	441,8
Países Renda Média-Alta (PRM-A)												
Argentina	28,5	38,0	34,1	16,8	-5,9	-9,2	-6,5	-3,9	9,9	41,2	33,4	12,3
Chile	8,3	13,3	4,7	-3,3	-4,0	-4,8	-1,6	-2,9	1,7	2,0	3,4	4,1
Costa Rica	4,5	2,7	12,2	8,1	4,0	11,0	11,0	3,3	10,1	10,1	9,9	2,3
México	143,2	15,1	-0,3	0,3	12,9	-1,2	-11,4	-9,2	-12,0	-26,5	-28,3	-24,5
Panamá	0,8	4,3	7,7	6,3	21,6	18,8	13,0	7,3	5,9	8,1	6,6	4,5
Uruguai	32,4	20,4	4,1	2,1	2,6	3,1	2,8	1,8	1,2	4,4	2,7	2,3
Venezuela	1,3	5,5	7,2	-19,7	3,5	15,6	28,2	11,4	16,7	35,7	2,8	-5,4
Subtotal (PRM-A)	219,2	99,2	69,8	10,7	34,8	33,3	35,6	7,8	33,4	74,9	30,5	-4,4
Total Ibero-América	352,7	294,8	340,4	218,2	287,2	274,4	241,1	647,3	365,2	448,8	571,7	497,5
Total Países em Desenvolvimento	854,38	815,71	887,66	762,49	838,06	829,21	720,21	1.149,53	998,47	1.151,35	1.400,24	1.862,95

Fonte: Elaborado pela SEGIB a partir de dados da OCDE (2007)

Tabela B.4. AOD líquida destinada pela Espanha, Portugal e Andorra aos países ibero-americanos, de acordo com o nível de renda. 2006.

Valores absolutos, em euros correntes

	Espanha		Portugal		Andorra	
	Reembolsável	Não Reembolsável	Total	CT	Total	Total
Países Renda Baixa (PRB)						
Nicarágua	3.826.621	25.317.977	29.144.598	0	0	0
Subtotal (PRB)	3.826.621	25.317.977	29.144.598	0	0	0
Países Renda Média-Baixa (PRM-B)						
Bolívia	2.044.329	39.065.245	41.109.574	0	0	15.000
Brasil	0	13.717.729	13.717.729	894.191	950.745	0
Colômbia	11.857.736	43.128.209	54.985.945	1.200	2.444	0
Cuba	0	13.995.440	13.995.440	0	3.900	0
Equador	97.165	29.932.204	30.029.396	0	0	0
El Salvador	862.449	34.253.237	35.115.686	0	0	0
Guatemala	-506.993	178.799.668	178.292.675	13.992	13.992	0
Honduras	9.185.243	26.114.301	35.299.544	0	0	0
Paraguai	0	7.818.979	7.818.979	0	0	0
Peru	3.377.943	51.890.552	55.268.495	0	800	0
República Dominicana	-2.571.212	17.147.960	14.576.748	0	0	0
Subtotal (PRM-B)	24.346.660	455.863.524	480.210.184	909.383	971.881	15.000
Países Renda Média-Alta (PRM-A)						
Argentina	956.677	10.065.326	11.022.003	51.946	52.296	0
Chile	-2.997	3.433.501	3.430.504	48.244	70.266	0
Costa Rica	-694.503	3.117.091	2.422.588	0	0	0
México	-27.262.347	8.857.272	-18.405.075	71.757	89.946	0
Panamá	-249.208	5.369.521	5.120.313	0	0	0
Uruguai	0	3.229.774	3.229.774	4.500	19.582	0
Venezuela	3.703.983	4.185.001	7.888.984	86.692	87.246	0
Subtotal (PRM-A)	-23.548.395	38.257.486	14.709.091	263.139	319.336	0
Total Ibero-América	4.624.886	519.438.987	14.709.091	1.172.522	1.291.217	15.000

Fonte: Elaborado pela SEGIB a partir da PACI (2007) e pelas declarações do IPAD – Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento de Portugal e o Departamento de Relações Multilaterais e Cooperação do Governo de Andorra.

Tabela B.5. Projetos de Cooperação Técnica Horizontal recebidos pela Colômbia, Costa Rica, Guatemala, México, Nicarágua, Paraguai e Peru de outros países ibero-americanos. 2006.

Projetos, em unidades; valor econômico, em dólares

Colômbia

Nome do país doador	Setores receptores de cooperação técnica											
	Primeiro setor				Segundo setor				Terceiro setor			
	Nome setor	Número projetos	Valor econômico		Nome setor	Número projetos	Valor econômico		Nome setor	Número projetos	Valor econômico	
ARGENTINA	Meio Ambiente	2	nd		Agropecuário	1	nd					
BRASIL	Saúde	2	nd		Agropecuário	1	nd					
CHILE	Modernização do Estado	3	28.148		Desenvolvimento produtivo	7	37.963		Educação	4	30.740	
CUBA	Agropecuário	3	nd		Meio Ambiente	3	nd		Água Potável e Saneamento	1	nd	
MÉXICO	Modernização do Estado	10	nd		Ciência e Tecnologia	5	nd		Meio Ambiente	3	nd	

Costa Rica

Nome do país doador	Setores receptores de cooperação técnica											
	Primeiro setor				Segundo setor				Terceiro setor			
	Nome setor	Número projetos	Valor econômico		Nome setor	Número projetos	Valor econômico		Nome setor	Número projetos	Valor econômico	
ARGENTINA	Telecomunicações	3	nd		Economia	1	nd		Habituação	1	nd	
BRASIL	Combustíveis	4	nd		Telecomunicações	2	nd					
CHILE	Economia	2	nd		Educação	1	nd		Recursos Humanos	1	nd	
CUBA	Telecomunicações	4	nd									
MÉXICO	Educação e bolsas de estudo	nd	nd		Artes e cultura	nd	nd					

Guatemala

Nome do país doador	Setores receptores de cooperação técnica									
	Primeiro setor			Segundo setor			Terceiro setor			
	Nome setor	Número projetos	Valor econômico	Nome setor	Número projetos	Valor econômico	Nome setor	Número projetos	Valor econômico	
ARGENTINA	Outros serviços Infra-estruturas sociais	5	nd							
COLÔMBIA	Outros serviços Infra-estruturas sociais	3	nd	Multissetorial	2	nd	Geração e abastecimento de energia Turismo Educação	1 1 1	nd	
CHILE	Outros serviços Infra-estruturas sociais	9	nd	Multissetorial	1	nd	Indústria Agricultura	2 1	nd	
MÉXICO	Outros serviços Infra-estruturas sociais Governo e sociedade civil Educação	3 3 3	nd	Multissetorial Geração e abastecimento de energia	3 1	nd	Indústria Construção Política de Reconstituição Comercial Pesca	2 1 1 2	nd	

Peru

Nome do país doador	Setores receptores de cooperação técnica									
	Primeiro setor			Segundo setor			Terceiro setor			
	Nome setor	Número projetos	Valor econômico	Nome setor	Número projetos	Valor econômico	Nome setor	Número projetos	Valor econômico	
ARGENTINA	Agricultura	4	178.667	Modernização do Estado	2	89.333				
BRASIL	Meio Ambiente.	3	59.500	Saúde	2	39.667	Agricultura	1	19.833	
COLÔMBIA	Agricultura	3	31.947	Educação	2	21.298				
CHILE	Meio Ambiente.	5	186.530	Educação	4	149.224	Pesca	2	74.612	
MÉXICO	Meio Ambiente.	5	19.137	Prevenção de Desastres	5	19.137	Ciências	3	11.482	

Nicarágua

Nome do país doador	Setores receptores de cooperação técnica								
	Primeiro setor			Segundo setor			Terceiro setor		
	Nome setor	Número projetos	Valor econômico	Nome setor	Número projetos	Valor econômico	Nome setor	Número projetos	Valor econômico
BRASIL	Saúde	5 cursos	nd	Agrícola	2 cursos		Água e Saneamento	1 curso	nd
CHILE	Agrícola	4 cursos (2 vezes)	nd	Modernização do Estado	4 cursos (2 vezes)	nd	Saúde	3 cursos	nd
MÉXICO	Produtiva e Desenvolvimento Econômico	8	nd	Meio Ambiente e Desenvolvimento Humano	9	nd	Ciência e Tecnologia	9	nd

Paraguai

Nome do país doador	Setores receptores de cooperação técnica								
	Primeiro setor			Segundo setor			Terceiro setor		
	Nome setor	Número projetos	Valor econômico	Nome setor	Número projetos	Valor econômico	Nome setor	Número projetos	Valor econômico
ARGENTINA	Direitos Humanos	1	nd	Turismo	1	nd	Meio Ambiente.	1	nd
COLÔMBIA	Competitividade	2	nd	Recursos Humanos	1	nd			
CHILE	Pobreza	1	nd						
PERU	Direitos Humanos	2	nd						

México

Nome do país doador	Setores receptores de cooperação técnica								
	Primeiro setor			Segundo setor			Terceiro setor		
	Nome setor	Número projetos	Valor econômico	Nome setor	Número projetos	Valor econômico	Nome setor	Número projetos	Valor econômico
CUBA	Ciência e Tecnologia	19	nd	Saúde e seguridade social	1	nd	Energia	1	nd

Fonte: SEGIB, a partir das declarações das Agências de Cooperação e Ministérios de Relações Exteriores dos países declarantes.

Tabela B.6. Projetos de Cooperação Técnica Horizontal oferecidos pela Colômbia, México, e Peru a outros países ibero-americanos. 2006.

Projetos, em unidades; valor econômico, em dólares

Colômbia

Nome do país receptor	Setores que oferecem cooperação técnica											
	Primeiro setor			Segundo setor			Terceiro setor					
	Nome setor	Número projetos	Valor econômico	Nome setor	Número projetos	Valor econômico	Nome setor	Número projetos	Valor econômico	Nome setor	Número projetos	Valor econômico
ARGENTINA	Meio Ambiente.	2	4.320									
CUBA	Arte e Cultura	1	1.400									
EQUADOR	Saúde e Sanidade	2	nd	Modernização do Estado	1	nd						
EL SALVADOR	Modernização do Estado	10	13.273	Educativo e Cultural	2	1.930	Saúde e Sanidade	1	2.593			
GUATEMALA	Meio Ambiente.	2	3.498	Saúde e Sanidade	1	1.320	Desenvolvimento e População	1	2.040			
HONDURAS	Educativo	1	2.000	Agropecuário	1	3.673						
PANAMÁ	Desenvolvimento e População	1	3.090									
PARAGUAI	Educação	1	1.552	Agropecuário	1	880	Modernização do Estado	1	280			
PERU	Agropecuário		1.192	Desenvolvimento produtivo	1	1436	Arte e cultura	1	1.308			
R. DOMINICANA	Educação	1	3.317									
URUGUAI	Educação	1	3.374									

Peru

Nome do país receptor	Setores que oferecem cooperação técnica											
	Primeiro setor			Segundo setor			Terceiro setor					
	Nome setor	Número projetos	Valor econômico	Nome setor	Número projetos	Valor econômico	Nome setor	Número projetos	Valor econômico	Nome setor	Número projetos	Valor econômico
EL SALVADOR	Artesanato	1	3.000									

México

Nome do país receptor	Setores que oferecem cooperação técnica											
	Primeiro setor			Segundo setor			Terceiro setor					
	Nome setor	Número projetos	Valor econômico	Nome setor	Número projetos	Valor econômico	Nome setor	Número projetos	Valor econômico			
ARGENTINA	Saúde e seguridade social	1	nd	Agropecuário e alimentação	1	nd	Fortalecimento institucional	1	nd			
COLÔMBIA	Ciência e Tecnologia	2	nd	Fortalecimento institucional	2	nd	Desenvolvimento industrial e comercial	1	nd			
COSTA RICA	Agropecuário e alimentação	4	nd	Educação e especialidades	4	nd	Energia	3	nd			
CUBA	Ciência e Tecnologia	19	nd	Saúde e seguridade social	1	nd	Energia	1	nd			
EQUADOR	Fortalecimento institucional	2	nd	Saúde e seguridade social	2	nd	Meio ambiente e recursos naturais	2	nd			
EL SALVADOR	Educação e especialidades	3	nd	Fortalecimento institucional	3	nd	Desenvolvimento industrial e comercial	2	nd			
GUATEMALA	Educação e especialidades	4	nd	Fortalecimento institucional	4	nd	Meio ambiente e recursos naturais	4	nd			
HONDURAS	Educação e especialidades	3	nd	Saúde e seguridade social	2	nd	Fortalecimento institucional	2	nd			
NICARÁGUA	Educação e especialidades	4	nd	Meio ambiente e recursos naturais	3	nd	Agropecuário e alimentação	2	nd			
PANAMÁ	Fortalecimento institucional	6	nd	Meio ambiente e recursos naturais	1	nd	Desenvolvimento industrial e comercial	1	nd			
PARAGUAI	Fortalecimento institucional	2	nd	Saúde e seguridade social	1	nd						
PERU	Energia	1	nd	Meio ambiente e recursos naturais	1	nd	Fortalecimento institucional	1	nd			
R. DOMINICANA	Agropecuário e alimentação	2	nd	Saúde e seguridade social	2	nd	Desenvolvimento industrial e comercial	1	nd			

Fonte: SEGIB, a partir das declarações das Agências de Cooperação e Ministérios de Relações Exteriores dos países declarantes.

BIBLIOGRAFIA

Agência de Cooperação Internacional do Chile (AGCI) (2007). *Programa para a Cooperação Horizontal*. Ministério de Relações Exteriores, Santiago do Chile, 24 pp

Associação Latino-Americana de Organizações de Promoção (ALOP) (2007). *Mito e realidade da ajuda externa. América latina em 2006*. Adesco, ALOP e Oxfam, San José, Costa Rica, 129 pp

Associação Latino-Americana de Organizações de Promoção (ALOP) (2005). *Mito e realidade da ajuda externa. América latina em 2004*. Adesco, ALOP e Oxfam, San José, Costa Rica, 160 pp

Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) (2004). *Os serviços de água potável e saneamento no limiar do século XXI*. Série Recursos Naturais e Infra-estruturas, número 74. CEPAL, Santiago do Chile, 66 pp

Coordenadora de ONG para o Desenvolvimento – Espanha (CONGDE) (2006). Relatório da CONGDE sobre o setor das ONGD. Diretório 2005. CONGDE, Madrid, 77 pp

Direção Geral de Cooperação Internacional (2005). *Fundo Argentino de Cooperação Horizontal 2005, período julho 2002-junho 2005*. Ministério de Relações Exteriores, Comércio Internacional e Culto, Buenos Aires, 47 pp

Direção Geral de Cooperação Técnica e Científica (2006). *Relatório Anual da Cooperação Técnica e Científica do México 2005*. Direção Geral de Cooperação Técnica e Científica, Cidade do México, 171 pp

Direção Geral de Planejamento e Avaliação de Políticas para o Desenvolvimento (DGPOLDE) (2007). *Nota de acompanhamento do PACI 2006*. . Ministério de Relações Exteriores e de Cooperação. Madrid, 35 pp

Direção Geral de Planejamento e Avaliação de Políticas para o Desenvolvimento (DGPOLDE) (1998). *Acompanhamento do PACI 1997*. . Ministério de Relações Exteriores e de Cooperação. Madrid, 48 pp

García, Mercedes (2004). *América Latina e o Caribe: fluxos financeiros, investimento e dívida externa. Prioridades da região*. Sistema Econômico Latino-Americano (SELA), Caracas

Germán, T. e Randel, J. (2005). "Tendências da ajuda internacional: os interesses nacionais relegam os compromissos globais" na ALOP (ed.): *Mito e realidade da ajuda externa. América latina em 2006*. Adesco, ALOP e Oxfam, San José, Costa Rica, p.157-160

Ministério de Investimento Estrangeiro e Colaboração Econômica (MINVEC) (2006). *Cuba. Panorama econômico e social*. MINVEC, Cidade da Havana, 46 pp

Negrón, Federico (2007). "Tendências da Ajuda Oficial para o Desenvolvimento na América Latina" em ALOP (ed.): *Mito e realidade da ajuda externa. América latina em 2006*. Adesco, ALOP e Oxfam, San José, Costa Rica, p.13-20 pp

Negrón, Federico (2005). ""Tendências da Ajuda Oficial para o Desenvolvimento na América Latina e o Caribe" em ALOP (ed.): *Mito e realidade da ajuda externa. América latina em 2006*. Adesco, ALOP e Oxfam, San José, Costa Rica, p.13-27

Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) (2005). *Declaração de Paris sobre a Eficácia da Ajuda para o Desenvolvimento*. Paris, 28 de fevereiro a 2 de março, 13 pp

Secretaria Técnica da Comissão Mexicana para a Cooperação com a América Central e o Caribe (2006). *A Cooperação Mexicana com a América Central e o Caribe 2005*. Comissão Mexicana para a Cooperação com a América Central e o Caribe, México, 2006.

Valderrama, Mariano (2005). "Políticas e práticas da cooperação entre a União Européia e a América" em ALOP (ed.): *Mito e realidade da ajuda externa. América latina em 2004*. Adesco, ALOP e Oxfam, San José, Costa Rica, p.29-45

Páginas digitais consultadas

Agência Brasileira de Cooperação (ABC) - <http://www.abc.gov.br>

Agência de Cooperação Japonesa (ACJ) - <http://www.jica.go.jp>

Agência de Cooperação Internacional do Chile (AGCI) - <http://www.agci.cl>

Agência Peruana de Cooperação Internacional (APCI) - <http://www.apci.gob.pe>

Agência Presidencial de Ação Social da Colômbia - <http://www.acci.gov.co>

Banco Central Europeu (BCE). Estatísticas.- <http://www.ecb.int/stats/html/index.en.html>

Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) - <http://www.iadb.org>

Comitê de Ajuda para o Desenvolvimento (CAD) da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico (OCDE) Base de dados estatísticos. - <http://www.oecd.org/dac/stats/idsoline>

Clube de Paris - <http://www.clubdeparis.org>

Comissão Nacional de Energia Elétrica (CNEE) da Guatemala - <http://www.cnee.gob.gt/>

Direção Geral de Cooperação Técnica e Científica do México - <http://dgctc.sre.gob.mx>

Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) - <http://www.iica.int>

Ministério de Relações Exteriores e Cooperação da Espanha - <http://www.maec.es>

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Área de Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento. - <http://www.undp.or.jp/tcdc/framwrk.html>

República Bolivariana da Venezuela. Presidência do Governo - <http://www.venezuela.gov.ve>

República Bolivariana da Venezuela. Ministério de Energia e Minas (MEM) - <http://www.mem.gov.ve/noticias>

Secretaria de Planejamento e Programação da Presidência da Guatemala - <http://www.segeplan.gob.gt>

Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB)

United Nations (UN). Conferências de doadores sobre o Haiti - <http://www.un.org/spanish/News>



Secretaría General Secretaria-Geral
Iberoamericana Ibero-Americana

Organismo Internacional de Conferência Ibero-Americana

Com a colaboração de:



AGENCIA
ESPAÑOLA DE
COOPERACIÓN
INTERNACIONAL

www.segib.org